

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DE LINGUAGEM
LINHA DE PESQUISA: FONOLOGIA E MORFOLOGIA

ELIANE DA ROSA.

**AS VOGAIS MÉDIAS ÁTONAS FINAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO
DO SÉCULO XIX:
um estudo baseado em fontes de evidência direta e indireta.**



PORTO ALEGRE

2015

ELIANE DA ROSA.

**AS VOGAIS MÉDIAS ÁTONAS FINAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO
DO SÉCULO XIX:
um estudo baseado em fontes de evidência direta e indireta.**

ORIENTADORA: PROF^a DR^a VALÉRIA NETO DE OLIVEIRA MONARETTO.

Dissertação de Mestrado em Fonologia e Morfologia, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre Pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Rosa, Eliane da
AS VOGAIS MÉDIAS ÁTONAS FINAIS NO PORTUGUÊS
BRASILEIRO DO SÉCULO XIX: um estudo baseado em fontes
de evidência direta e indireta / Eliane da Rosa. --
2015.
136 f.

Orientadora: Dra. Valéria Neto de Oliveira
Monaretto.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Fonologia Histórica. 2. Português Brasileiro.
3. Registro Escrito. 4. Obras Metalinguísticas e
Didáticas. I. Neto de Oliveira Monaretto, Dra.
Valéria , orient. II. Título.

**AS VOGAIS MÉDIAS ÁTONAS FINAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO
DO SÉCULO XIX:**

um estudo baseado em fontes de evidência direta e indireta.

Dissertação de Mestrado em Fonologia e Morfologia, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre Pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 10 de abril de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dra. Valéria Neto de Oliveira Monareto – UFRGS

Prof^a. Dra. Maria José Blaskovski Vieira – UFPel

Prof^a. Dra. Evelyne Figueiredo de Sousa Costa – UFSM

Prof. Dr. Luiz Carlos da Silva Schwindt - UFRGS

*Dedico esta dissertação
à minha mãe, Gelcy,
ao meu pai, Nery, e
ao meu segundo pai,
Enide.*

Agradecimentos

A Deus por ter me dado força, inspiração e inteligência para vencer todos os obstáculos que surgiram ao longo desta jornada.

À minha mãe e ao meu segundo pai pelo carinho, pela atenção, pelo apoio nos momentos de alegria e de tristeza e por terem suportado de forma compreensiva a minha “ausência” momentânea em suas vidas.

Ao meu pai que deve estar torcendo por mim onde quer que esteja nesse momento.

Às professoras da Universidade de Lisboa, Dra. Rita Marquilhas e Dra. Esperança Carneira, pela atenção, pelo carinho, pelas recomendações de leitura e pelas discussões quanto ao tema desta pesquisa nos momentos de maior dificuldade.

À professora da Faculdade de Educação da UFRGS, Dra. Iole Faviero Trindade, pelo carinho, pela atenção e por ter doado algumas cartilhas antigas de seu acervo pessoal para a composição dos *corpora* deste estudo.

À professora Dra. Valéria Monaretto por ter aceitado o convite para ser minha orientadora.

A CAPES pela bolsa concedida, possibilitando minha dedicação exclusiva ao curso de mestrado.

Aos estagiários do *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, Maicon Lopes dos Santos, Lisiane Ribas Cruz e Gabriel Nardi Maciel, pela atenção, pelas informações preciosas sobre o acervo da *Coleção Varela* e pelas discussões produtivas sobre pesquisas históricas.

RESUMO

Este trabalho buscou investigar o fenômeno de elevação das vogais médias átonas finais no português brasileiro do século XIX a partir de dois tipos de dados empíricos: a *evidência direta* e a *evidência indireta*. Entendem-se como evidência direta as declarações de gramáticos, ortoepistas e elocucionistas por fornecerem evidências diretas sobre o estado linguístico de uma língua (BEAL, 2012). Consideram-se evidência indireta os textos, de qualquer tipo, produzidos por falantes/escritores por estes fornecerem indícios sobre o estado linguístico de uma língua (BEAL, 2012). A presente pesquisa utilizou obras metalinguísticas e didáticas como fontes de evidência direta e correspondências redigidas no século XIX como fontes de evidência indireta. Os resultados da análise de evidência indireta (registros escritos) não permitiram verificar se o fenômeno de elevação das vogais médias átonas finais atuava no português brasileiro oitocentista em virtude de não haver dados suficientes para esboçar algum julgamento. No entanto, com relação aos resultados da análise das fontes de evidência direta (obras metalinguísticas e didáticas), estes permitiram constatar que o referido fenômeno atua no português europeu desde o século XVIII, e no português brasileiro, desde o século XIX. A partir dos resultados da presente pesquisa, pode-se afirmar que o processo de elevação das vogais /e/ e /o/ não é um fenômeno exclusivo do português brasileiro atual.

Palavras-chave: Elevação - Vogais médias átonas finais – Português Oitocentista.

ABSTRACT

This paper investigated the Brazilian Portuguese final unstressed mid-vowels heightening through two kinds of empirical data: *direct evidence* and *indirect evidence*. Direct evidence consists of the statements of grammarians, orthoepists and elocutionists because they provide intentionally evidence about the state of the language (BEAL, 2012). Indirect evidence is the texts of various kinds produced by the speaker/writer who provides unconsciously evidence on the state of the language (BEAL, 2012). This research collected metalinguistic and didactic books published from 16th century to 19th as direct evidence sources and letters written during the 19th century as indirect evidence sources. The results of the analysis of indirect evidence (written texts) did not allow to verify if the heightening of the unstressed final mid-vowels occurred in Brazilian Portuguese of the 19th century on account of not having sufficient data to outline a judgement. However, in relation to the results of the analysis of direct evidence (metalinguistic and didactic books), they allowed to prove that the heightening has happened in European Portuguese since 18th century and in Brazilian Portuguese since 19th century. From the results of this paper, it is possible to state that the heightening of the final unstressed vowels /e/ and /o/ are not an exclusive phenomenon of the Brazilian Portuguese nowadays.

Keywords: Heightening – Final unstressed mid-vowels – Portuguese of the 19th century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Correspondência (CV-163).....	39
Figura 2. Trecho da última estrofe da cantiga B41.....	65
Figura 3. Trecho da segunda estrofe da cantiga B80.....	67
Figura 4. Trecho da primeira estrofe da cantiga B884.....	67
Figura 5. Trecho da terceira estrofe de <i>Os Lvsiadas</i> (1572, Canto 1º).....	69
Figura 6. Trecho do jornal <i>A Gazetinha</i>	74
Figura 7. Trecho do periódico <i>Diario de Pernambuco</i>	75
Figura 8. Trecho do jornal <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>	76
Figura 9. Trecho entre a 1ª e a 2ª estrofe da cantiga B524.....	101
Figura 10. Trecho da 2ª estrofe da cantiga B415.....	101
Figura 11. Trecho da 3ª estrofe da cantiga B1495.....	102
Figura 12. Trecho da 1ª estrofe da cantiga B1294.....	102
Figura 13. Trecho (linhas 01-14) do <i>Testamento de D. Affonso II</i>	103
Figura 14. Trecho da 3ª estrofe da cantiga B1500.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Descrição do <i>corpus</i> de obras metalinguísticas e didáticas.....	38
Quadro 2. Divisão cronológica do <i>corpus</i> de correspondências.....	40
Quadro 3. Periodização da História da Língua Portuguesa.....	45
Quadro 4. Comparação do sistema vocálico átono final do PE antigo segundo alguns autores.....	59
Quadro 5. Diferença entre o sistema pretônico do PE e do PB.....	62
Quadro 6. Diferença entre o sistema postônico não final do PE e do PB.....	62
Quadro 7. Diferença entre o sistema átono final do PE e do PB.....	62
Quadro 8. Periodização da História da Ortografia Portuguesa.....	64
Quadro 9. Obras que descrevem a vogal átona final /e/ no PE.....	80
Quadro 10. Obras que descrevem a vogal átona final /o/ no PE.....	86
Quadro 11. Obras que descrevem a vogal átona final /e/ no PB.....	91
Quadro 12. Obras que descrevem a vogal átona final /o/ no PB.....	94
Quadro 13. Lista dos dados obtidos com registro de <i> no lugar de <e>.....	97
Quadro 14. Formas clíticas grafadas com <i> no lugar de <e>.....	99
Quadro 15. Registros que apresentam possíveis indícios de elevação das vogais médias pretônicas.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. O valor fonético da vogal /e/ no PE segundo os estudiosos do passado.....	85
Tabela 2. O valor fonético da vogal /o/ no PE segundo os estudiosos do passado.....	90
Tabela 3. O valor fonético da vogal /e/ no PB segundo os estudiosos do passado.....	93
Tabela 4. O valor fonético da vogal /o/ no PB segundo os estudiosos do passado.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

PE	Português Europeu
EP	European Portuguese
PB	Português Brasileiro
BP	Brazilian Portuguese
CV	Coleção Varela
	separação de linha
//	fonema
[]	fone
~	variação
>	como
< >	grafema
˘	vogal breve
-	vogal longa
•	vogal fechada
ˆ	vogal aberta
¨	vogal centralizada
Ø	vogal apagada ou elidida

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	17
1.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	17
1.1.1 SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA.....	17
1.1.2 A REPRESENTAÇÃO DE SONS E FONEMAS PELO REGISTRO ESCRITO ANTIGO.....	22
1.2 SÍNTESE DE PESQUISAS SOBRE AS VOGAIS MÉDIAS ÁTONAS FINAIS.....	26
1.2.1 Pesquisas Realizadas com Amostras de Língua Falada.....	27
1.2.2 Pesquisas Realizadas com Amostras de Língua Escrita.....	29
2. METODOLOGIA.....	34
2.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA DESTA PESQUISA.....	34
2.2 OBJETIVOS.....	34
2.2.1 Objetivo Geral.....	34
2.2.2 Objetivos Específicos.....	35
2.3 HIPÓTESES.....	37
2.4 OS <i>CORPORA</i>	37
2.5 A COLETA DOS DADOS.....	42
3. HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA BRASILEIRA.....	45
3.1 PORTUGUÊS BRASILEIRO: origens e desenvolvimento.....	45
3.2 HIPÓTESES SOBRE A ORIGEM DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	51
3.3 EVOLUÇÕES FONÉTICAS E FONOLÓGICAS DAS VOGAIS PORTUGUESAS.....	53

4. A ORTOGRAFIA PORTUGUESA.....	64
4.1 HISTÓRIA CONCISA DA ORTOGRAFIA.....	64
4.2 O SISTEMA ORTOGRÁFICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NO SÉCULO XIX.....	72
5. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	78
5.1 ANÁLISE DOS DADOS DA EVIDÊNCIA DIRETA.....	78
5.1.1 Descrições da Vogal Átona Final /e/ no Português Europeu.....	80
5.1.2 Descrições da Vogal Átona Final /o/ no Português Europeu.....	86
5.1.3 Descrições da Vogal Átona Final /e/ no Português Brasileiro.....	91
5.1.4 Descrições da Vogal Átona Final /o/ no Português Brasileiro.....	94
5.2 ANÁLISE DOS DADOS DA EVIDÊNCIA INDIRETA.....	96
5.2.1 Discussão sobre o Valor Fonético das Vogais /e/ e /o/ nos Registros Escritos.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110
FONTES CONSULTADAS.....	118
Obras Metalinguísticas e Didáticas.....	118
Manuscritos.....	124
ACERVOS CONSULTADOS.....	125
ANEXOS.....	126
ANEXO A.....	127
ANEXO B.....	129
ANEXO C.....	131
ANEXO D.....	135

INTRODUÇÃO

Na atualidade, diversos estudos têm sido desenvolvidos com o intuito de investigar processos de variação e mudança nas línguas por meio da língua falada. No entanto, especialistas em investigações linguísticas de cunho histórico (CARDEIRA, 2009; MARQUILHAS, 2003; CARVALHO, 2005; NARO, 1973; ROMAINE, 2009[1982]; LASS, 2000; MONTGOMERY, 2007; SCHNEIDER, 2002) afirmam que não é somente através de amostras de fala que é possível estudar processos de variação e mudança, mas também por intermédio de amostras de língua escrita. Os registros escritos, além de serem as testemunhas de primeira ordem de um passado linguístico mais distante, compõem-se de formas ortográficas que podem estar sujeitas à interpretação linguística.

A presente dissertação tem por objetivo investigar e analisar o fenômeno de elevação das vogais médias átonas finais no português brasileiro do século XIX, mais precisamente na variedade do Estado do Rio Grande do Sul, com base nos preceitos da *Sociolinguística Histórica*. Para a análise deste processo, tomou-se como ponto de partida o presente para estudar o passado com o intuito de comprovar que os mesmos fenômenos linguísticos que atuam hoje, em uma determinada língua, podem ter atuado em períodos mais distantes.

Segundo Câmara Jr (2008 [1953]), as sete vogais /a, e, ε, i, ɔ, o, u /, do português brasileiro moderno, sofrem redução quanto ao número de fonemas quando se encontram em posição átona final por causa de um processo de neutralização ocorrido entre vogais médias e altas, condicionado prosodicamente. É interessante ressaltar que esse fenômeno atua de forma variável no português do Brasil, podendo ser encontradas realizações como *livr[o] ~ livr[u]* e *gol[e] ~ gol[i]*, por exemplo.

Estudos sociolinguísticos (CARNIATO, 2000; MILESKI, 2013; ROVEDA, 1998; SCHMITT, 1987; SILVA, 2009; VIEIRA, 1994) sobre as vogais médias postônicas, realizados com amostras de fala do Rio Grande do Sul, revelam que a elevação das vogais médias átonas finais atua como uma regra variável, com exceção da região metropolitana, na qual o fenômeno atua de forma categórica.

No que diz respeito aos estudos (NARO, 1973; CARVALHO, 1984; CARVALHO, 2005; FONTE, 2010; MONARETTO, 2013) realizados com amostra de língua escrita, estes

apontam que a instabilidade da realização das vogais médias átonas finais (/e/ > [e] ~ /e/ > [i]; /o/ > [o] ~ /o/ > [u]) não é uma característica somente do português brasileiro moderno e que o fenômeno de elevação dessas vogais pode ser observado em períodos anteriores ao século XXI.

Muitos linguistas afirmam que estudar o valor fonético das vogais /e/ e /o/ átonas finais, em períodos mais recuados, tem sido um desafio devido à dificuldade em se obter evidências sobre suas realizações. De acordo com Naro (1973) e Maia (1986), a prática ortográfica é a única fonte existente para obtermos alguma pista sobre a pronúncia das vogais médias átonas finais em períodos antigos.

Beal (2012), no entanto, ressalta que, a partir do ano de 1500, é possível obter informações sobre o estado linguístico de uma língua por intermédio de duas categorias de evidência: a *direta* e a *indireta*.

Direct evidence includes statements by orthoepists, elocutionists, and grammarians and is direct in the sense that the authors are intentionally providing evidence about the state of the language; indirect evidence consists of texts of various kinds in which the author is not consciously providing evidence of the state of the language, but from which historical linguists can deduce such evidence (BEAL, 2012, p. 64).

Com base nisso, esta dissertação investigou o processo de elevação das vogais médias átonas finais no português brasileiro a partir da análise de dois tipos de dados empíricos: a *evidência direta*, que se compõe de obras metalinguísticas e didáticas publicadas entre os séculos XVI e XIX; e a *evidência indireta*, que é formada por registros escritos, ou melhor, por correspondências do século XIX pertencentes ao acervo da famosa *Coleção Varela*.

Através do levantamento grafemático das vogais <e> e <o> em correspondências oitocentistas, tentou-se obter evidências, ou seja, indícios que demonstrassem a existência do fenômeno de elevação das vogais médias átonas finais em um momento do passado da língua, no qual não se tem registros orais em decorrência de não haver tecnologia disponível para a gravação de fala.

Ademais, procurou-se obter informações sobre a pronúncia das vogais átonas finais /e/ e /o/ em obras metalinguísticas e didáticas. Segundo Maia (1986), Penke e Rosenbach (2007),

Beal (2012) e Schalley (2012), as declarações e julgamentos de estudiosos do passado são fontes de grande valia para se obter evidências diretas sobre o estado linguístico de uma língua em períodos antigos.

Como foram encontrados poucos dados durante a análise desta pesquisa, optou-se por uma análise de caráter qualitativo, porque a baixa quantidade de dados obtidos não permitiu o desenvolvimento de uma análise de caráter quantitativo conforme recomenda os preceitos da *Sociolinguística Histórica*. Embora não seja possível esboçar amplas generalizações sobre o fenômeno investigado, Montgomery (1995, p. 9) afirma que a análise qualitativa permite esboçar razoáveis observações sobre o mesmo.

A pesquisa que ora se apresenta divide-se em 05 capítulos.

No capítulo 1, são apresentados os pressupostos teórico-metodológicos, que norteiam esta pesquisa, e a síntese das pesquisas realizadas anteriormente sobre as vogais médias átonas finais.

No capítulo 2, são abordados o motivo para a escolha do tema desta pesquisa, os objetivos e as hipóteses da mesma. Em seguida, descrevem-se os *corpora* e a metodologia para a coleta de dados.

No capítulo 3, relata-se a história do português brasileiro, seguido da descrição das hipóteses sobre sua origem. Além disso, são descritas as evoluções fonéticas e fonológicas das vogais portuguesas.

No capítulo 4, trata-se da história concisa da ortografia portuguesa, seguido da descrição do sistema ortográfico do português brasileiro no século XIX.

No capítulo 5, empreende-se uma análise qualitativa sobre o tema em questão segundo os preceitos da *Sociolinguística Histórica*.

Por fim, na última seção, são apresentadas as considerações finais da presente dissertação.

1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, são apresentados os pressupostos teórico-metodológicos que norteiam esta pesquisa e a síntese das pesquisas realizadas sobre as vogais médias átonas finais que utilizaram tanto amostras de língua falada quanto de língua escrita.

1.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Nesta seção, abordam-se os pressupostos teórico-metodológicos adotados na presente dissertação. Primeiramente, relata-se uma breve história sobre a evolução da *Sociolinguística Histórica* como ciência, e, em seguida, trata-se da questão da representação de sons e fonemas pelo registro escrito antigo.

1.1.1 SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA

Partindo da premissa de que as línguas são sistemas complexos e dinâmicos que estão em constante evolução para suprir as necessidades comunicativas de seus falantes, a *Sociolinguística Histórica* tem por objetivo descrever e explicar os fenômenos de variação e mudança linguística em seu contexto social, cultural e histórico. A grande precursora desta disciplina da *Linguística* foi Suzanne Romaine (2009[1982]), ao propor a união dos métodos de análise da *Sociolinguística Variacionista* com os da *Linguística Histórica* para investigar fenômenos linguísticos no passado.

Segundo Nevalainen e Raumolin-Brunberg (2012, p. 24), assim como em qualquer outro campo de investigação histórica, a *Sociolinguística Histórica* deriva sua *raison d'être* do *Princípio do Uniformitarismo*. Este princípio, formulado pela *Geologia* no século XIX, afirma que os mesmos fenômenos naturais que atuaram no passado são os mesmos que atuam, de maneira uniforme, na Terra nos dias atuais (LYELL, 1830). No campo da *Linguística*, este princípio foi introduzido por William Dwight Whitney (1867), exercendo grande influência na corrente neogramática.

Dentro da *Linguística Histórica*, o *Princípio do Uniformitarismo* (WHITNEY, 1867; LABOV, 1994; JOSEPH; JANDA, 2003) passou a postular que as forças que operam para produzir a mudança linguística no presente são as mesmas que operaram no passado. Para Whitney (1867, p. 184):

The nature and uses of speech, and the forces which act upon it and produce its changes, cannot but have been essentially the same during all the periods of its history, amid all its changing circumstances, in all its varying phases; and there is no way in which its unknown past can be investigated, except by the careful study of its living present and its recorded past, and the extension and application to remote conditions of laws and principles deduced by that study.

O *Princípio do Uniformitarianismo* é uma pré-condição necessária para que o linguista possa proceder à reconstrução histórica da língua que está sendo investigada. Dessa forma, ao utilizar o presente para explicar o passado, o pesquisador poderá inferir, através da observação de processos em curso, como eram os fenômenos que operaram no passado. No entanto, ao propor o uso de métodos de análise variacionista com dados históricos, Romaine (2009[1982]) sugere que é possível usar o passado para explicar o presente.

A autora (op. cit.) também ressalta que a *Sociolinguística* não tem o privilégio exclusivo sobre o estudo da variação, porque a *Linguística Histórica* e a *Dialetologia* se interessam pelo estudo da variação através do tempo e do espaço, respectivamente, há muito mais tempo que a *Sociolinguística*. Se a *Linguística* e a *Sociolinguística* têm o mesmo objetivo, que é estudar a língua, então a *Sociolinguística* deve ser testada com novos e diferentes tipos de dados (ROMAINE, 2009[1982]). Isto quer dizer que o estudo sociolinguístico deve ir além da descrição sincrônica realizada com base em amostras de língua falada, ou seja, deve realizar estudos baseados em amostras de língua escrita também, porque a variação também ocorre na língua escrita. Para a autora (op. cit.), as técnicas que os sociolinguistas utilizam para investigar a variação com amostras de fala também deveriam ser empregadas para estudar a variação em registros escritos. Segundo Romaine ((2009[1982], p. 13):

Anyone can observe that two samples of speech or writing are different. Sociolinguistic analysis can show us that these differences are objectively measurable, and that there are patterns in the choices which a speaker/writer does make, on the one hand, and can make, on the other. Since the choices are not entirely free, we need to observe the conditions or factors that may influence them; and it is here that sociolinguistic methodology is applicable.

O que a autora sugere é que a língua escrita seja considerada como uma fonte primária tão valiosa quanto à língua falada no que se refere à investigação linguística, pois ambas são apenas formas diferentes de representar a mesma língua.

Since a medium is not itself a language, a distinction can be made between a linguistic pattern and its material embodiment, or between form and substance; in other words, language is form and medium is substance. Obviously this has great implications for linguistic theory as a whole; once we accept that the basic dichotomy exists between language and medium (and not between language and writing, or speech and writing), it can no longer be argued that all forms of the written language (or even sign language, for that matter) are outside the field of linguistics. The function of writing then is not merely to record the spoken language; writing has an independent existence (ROMAINE, 2009[1982], p. 14-15).

Durante séculos, a língua escrita serviu como objeto de estudo para os linguistas que buscavam descrever e explicar fenômenos linguísticos no passado e, principalmente, para obterem evidências acerca da fala de uma comunidade. No início do século XIX, foi a língua escrita que forneceu informações a respeito dos estágios fonéticos das línguas, portanto a língua escrita é uma importante fonte primária para as investigações linguísticas. Como diz Halliday (2006, p. 5), “it is part of the task of linguistics to describe texts; all the texts, including those, prose and verse, which fall within any definition of “literature”, are accessible to analysis by the existing methods of linguistics”. Isto demonstra que o linguista deve estar apto para investigar e descrever fenômenos linguísticos tanto em amostras de fala como em amostras de língua escrita.

Montgomery (2007, p. 114) afirma que os registros escritos compõem-se de formas ortográficas, as quais podem estar sujeitas à interpretação linguística. Mesmo que o texto escrito não seja o reflexo simples e direto da fala, a escrita pode permitir a observação de traços gramaticais e de pronúncia se levar-se em consideração sua regularidade e aproximação com evidências de outras fontes, como comentários linguísticos contemporâneos e registros de períodos anteriores ou posteriores. Para o autor:

The conformity of many misspellings to known pronunciation and the systematic patterning of grammatical features argue that the language of such documents is far from random and haphazard and can fill the gaps in the history of the language. While misspellings do indicate a struggling writer, normally his/her speech is brought constantly to bear in this process, producing “systematic attempts by writers to utilise what orthographic knowledge they possess in a rule governed way to express their phonological and phonetic intuitions” (Jones 1991:83) (MONTGOMERY, 2007, p. 116).

No que diz respeito ao *corpus* de análise, o autor ressalta que o pesquisador precisa seguir alguns critérios para a composição do mesmo e que o caráter da análise, quantitativo ou qualitativo, será determinado pelo tipo de material disponível para a investigação. Em outras palavras, linguista precisará identificar, descrever e selecionar os textos e os autores que produziram estes textos (MONTGOMERY, 2007). Caberá ao linguista estabelecer seus próprios critérios quanto à seleção dos textos que comporão o *corpus*, isto é, qual texto será incluído ou excluído da seleção e a justificativa para tal procedimento.

In corpus construction, texts are selected using accountable, transparent principles, e.g., they are the earliest or the most reliable edition of a printed work, or they form equal-sized text-samples chosen by time period, genre, type of author/speaker, locale, mode of language, etc. Validity and representativeness are multi-dimensional, ever-present issues in corpus construction regardless of the provenance or authorship/source of texts (MONTGOMERY, 2007, p. 121).

Além disso, é interessante salientar que a composição do *corpus* é um trabalho que exige paciência, persistência e tempo em função de o linguista ter de selecionar o material de forma criteriosa e minuciosamente. Assim, dependendo do tipo de fenômeno a ser investigado e do tipo de material disponível, este trabalho pode levar anos para ser concluído.

Montgomery (2007, p. 121-124) sugere ainda que pesquisador leve em consideração algumas questões no momento de construir o *corpus*. Para facilitar esse trabalho, o autor estabelece algumas dimensões a serem levadas em consideração. Dentre essas dimensões destacam-se as: *textuais*; *temporais*; *sociais*; *espaciais*; e *de representatividade*.

a) ***dimensões textuais***: o pesquisador deve verificar a natureza do registro escrito em si. Para isso, é preciso verificar que tipo de texto é, quão próximo da fala é o texto e qual é o estilo textual do manuscrito, porque os textos não são a representação simples e direta da fala. Em virtude disso é necessário ter cautela quanto a sua validade para a investigação histórica. Por exemplo, no caso dos textos literários (peças, diálogos ficcionais, etc.), estes podem apresentar variação exagerada e explorar estereótipos, dificultando, dessa forma, o trabalho do linguista em estabelecer a relação deles com os modelos da vida real.

b) ***dimensões temporais***: o pesquisador deve buscar informações referentes a data em que o texto foi produzido e qual período da história da língua o texto representa. Neste caso, há uma grande vantagem em utilizar cartas, documentos, jornais, etc., como fontes primárias, porque é possível obter a data e o local de origem dos mesmos. Já com textos literários (peças,

poesias, etc.) tem-se a desvantagem de ter apenas a data de publicação, pois o texto pode ter sido produzido muitos anos antes da publicação. Em consequência disso, torna-se difícil definir à que época pertence a língua retratada pelo autor.

c) *dimensões sociais*: o pesquisador deve tentar descobrir por quem o texto foi produzido, que informações pode obter sobre a vida daquele autor, e de quem a língua do texto representa. No que tange aos textos publicados, há grande desvantagem em precisar a identidade e o perfil social dos envolvidos (editor, impressor, etc.) na produção do texto por serem, geralmente, desconhecidos. Ao passo que há grande vantagem ao lidar com manuscritos pessoais, como cartas e bilhetes, pois permitem, na maioria dos casos, delinear o perfil sociocultural daqueles que produziram estes textos. Neste caso, o linguista pode obter estas informações através dos próprios manuscritos desses autores ou por intermédio de arquivistas ou historiadores.

d) *dimensões espaciais*: o pesquisador precisa saber a que região aquele texto pertence; qual é a nacionalidade ou a região de origem do autor, e se o texto, ou melhor, a variedade da língua é localizável, isto é, se pelo sistema ortográfico daquele autor é possível definir de que região ele provém. Em tempos mais antigos, era comum saber, por meio da escrita, o local de onde provinha um indivíduo, pois cada lugar tinha sua própria característica gráfica em decorrência da falta de uniformização no sistema ortográfico das línguas. Neste item é importante salientar que o estudioso pode buscar informações pessoais do(s) autor(es) em igrejas, cartórios, arquivos públicos, etc., por serem instituições que registram e preservam documentos.

e) *dimensões de representatividade*: o pesquisador precisa detectar de quantos indivíduos o texto provém, a que classe social esses indivíduos pertencem e quão generalizável são os padrões da língua que esses indivíduos evidenciam em sua escrita. Neste caso, a obtenção dessas informações dependerá da disponibilidade ou da sobrevivência dos manuscritos. Na maioria das vezes, o material que está à disposição da pesquisa histórica pode estar fragmentado, transcrito para uma linguagem atual, ter sofrido alterações gráficas ou, ainda, falsificações.

Para Montgomery (2007) e Schneider (2002), há uma grande diferença entre o planejamento de uma pesquisa sociolinguística em sincronia atual e uma pesquisa histórica, porque os sociolinguistas podem definir a amostra e os informantes, ao passo que a investigação de cunho histórico sempre estará restrita à disponibilidade dos registros escritos.

Em virtude disso, é comum surgirem certos problemas ao longo do desenvolvimento da análise sociolinguística histórica. Dentre esses problemas, destacam-se:

- *a representatividade da amostra que geralmente é pequena;*
- *a validade dos textos escritos para análise que depende do autor (sua vontade em representar as formas da fala ou sua habilidade para tal);*
- *escolher entre uma análise quantitativa ou qualitativa;*
- *determinar os parâmetros de contextos extralinguísticos, que, em muitas vezes, não é possível devido à falta de acesso às informações a respeito do escritor.*

De acordo com Kretzschmar e Stenroos (2012, p. 113-114):

A corpus of texts can never represent, in the sense of a randomized sample, a “real” historical population of speakers. In most periods, literacy has been confined to an elite minority, and the text types produced would represent a small part of the overall range of language use. In addition, the survival of texts is unpredictable but also not random: certain types of texts are more likely to have survived than others [...] For historical surveys dealing with written data, the choice of linguistic features and variables will depend on the realities of text production, the types of text produced, and the degree of institutionalization involved in the period and community surveyed.

Contudo estas dificuldades enfrentadas pelo pesquisador não impedem a execução da análise, que pode ser de caráter qualitativo, a qual, mesmo não oferecendo amplas generalizações, pode fornecer observações razoáveis sobre o fenômeno (MONTGOMERY, 1995). Como diz Labov (1994, p.11) é preciso fazer o melhor uso desses “dados ruins”, pois os documentos históricos sobrevivem por acaso, sem propósito, e a seleção que está disponível para pesquisa é o produto de uma série imprevisível de acidentes históricos. Romaine (2009[1982], p. 122) e Joseph e Janda (2003, p. 14) também afirmam que, apesar de ser fragmentado e incompleto, o dado histórico é válido para a investigação histórica. Schneider (2002, p. 90-91) ressalta, ainda, que “working with written data requires somewhat more judgment and assessment than an analysis of audio recordings, but the difference is a matter of degree: essentially, with both approaches the goal is the same, and the pathways to reach it are very similar”.

1.1.2 A REPRESENTAÇÃO DE SONS E FONEMAS PELO REGISTRO ESCRITO ANTIGO

De acordo com Lass (2000, p. 44), a testemunha de primeira ordem de um passado linguístico mais distante são os registros escritos. Apesar de os registros escritos serem de suma importância para explicar o passado de uma língua, isto não sugere facilidade na sua interpretação linguística, porque o pesquisador precisa determinar a relação entre o sistema gráfico da língua investigada e a substância fônica que esta grafia poderia representar.

Para Schneider (2002), o registro escrito funciona como uma espécie de filtro que tem a função de fornecer a representação de um ato da fala realizado num momento do passado. Assim, para reconstruir esse ato da fala, o linguista precisa saber que efeito este filtro tinha, ou melhor, quão próximo essa representação está do evento original de fala. Segundo o autor:

[...] whether explicitly or indirectly, a variationist linguist analyzing written records is likely to observe what I call a *Principle of Filter Removal*: a written record of a speech event stands like a filter between the words as spoken and the analyst. As the linguist is interested in the speech event itself (and, ultimately, the principles of language variation and change behind it), a primary task will be “to removal the filter” as far as possible, i.e. to assess the nature of the recording process in all possible and relevant ways and to evaluate and take into account its likely impact on the relationship between the speech event and the record, to reconstruct the speech event itself, as accurately as possible (SCHNEIDER, 2002, p. 68).

De acordo com Lass (2000, p. 47), a escrita pode “representar a língua”, e, por causa disso, os registros escritos podem ser considerados grandes fornecedores de evidências de processos fonético-fonológicos.

Alphabets are standardly assumed to represent basically at phonemic level. Sometimes they may access ‘deeper’ (e.g. morphophonemic) strata, but not shallower ones: decent orthographies are not phonetic. This is fortunately not always true, and the fact that (some) scribes and traditions are given to (some) allophonic writing can be a useful source of historical information (LASS, 2000, p. 57).

Romaine (2009[1982], p. 16) assegura que é possível investigar e estudar a variação através da língua escrita, porque “the written hand shows regular variation in orthographic symbols which is conditioned by context in the same way that the spoken language displays allophonic variation”. Todavia, é necessário que o linguista saiba diferenciar o que pode ser considerado uma representação gráfica daquilo que pode ser uma representação fonético-fonológica do(s) segmento(s) de uma língua. Em outras palavras, é preciso que o estudioso esteja atento para não confundir o erro de um escriba com uma representação de um som. Para evitar este tipo de equívoco, Lass (2000) recomenda que o pesquisador:

- 1^a. *seja falante nativo da língua investigada;*
- 2^a. *tenha conhecimento profundo da língua da época na qual o manuscrito foi escrito;*
- 3^a. *preste atenção às pistas e informações que o contexto do texto examinado fornece para responder às indagações da pesquisa em questão.*

O autor (op. cit.) sugere ainda uma classificação para definir se o dado coletado do registro escrito é realmente significativo ou não para o estudo da variação e da mudança linguística. As principais categorias dessa classificação são (LASS, 2000):

- **Lixo** (*Garbage*): grafias que podem ser consideradas ‘*lapsus calami*’ ou um erro do escriba. Ex: *charope* ao invés de *xarope*.
- **Variação puramente gráfica** (*Purely Graphic Variation*): grafias que apresentam certas características de uma tradição ortográfica ou da busca por traços etimológicos. Ex: consoantes geminadas → *bocca*.
- **Grafias fonologicamente significativas** (*Phonologically Significant Variation*): grafias que podem expressar fenômenos fonológicos, isto é, traços característicos da fala. Ex: *mininu* ao invés de *menino*.

Para analisar pronúncia a partir de registros escritos, Montgomery (2007, p. 116) recomenda que o pesquisador saiba distinguir *variação significativa* da *variação não significativa* através da interpretação de grafias ocasionais (*occasional spellings*), que são consideradas como “ponto(s) de partida inconsciente da grafia convencional de uma palavra” (STEPHENSON, 1967 apud MONTGOMERY, 2007, p. 116). Excluindo os erros acidentais de ortografia, que não fornecem nenhuma pista sobre pronúncia, a grafia ocasional pode ser de dois tipos: a fonética (*phonetic*) e a inversa (*inverse*).

A phonetic spelling is “one in which the writer has substituted for the conventional spelling a spelling based on some familiar correspondence of symbol to sound” (1967: 39), e.g. *ginneral* for *general*. An inverse spelling is “one in which the writer substituted for the conventional spelling of a word a spelling based on the analogy of some other word containing an orthographic fossil, perhaps etymologically justified but no longer symbolizing a sound in the writer’s dialect... The imitative introduction of an orthographic fossil into the spelling of a word where it is not traditional usually means that the writer has created or employed an unhistorical spelling, although the fossil may be historical in the model the writer is imitating” (1967: 40), e.g. *kneed* for *need*. Examples in the latter category may also be characterized as orthographic hypercorrections.

Para Montgomery (2007), as grafias ocasionais, que fornecem as pistas mais úteis para a identificação de indícios de pronúncia, são aquelas que:

- exibem um padrão estrutural em uma determinada variedade de uma língua falada e não refletem apenas um caso de reversão¹ grafêmica (grafias não significativas que podem ser *fonética* ou *inversa*);
- ocorrem na grafia de mais de um escritor (de preferência que esses escritores pertençam à épocas e lugares diferentes);
- forneçam confirmação plausível da pronúncia proveniente de outras fontes e de outras variedades.

Ao lidar-se com grafias como evidência de pronúncia, a suposição é de que qualquer divergência da norma se trate de uma grafia fonética e, com isso, possa fornecer pistas a respeito da pronúncia da época investigada. No entanto, não é isso que ocorre na maioria dos casos, porque nem sempre a ortografia pode estar representando o som de um segmento. Segundo Beal (2012), a vantagem das grafias ocasionais, como evidências fonético-fonológicas, reside no fato de poderem fornecer pistas acerca da pronúncia coloquial/não padrão. Diferentemente dos gramáticos e outros estudiosos, os falantes/escritores não têm a intenção de prescrever nenhuma norma, e, por causa disso, seus registros são considerados testemunhas confiáveis e desinteressadas (BEAL, 2012). Porém, a desvantagem de usar este tipo de evidência consiste na dificuldade em interpretar os valores fonéticos das letras em períodos muito antigos na história de uma língua.

Maia (1986, p. 304) afirma que o conhecimento do estado fonológico moderno da língua investigada pode ajudar no processo de interpretação dos textos antigos no que diz respeito às relações entre grafemas e fonemas. No entanto, a autora aconselha que é preciso ter em mente que o que interessa é pôr em relação os grafemas com os fonemas da época a que os textos se referem e não com os fonemas atuais. De acordo com Maia (1986, p. 300):

Quando se faz a análise de qualquer material grafemático pretende-se averiguar a relação entre o respectivo sistema grafemático e o sistema fonológico ou, se possível, o grau de correspondência entre as unidades das formas escrita e falada da língua nessa época. Tal tarefa não é, naturalmente, fácil, dado que os sistemas de escrita são, a maior parte das vezes, insuficientes e imperfeitos no seu modo de

¹ **Reversão:** processo no qual ocorre o espelhamento ou rotação de letras: “*lama / mala*”, “*cebola / cedola*”(SILVA MANFREDI *et al*, 2008; SOUZA, 2011; ZORZI, 2006).

representar a língua falada, já que a escrita não representa os sons concretos da fala, mas sons-tipo e, a partir daí, os fonemas. As dificuldades são evidentemente maiores quando se pretende fazer a análise de textos antigos, correspondentes a épocas em que faltam por completo as informações fonéticas de gramáticos contemporâneos.

Maia (1986) sugere ainda que o pesquisador leve em consideração os testemunhos dos gramáticos antigos e contemporâneos, porque suas descrições sobre o estado linguístico da língua constituem importantes fontes de informação sobre o processo evolutivo dessa língua.

Nesse sentido, pode-se dizer que o estudo grafemático constitui um importante recurso na reconstituição da pronúncia de épocas mais distantes, as quais não se tem acesso a não ser pelos registros escritos. Além disso, é importante destacar que os testemunhos dos estudiosos do passado também são fontes relevantes de evidência direta sobre o estado linguístico de uma língua.

1.2 SÍNTESE DE PESQUISAS SOBRE AS VOGAIS MÉDIAS ÁTONAS FINAIS

Nesta seção, far-se-á uma revisão dos trabalhos realizados anteriormente a respeito das vogais médias átonas finais que utilizaram tanto amostras de língua falada como de língua escrita, a fim de levantar subsídios para a presente pesquisa.

1.2.1 Pesquisas Realizadas com Amostras de Língua Falada

Segundo a proposta de Câmara Jr (2008[1953]), as vogais do português brasileiro moderno formam um sistema de sete vogais /a, e, ε, i, ɔ, o, u / em posição tônica em virtude de essas vogais apresentarem uma função distintiva neste contexto. No entanto, quando estas mesmas vogais se encontram em posições átonas, esse quadro pode sofrer redução em decorrência de um processo de perda ou supressão dos traços que distingue dois fonemas entre si. Isto é o que a teoria fonêmica chama de neutralização (TRUBETZKOY (1971[1958])). Assim, em função desse processo, surgem subsistemas de cinco vogais na posição pretônica, de quatro na posição postônica não final, e de três na posição átona final.

Em posição pretônica, os fonemas /e/ e /ɛ/ perdem os traços que os distinguem entre si formando um quadro de cinco vogais átonas /i u e o a/ (*t[ɛ]la > t[e]celão; m[ɔ]le > m[o]leza*). Na posição postônica não final, os fonemas /o/ e /u/ perdem os traços que os distinguem entre si resultando num quadro de quatro vogais /i u e a/ (*abób[o]ra > abórb[u]ra*). Já na posição átona final, há a perda dos traços que distinguem entre si os fonemas /e/ e /i/ e entre /o/ e /u/, respectivamente, a ponto de formar um quadro de três vogais /i u a/ (*dent[e] > dent[i]; mant[o] > mant[u]*). De acordo com Bisol (2003, p. 273-274):

A passagem de um subsistema para outro é identificada pela elevação gradual da vogal média (ɛ, ɔ > e, o > i, u) que ocorre de acordo com o grau de enfraquecimento da sílaba: as pretônicas são relativamente menos fortes do que as tônicas e as átonas postônicas são as mais fracas. Fica, pois, o sistema das primeiras com cinco vogais, enquanto as finais se reduzem a um sistema de três vogais. Como os valores forte/fraco emergem da atribuição do acento primário, o processo tem por domínio a palavra prosódica.

Conforme a proposta de Câmara Jr (2008[1953]), a neutralização das vogais átonas do português brasileiro pode ser representada da seguinte forma:

(1) *Neutralização (CÂMARA JR, 2008[1953]):*

Posição	Tônica	Posição Pretônica	Posição Postônica Não-final	Posição Átona Final
/i/	/u/	/i/	/u/	/i/ /u/
/e/	/o/	/e/	/o/	/e/
/ɛ/	/ɔ/			
/a/		/a/	/a/	/a/

No que se refere ao fenômeno da elevação das vogais médias átonas finais no português do Sul do Brasil, ou melhor, na variedade gaúcha, diversas pesquisas (SCHMITT, 1987; VIEIRA, 1994; ROVEDA, 1998; CARNIATO, 2000; SILVA, 2009; MILESKI, 2013), realizadas com amostras de fala do Rio Grande do Sul, revelam que o referido fenômeno atua como uma regra variável, podendo ser encontradas realizações como *livr[o] ~ livr[u]* e *gol[e] ~ gol[i]*, com exceção da região metropolitana na qual esse processo atua de forma categórica.

A pesquisa de Schmitt (1987) foi o primeiro estudo realizado sobre a elevação das vogais médias postônicas no Estado do Rio Grande do Sul. Para desenvolver sua investigação acerca do fenômeno, a autora utilizou amostras da fala de comunidades bilíngues, como

Taquara e Veranópolis, da região de fronteira com o Uruguai (Livramento) e da região metropolitana. A partir dos resultados obtidos, Schmitt conseguiu verificar que a regra de elevação das vogais médias postônicas atuava de forma categórica na região metropolitana, ao passo que nas demais regiões analisadas o fenômeno atuava de forma variável devido à influência de outras línguas, como o alemão, o italiano e o espanhol.

Vieira (1994), com o intuito de estudar a neutralização das vogais médias postônicas, utilizou amostras da fala de informantes de comunidade bilíngues, como Taquara e Veranópolis, da região de fronteira com o Uruguai (Livramento) e da região metropolitana, exatamente como fez Schmitt (1987). Com base nos resultados de sua análise, a autora chegou às mesmas conclusões de Schmitt (1987), ou seja, de que nas comunidades bilíngues a regra de elevação das vogais médias postônicas atuava de forma variável, enquanto nas regiões monolíngues, o fenômeno era categórico.

Para investigar o processo de elevação das vogais médias átonas finais, Roveda (1998) baseou sua pesquisa em amostras de fala de comunidades bilíngues (Flores da Cunha/RS e Chapecó/SC) e monolíngues (Porto Alegre/RS e Florianópolis/SC). Levando em consideração os resultados obtidos, a autora observou que, nas comunidades bilíngues, a regra de elevação das vogais médias átonas finais atuava de forma variável, enquanto nas comunidades monolíngues a regra era categórica. Roveda (1998) notou ainda que a influência de outras línguas (o português açoriano e o italiano) inibia o processo de elevação das vogais médias em posição átona final.

Carniato (2000) buscou investigar a realização das vogais médias postônicas finais através da fala da comunidade de Santa Vitória do Palmar (RS), região de fronteira com o Uruguai. Os resultados de sua pesquisa revelaram que a regra de neutralização atuava como um fenômeno variável nesta comunidade. Além disso, a autora constatou que o maior responsável pelo comportamento variável das vogais médias átonas finais era o fator extralinguístico *faixa etária*, porque os jovens aplicavam significativamente mais a neutralização das vogais médias postônicas finais do que os informantes de outras faixas etárias.

Para estudar o processo de elevação das vogais médias átonas, finais e não finais, Silva (2009) utilizou amostras de fala de informantes pertencentes à comunidade de Rincão

Vermelho (RS), que faz fronteira com a Argentina. Segundo a autora, os resultados da pesquisa apontaram que a elevação das vogais médias átonas finais e não finais estava ocorrendo variavelmente, sendo a realização de /o/ > [u] mais frequente do que a realização de /e/ > [i], independente de o contexto ser final ou não final. Silva (2009) verificou ainda que a elevação em posição não final atingia mais a vogal /o/ do que a vogal /e/.

Mileski (2013), ao pesquisar a elevação das vogais médias átonas finais no português falado por descendentes de imigrantes poloneses em Vista Alegre do Prata (RS), chegou à conclusão de que o fenômeno atuava como uma regra variável, sendo a elevação de /o/ mais frequente que a de /e/. Além disso, a autora levantou a hipótese de que o fator extralinguístico *constituição étnica da população* poderia estar impedindo a implementação da regra de elevação das vogais médias átonas finais, a qual se encontrava em estágio inicial na referida comunidade.

Dessa maneira, levando em consideração os relatos dos pesquisadores citados anteriormente, pode-se dizer que o fenômeno da elevação das vogais médias átonas finais atua como uma regra variável na variedade gaúcha do português brasileiro atual.

1.2.2 Pesquisas Realizadas com Amostras de Língua Escrita

No Brasil, existem poucos estudos que utilizam fontes escritas para descrever a evolução da língua portuguesa, principalmente no que diz respeito à fonética e à fonologia do português brasileiro. A grande perscrutora dos estudos linguísticos que utiliza fontes de evidência indireta, ou seja, de registros escritos no Brasil é Rosa Virgínia Mattos e Silva, cujas pesquisas contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da Linguística Histórica em território brasileiro.

Com relação às vogais médias /e/ e /o/ em contexto átono final, foi constatado que há poucos estudos desenvolvidos sobre as referidas vogais. Dentre esses trabalhos destacam-se o de Naro (1973), Carvalho (1984), Carvalho (2005), Fonte (2010) e Monaretto (2013).

Para investigar as vogais médias em posição átona, Naro (1973) buscou interpretar as realizações fonéticas dessas vogais a partir dos grafemas <e> e <o> em posição de final de palavra, desde o português antigo até meados do século XVIII. Conforme o autor,

É difícil obter evidência para os períodos mais antigos. A única fonte existente é a prática ortográfica. A ortografia anterior ao século XVI precisa ser dividida em, pelo menos, dois períodos, embora seja comum usar o rótulo enganador de 'período fonético' para toda a ortografia pré-clássica. A ortografia de alguns, mas não de todos, os primeiros documentos em prosa que apareceram em português é muito diferente daquela que se desenvolveu mais tarde (NARO, 1973, p. 14-15).

Naro destacou ainda que são poucos os gramáticos e ortógrafos que apresentam alguma descrição mais detalhada sobre o comportamento linguístico dessas vogais. Por causa disso, o autor desenvolveu sua análise com base em:

- a) palavras que o malaio tomou por empréstimo do português no século XVI;
- b) transcrições fonéticas do português encontradas em algumas peças teatrais espanholas do século XVI;
- c) geografia dialetal;
- d) evidências retiradas de dialetos "arcaicos", como o dialeto caipira de São Paulo;
- e) remanescentes fossilizados de formas antigas;
- f) informações sobre essas vogais em gramáticas pertencentes ao século XVI em diante.

Tomando como base os resultados de sua análise, Naro (1973) chegou às seguintes conclusões: primeira, que *e* > *i* e *o* > *u* em posição átona final, em Portugal, entre o último quartel do século XVII e meados do século XVIII; segunda, que esta mesma mudança também ocorreu em muitas partes do Brasil em data desconhecida; e terceira, que as duas evoluções, a de Portugal e a do Brasil, foram independentes.

Em seu estudo a respeito das vogais médias átonas, do século XVI ao XVIII, Carvalho (1984) também comentou que as gramáticas e os compêndios de ortografia, do século XVI ao XVIII, trazem poucas informações acerca das realizações fonéticas das vogais postônicas finais /e/ e /o/, respectivamente. Segundo o autor:

Neste exame a que assim procederemos, entre 1536 e 1767, isto é, entre a primeira gramática portuguesa, a de Fernão de Oliveira, e a Ortografia de Frei Luís do Monte Carmelo, teremos desde já de registrar uma primeira conclusão desanimadora: a de que apenas três gramáticos ou ortógrafos, Fernão de Oliveira, D. Luís Caetano de

Lima (1736) e Luís António Verney (1746) podem ser verdadeiramente úteis para os nossos propósitos. Dos restantes, Duarte Nunes de Leão (1576), Magalhães de Gândavo (1574), Álvaro Ferreira de Vera (1631), Jão [*sic*] Franco Barreto (1671), Contador de Argote (1725) são de nenhum préstimo para o esclarecimento do problema do vocalismo átono. João de Barros (1540) só pode servir-nos num aspecto de pormenor; Monte Carmelo, que escreveu a mais completa exposição da pronúncia portuguesa antes de Gonçalves Viana, só complementarmente nos auxilia [...] (CARVALHO, 1984, p. 80-81).

Em sua pesquisa, o autor considerou como fontes de informação os testemunhos dos gramáticos e ortógrafos antigos e as variedades modernas do português, incluindo os falares crioulos. Isso o conduziu à conclusão de que, entre os séculos XVI e XVIII, em sílaba final, o sistema vocálico era composto por três fonemas, os quais eram representados por /E/, /A/ e /O/. Para Carvalho (1984, p. 103), o fonema /E/ normalmente era realizado como [i] de forma mais ou menos bem caracterizada, a não ser quando entravado por *r*, caso em que é realizado como [ɛ] (*carácter*); ao passo que o fonema /O/ era realizado quase como [u].

Ao estudar a vogal átona final /e/ a partir de documentos portugueses e brasileiros do século XIII ao XVI, Carvalho (2005, p. 47) salientou o quanto é difícil obter evidência sobre a pronúncia desta vogal em períodos mais antigos e em estabelecer a cronologia da realização de /e/ como [i]. Além disso, a autora ressaltou que, apesar de separados geograficamente, os territórios colonizados por falantes portugueses do século XVI apresentavam versões idênticas da elevação da vogal átona final /e/. Por isso, Carvalho acredita que esta poderia ser a pronúncia mais comum no português daquela época, ou até mesmo de períodos anteriores.

Assim, ao buscar evidências sobre a vogal átona final /e/ em documentos jurídicos do século XIII ao XVI, Carvalho constatou a existência de possíveis indícios da elevação da referida vogal. Para a autora:

It is clear however that from the last quarter of the 15th century this highly stigmatised ‘popular style’ of final unstressed *i*, once originally restricted to forms which had Latin final *ī*, began to spread once more, now not only to clitics and patronymics, but particularly to other forms where it had no etymological reason to exist (2005, p. 54).

Isto demonstra, segundo a autora, que a elevação da vogal átona final /e/ era um fenômeno antigo no português europeu.

Fonte (2010), ao investigar o sistema vocálico do português arcaico a partir das *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X (século XIII), notou que o sistema vocálico do português arcaico era composto por três vogais /e, o, a/ em contexto átono final. No que diz respeito à neutralização das vogais médias átonas finais, a autora constatou que este fenômeno já ocorria no português arcaico. De acordo com Fonte (2010, p. 192), “naquele momento da língua, já se verificava a neutralização entre /e/ e /i/, assim como entre /o/ e /u/, em posição átona final, que se verifica no Brasil”.

A autora observou ainda, no *corpus* analisado, a existência de alguns casos de variação gráfica entre <e> e <i> postônicos finais. Para Fonte (2010, p. 192), esta variação deve ser interpretada como reflexo de possíveis variações fonéticas na realização da vogal /e/ átona final no português arcaico. Quanto à variação entre <o> e <u>, a autora não identificou nenhum tipo de variação neste sentido nas *Cantigas de Santa Maria*. Segundo Fonte (2010, p. 192):

[...] o fato de não ter ocorrido variação gráfica entre as vogais posteriores, em posição postônica final, no *corpus* analisado, não significa que não havia, no PA, variação fonética envolvendo as vogais [o] e [u], nessa posição do acento. Foram levantadas, neste trabalho, duas hipóteses para a ausência de variação entre <o> e <u>, em posição átona final, nas CSM: ou a variação não foi registrada por causas morfológicas, já que <o> está, geralmente, associado à marcação do gênero masculino, em português; ou a vogal alta <u> não foi registrada, em posição postônica final, porque naquele momento da língua (século XIII), ao contrário do que ocorre no PB atual, era mais comum a ocorrência de [o], nessa posição, do que de [u].

Monaretto (2013), em sua investigação acerca do valor fonético das vogais médias postônicas em jornais gaúchos do século XIX, salientou a dificuldade em detectar a existência do fenômeno da neutralização das vogais médias postônicas finais no português oitocentista. Conforme a autora:

Evidências são encontradas na grafia do português antigo, mas alguns casos são considerados equívocos grafológicos, com base na língua falada. Outros assemelham-se a situações encontradas na fala nos dias atuais. Como a grafia não representa com precisão os sons da fala, é difícil investigar a evolução de fenômenos variáveis por meio da escrita, restando apenas fazer especulações e interpretações, a partir de indícios (MONARETTO, 2013, p. 18).

Em seu estudo com jornais gaúchos oitocentistas, Monaretto (2013, p. 93) comenta que se compararmos o alto índice de palavras grafadas com <i> e <u> ao invés de <e> e <o>, na posição pretônica, com o baixo índice de palavras com as mesmas grafias, em contexto postônico, é possível observar que o processo de alteamento de vogais médias era operante no

século XIX. Além disso, a autora menciona que o fenômeno de alçamento poderia atuar em outras posições.

No que se refere às vogais postônicas, Monaretto (2013, p. 93) afirma que “a ortografia neutraliza o valor fonético dessas vogais, deixando alguns resquícios em clíticos e em algumas poucas palavras, de forma arbitrária”. Com base nisso, a autora chega à conclusão de que não é possível verificar o valor fonético das vogais postônicas em jornais gaúchos do século XIX.

Dessa forma, levando em consideração os relatos dos pesquisadores citados anteriormente, pode-se observar que o processo de elevação das vogais médias átonas finais é um fenômeno antigo na história da língua portuguesa. Ademais, nota-se que, apesar da escassez de fontes primárias disponíveis e da dificuldade em se obter evidências, é possível investigar o valor fonético das vogais médias átonas finais em períodos antigos.

2. METODOLOGIA

Neste capítulo, são abordados o motivo para a escolha do tema desta pesquisa, os objetivos e as hipóteses da mesma. Em seguida, descrevem-se os *corpora* e a metodologia para a coleta de dados.

2.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA DESTA PESQUISA

O tema desta dissertação foi escolhido a partir da constatação de que há poucos trabalhos existentes que fazem referência às vogais /e/ e /o/ em posição átona final. Cabe ressaltar que grande parte desses estudos tem como principal objetivo descrever a realização dessas vogais no português europeu. Todavia, é necessário mencionar que há duas pesquisas que investigaram as realizações das vogais médias átonas finais no português brasileiro: o primeiro é de Carvalho (2005) e o segundo, de Monaretto (2013). No estudo de Carvalho (2005), o objetivo era estudar a vogal átona final /e/ em documentos portugueses e brasileiros produzidos entre os séculos XIII e XVI. Já o de Monaretto (2013), o intuito era buscar evidências sobre o valor fonético das vogais médias postônicas através de jornais gaúchos do século XIX.

Diante disso, a relevância da presente dissertação consiste no fato de não haver, ainda, um estudo detalhado e específico sobre as vogais médias átonas finais no português brasileiro do século XIX, que utilize tanto fontes de *evidência direta* (gramáticas, compêndios de ortografia, cartilhas, dicionários, etc.) quanto *fontes de evidência indireta* (registros escritos). Com este trabalho, pretende-se comprovar que o fenômeno de elevação das vogais médias átonas finais já atuava no português brasileiro do século XIX.

2.2 OBJETIVOS

2.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho visa a contribuir para a história do português brasileiro e para o enriquecimento dos estudos linguístico-históricos no Brasil através da investigação sobre o fenômeno de elevação das vogais médias átonas finais no português oitocentista. Para a execução de tal, os *corpora* foram constituídos a partir de dois tipos de dados empíricos: a *evidência direta* e a *evidência indireta* (MAIA, 1986; LASS, 2000; MONTGOMERY, 2007; SCHNEIDER, 2002; PENKE; ROSENBACH, 2007; BEAL, 2012; SCHALLEY, 2012).

Entendem-se como *evidências diretas* as declarações de ortoepistas, elocucionistas e gramáticos devido ao fato de estes fornecerem informações sobre o estado de uma língua de forma intencional por meio da prescrição de normas. Como *evidências indiretas*, consideram-se os textos produzidos pelos falantes/escritores², porque estes fornecem, de forma inconsciente, evidências a respeito do estado de uma língua. Desse modo, os *corpora* da presente pesquisa foram formados por obras metalinguísticas e didáticas publicadas entre os séculos XVI e XIX, e por correspondências produzidas no Estado do Rio Grande do Sul, durante o século XIX.

2.2.2 Objetivos Específicos

O presente estudo busca, especificamente, investigar o fenômeno de elevação das vogais /e/ e /o/ átonas finais, no português brasileiro do século XIX, através do levantamento grafemático dessas vogais em correspondências oitocentistas, segundo os pressupostos teórico-metodológicos da *Sociolinguística Histórica* (ROMAINE, 2009[1982]; LASS, 2000; MONTGOMERY, 2007; SCHNEIDER, 2002). Para verificar a existência deste fenômeno, procura-se encontrar formas grafadas com <i> e <u> no lugar de <e> e <o>, respectivamente, em posição de final de palavra (*quent<e> → quent<i>; mant<o> → mant<u>*).

Este estudo busca, também, informações sobre a realização das vogais médias átonas finais em obras metalinguísticas e didáticas, publicadas entre os séculos XVI e XIX, para, dessa forma, verificar se o processo de elevação das referidas vogais atuava ou não no português brasileiro do século XIX.

² Nos estudos de cunho histórico, considera-se falante/escritor aquele indivíduo que produziu o manuscrito, em outras palavras, o autor do registro escrito.

De acordo com Câmara Jr (2010[1971]), em posição átona, o sistema das sete vogais tônicas /i, u, e, o, ε, ɔ, a/ fica com o número de fonemas reduzido por causa de um processo de neutralização, no qual há a perda ou a supressão dos traços que distingue entre si dois fonemas (TRUBETZKOY, 1971[1958]). Em consequência disso, esse quadro de sete vogais tônicas passa a ser formado por três vogais em posição átona final: /i, u, a/ (*pass[i]*, *casca[u]*, *manga[a]*). Isto demonstra que a elevação da vogal média (/e/ > /i/; /o/ > /u/) ocorre conforme o grau de enfraquecimento da sílaba: as pretônicas são relativamente menos fortes do que as tônicas, enquanto as postônicas são as mais fracas. Já que o valor forte/fraco surge da função conferida ao acento primário, o fenômeno da neutralização tem por domínio a palavra. Para Câmara Jr (2010[1971], p. 28), a presença do acento constitui a circunstância ótima para caracterizar as vogais portuguesas, porque é a posição tônica que nos dá em sua nitidez e plenitude os traços distintivos vocálicos. Ao passo que as posições átonas favorecem o que se chama na teoria fonêmica de neutralização.

Com base nisso, as questões que nortearão esta pesquisa serão as seguintes:

- a) Há descrições a respeito da realização das vogais átonas finais /e/ e /o/ como [i] e [u], respectivamente, nas obras metalinguísticas e didáticas publicadas entre os séculos XVI e XIX?
- b) O registro escrito pode fornecer algum indício sobre a atuação do fenômeno de elevação das vogais médias átonas finais na variedade do português do Estado do Rio Grande do Sul, durante o século XIX?
- c) Uma vez constatadas ocorrências de vocábulos grafados com <i> e <u> no lugar de <e> e <o>, respectivamente, é possível atribuir algum fator linguístico ou extralinguístico a esta representação?

Os *corpora* deste estudo são constituídos por obras metalinguísticas e didáticas publicadas entre os séculos XVI e XIX, e por correspondências produzidas no Estado do Rio Grande do Sul, durante o século XIX.

2.3 HIPÓTESES

Para a presente pesquisa, foram formuladas as seguintes hipóteses:

- I) Por intermédio da escrita, é possível observar indícios de processos fonético-fonológicos produzidos em tempos mais antigos na história de uma língua. Dessa maneira, acredita-se que o falante/escritor possa deixar vestígios de sua provável pronúncia em seu registro gráfico em determinados casos;

- II) De acordo com o *Princípio do Uniformitarismo* (WHITNEY, 1867; LABOV, 1994; LABOV, 2008[1972]; JOSEPH; JANDA, 2003; ROMAINE, 2009[1982]), as forças que operam para produzir a mudança linguística nos dias atuais são as mesmas que operaram no passado. Isto significa que o comportamento linguístico dos seres humanos no passado pode ser amplamente comparável aos dos seus contemporâneos (FITZMAURICE; SMITH, 2012, p. 21). Dessa forma, assentando-se neste preceito, busca-se demonstrar que é possível estudar o passado de uma língua com base no presente com o intuito de comprovar que certos fenômenos fonológicos que ocorrem na atualidade já ocorreram em tempos mais remotos na história de uma língua.

- III) Com base nos testemunhos de gramáticos, ortógrafos, ortoepistas e elocucionistas, é possível obter evidências diretas a respeito do estado linguístico de uma língua (MAIA, 1986; PENKE; ROSENBAACH, 2007; BEAL, 2012; SCHALLEY, 2012). Desse modo, procura-se, através dos testemunhos diretos dos estudiosos antigos da língua portuguesa, confirmar que o fenômeno de elevação das vogais médias, em contexto átono final, já atuava no português brasileiro do século XIX.

2.4 OS CORPORA

Os *corpora* da presente dissertação foram compostos a partir de dois tipos de dados empíricos: a *evidência direta* e a *evidência indireta* (MAIA, 1986; LASS, 2000; MONTGOMERY, 2007; SCHNEIDER, 2002; PENKE; ROSENBAACH, 2007; BEAL, 2012; SCHALLEY, 2012), pois a partir do ano de 1500 o linguista tem a sua disposição não só

fontes de *evidência indireta* como também fontes de *evidência direta*. De acordo com SCHALLEY (2012, p.8): “‘direct’ evidence supports a hypothesis without intervening inferences, ‘indirect’ evidence requires an intermediate interpretation step, as the data does not directly support hypothesis, but the presence or absence of effects can be interpreted as reflections of such evidence”.

Consideram-se como *fontes de evidência indireta* os registros escritos, porque os autores desses registros fornecem informações acerca do estado de uma língua de maneira inconsciente. Já as *fontes de evidência direta* consistem nas declarações de gramáticos, ortógrafos, ortoepistas e elocucionistas, porque estes têm a intenção de fornecer evidências linguísticas por meio da prescrição de normas. Desse modo, o *corpus* de evidência direta foi formado por 90 obras metalinguísticas e didáticas³ (ANEXO A), publicados entre os séculos XVI e XIX, conforme ilustram o **Quadro 1** a seguir:

Tipo de Livro	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Total de Livros
<i>Gramática</i>	02	01	06	47	56
<i>Compêndio de Ortografia</i>	02	02	04	03	11
<i>Cartilhas de Alfabetização</i>	01	-	02	10	13
<i>Dicionários</i>	-	-	04	04	08
<i>Outros</i>	-	-	-	02	02
Total de livros	05	03	16	66	90

Quadro 1. Descrição do *corpus* de obras metalinguísticas e didáticas

Para compor o *corpus* de evidência indireta, foram utilizadas 1351 correspondências (ANEXO C e D) produzidas no Estado do Rio Grande do Sul durante o século XIX. Estas correspondências fazem parte de um conjunto de documentos sobre a *Revolução Farroupilha*⁴, que começaram a ser reunidos por *Domingos José de Almeida*, que fora Ministro do Governo durante a *República Farroupilha*. O objetivo de Almeida era escrever a história desta revolução sob o ponto de vista dos *Farrapos* (ARCE, 2011, p. 13).

³ A quantidade de obras coletadas em cada século não é homogênea em virtude da escassez deste tipo de fonte primária.

⁴ Também conhecida como *Guerra dos Farrapos*, a *Revolução Farroupilha* foi um conflito regional, de caráter republicano, gerado por insatisfações junto ao governo imperial brasileiro. Esta guerra ocorreu na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (atual Estado do Rio Grande do Sul) entre os anos de 1835 e 1845.

Mais tarde, este acervo passou aos cuidados de *Alfredo Varela* (1864-1943), que fora um famoso diplomata, político do Partido Republicano, historiador e um dos fundadores do *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*.

Atualmente, este acervo, que contém mais de 10 mil manuscritos originais, encontra-se sob os cuidados *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, sendo denominado de *Coleção Varela*⁵. Esta, por sua vez, é composta por 25 caixas (ANEXO B) organizadas por ordem alfabética do sobrenome dos autores desses documentos. Apesar do manuseio diário dos pesquisadores⁶, a grande maioria desses manuscritos apresenta-se em bom estado de conservação, como ilustra a foto do manuscrito CV-163 abaixo:

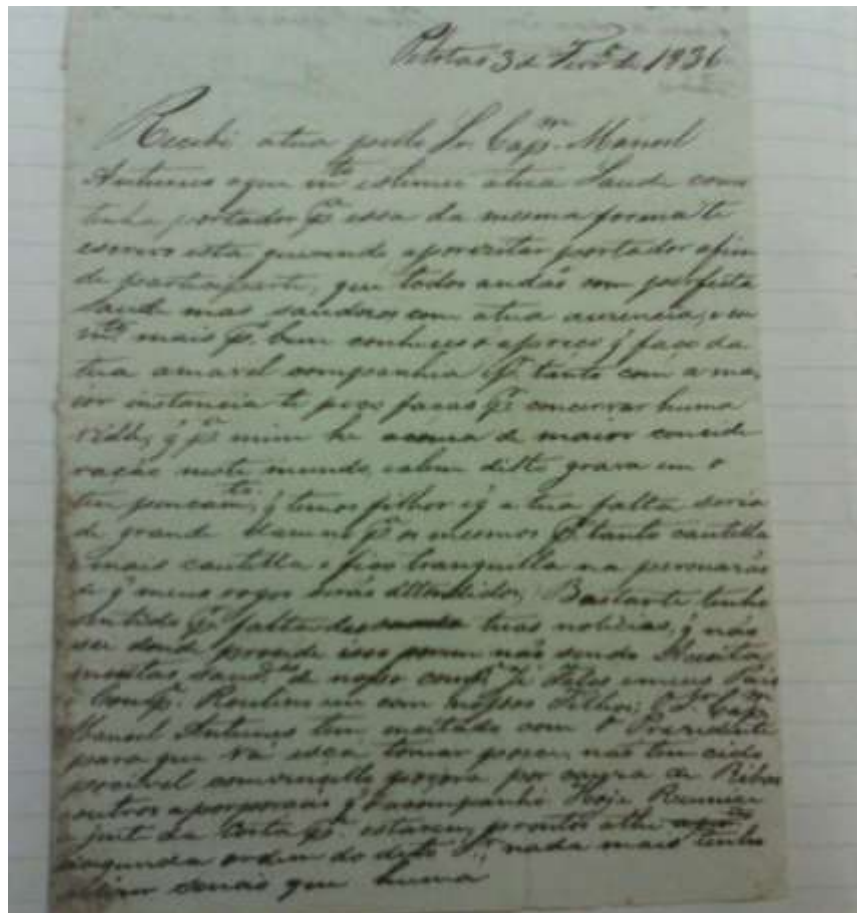


Figura 1. Correspondência (CV-163) escrita em 13/02/1836 por Bernardina Barcellos de Almeida ao esposo Domingos José de Almeida

⁵ O *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* vem, ao longo das últimas décadas, transcrevendo esses manuscritos e publicando-os em formas de anais. Estes anais possuem 20 volumes até o presente momento.

⁶ O *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* permite que os pesquisadores tenham acesso aos manuscritos originais dos acervos que estão sob sua tutela.

As correspondências da *Coleção Varela* foram escolhidas para constituir o *corpus* de evidência indireta em razão de esta coleção ser o acervo histórico mais importante no que diz respeito à história do Estado do Rio Grande do Sul. Ademais, este acervo tem uma grande quantidade de documentos produzidos por diferentes indivíduos (ARCE, 2011). Isto significa estes manuscritos foram produzidos por indivíduos com diferentes níveis de escolaridade e pertencentes a classes sociais variadas.

Neste acervo, é possível encontrar diversos tipos de documentos referentes ao período da *Revolução Farroupilha*, assim como de períodos anteriores e posteriores a este movimento. Dentre esses documentos, destacam-se:

- *correspondências;*
- *regimentos internos do Exército Republicano;*
- *relações nominais de militares;*
- *relações nominais de prisioneiros de guerra;*
- *relações de solicitações de materiais para a guerra;*
- *requerimentos;*
- *decretos;*
- *proclamações;*
- *alvarás,*
- *procurações, etc.*

Conforme os preceitos da Sociolinguística Histórica, as correspondências coletadas foram classificadas em dois períodos de tempo: **Primeira Metade do século XIX** (ANEXO C), que corresponde ao período entre 1825 e 1850; e **Segunda Metade do Século XIX** (ANEXO D), que corresponde ao período entre 1851 e 1900, conforme ilustra o **Quadro 2**:

Divisão Cronológica do <i>Corpus</i> de Correspondências	Ano	Total de Correspondências
<i>Primeira Metade do Século XIX</i>	1825 a 1850	992
<i>Segunda Metade do Século XIX</i>	1851 a 1900	359
Total de correspondências		1351

Quadro 2. Divisão cronológica do *corpus* de correspondências

É relevante mencionar que não foi permitido examinar todos os manuscritos do acervo da *Coleção Varela* em virtude de não haver tempo hábil para tal procedimento. Desse modo, apenas examinou-se os manuscritos provenientes das caixas de nº 01 a nº 18, perfazendo um total de 10.141 manuscritos examinados.

Além disso, cabe ressaltar que nem todos os documentos do referido acervo fizeram parte do *corpus* de análise do presente estudo. Esses manuscritos foram excluídos da análise em função das seguintes razões:

- I) muitos desses documentos foram assinados por dois ou mais remetentes; por isso não é possível verificar quem realmente os redigiu;
- II) muitos dos documentos são cópias dos originais, portanto, não há identificação precisa de quem os copiou;
- III) alguns desses documentos foram escritos em espanhol, que não é a língua de interesse deste estudo;
- IV) muitos desses documentos não apresentam a descrição do ano em que foram redigidos impossibilitando sua classificação cronológica.

A justificativa para a utilização exclusiva de correspondências como objeto de análise reside no fato de este tipo de texto apresentar “menos” formalidade em relação aos demais tipos de textos encontrados nesta coleção. Segundo Schneider (2002, p. 75-76),

[...] letters do not represent spoken utterances; but when persons who have had but limited experience in writing and exposure to the norms of written expression are forced to write nevertheless, their writing reflects many features of their speech fairly accurately: what they do is put their own “imagined” words onto paper, if only with difficulty [...] Letters “do not reflect everyday speech habits in straightforward way [because] ... literacy ... always affects a person’s writing habits to some degree” (Montgomery 1995:6), but even if they are not transcripts “with care and judgement we can separate out the evidence for speech” (1995:5). Approximation to speech is signaled by “the lack of punctuation and other formal conventions like paragraphing” (1995:6), unpredictable capitalization or phonetic spellings (1995:7).

Apesar de as cartas não serem representantes diretos dos atos da fala, elas podem apresentar alguns traços de oralidade. Por este motivo, os demais documentos (proclamações, procurações, alvarás, requerimentos, listas nominais, etc.) da referida coleção foram excluídos da análise desta dissertação.

2.5 A COLETA DOS DADOS

A metodologia adotada neste trabalho baseia-se no levantamento de informações sobre as vogais médias átonas finais em obras metalinguísticas e didáticas, e no levantamento grafemático das referidas vogais em manuscritos do século XIX.

Primeiramente, fez-se o levantamento de todas as informações a respeito das vogais átonas /e/ e /o/ em posição de final de palavra no *corpus* de obras metalinguísticas e didáticas. A partir desse procedimento, foram interpretadas todas as declarações que os estudiosos do passado fizeram sobre a pronúncia das vogais /e/ e /o/ em contexto átono final desde o século XVI até o XIX. Com base nisso, foi possível determinar as prováveis realizações das referidas vogais no português brasileiro oitocentista.

Após esta etapa, partiu-se para a leitura paleográfica (MENDES, 1953; BERWANGER; LEAL, 2012) das correspondências da *Coleção Varela*. A leitura paleográfica consiste em ler os manuscritos em sua forma original. Para isso, é preciso que o pesquisador tenha conhecimento sobre:

- *os tipos de caligrafia utilizados em uma determinada época;*
- *como era o sistema ortográfico da língua sob investigação;*
- *os tipos de abreviaturas vigentes na época em que o manuscrito foi escrito;*
- *o léxico da língua pesquisada.*

Contudo, esta não é uma tarefa fácil para o linguista porque, na maioria das vezes, a caligrafia do manuscrito apresenta-se pouco legível ou o manuscrito pode estar danificado pela ação do tempo, de insetos ou fungos. Conforme Mendes (1953, p. 96):

[...] a paleografia é uma especialidade que, além de paciência, exige esforço para a compreensão de certos textos. Porque, se o papel se apresenta mal conservado ou bichado e a tinta ilegível, ainda temos de arcar com palavras desconhecidas, grafias absurdas ou abreviaturas incomuns.

Assim, em razão destas dificuldades torna-se imprescindível que o pesquisador tenha conhecimento profundo sobre a língua investigada ou que seja um falante nativo da mesma,

conforme recomenda Lass (2000). É importante ressaltar que os manuscritos desta análise não foram transcritos para o formato do *Word* devido à grande quantidade de manuscritos examinados e pela indisponibilidade de tempo hábil para tal procedimento. Por isso optou-se apenas pela leitura paleográfica dos mesmos.

Durante a leitura paleográfica, buscou-se identificar a ocorrência de palavras grafadas com <i> e <u> no lugar de <e> e <o>, respectivamente, em contexto de final de palavra não acentuada. Em seguida, segundo as premissas da análise grafemática (MAIA, 1996; LASS, 2000; MONTGOMERY, 2007; SCHNEIDER, 2002), procurou-se interpretar os dados do *corpus* de correspondências com base no sistema vocálico átono final do português brasileiro atual no que diz respeito à relação entre os grafemas e os fonemas referentes às vogais médias átonas finais do século XIX. No entanto, quando os dados do português brasileiro atual não eram suficientes para interpretar essa relação entre os grafemas e os fonemas do português brasileiro oitocentista, recorreu-se à etimologia das palavras que causaram problemas de interpretação.

A partir desse procedimento, foram interpretados todos os dados obtidos referentes às vogais médias átonas finais do português brasileiro no século XIX. Como foram encontrados poucos dados que indicassem uma provável elevação da vogal átona final /e/, e nenhum dado sobre a vogal átona final /o/, optou-se por uma análise de caráter qualitativo, porque a baixa quantidade de dados obtidos impossibilitou a operacionalização de uma análise quantitativa dos mesmos.

Embora não seja possível esboçar amplas generalizações sobre o fenômeno investigado, a análise qualitativa permite fazer observações razoáveis sobre o mesmo (MONTGOMERY, 1995). Conforme McEnery e Wilson (2001[1996]), as formas de análise qualitativa oferecem uma perspectiva rica e detalhada do dado de modo a não permitirem uma interpretação equivocada do mesmo.

Além da baixa quantidade de dados, outra dificuldade surgiu o longo desta análise no que se refere ao perfil sociocultural dos autores das correspondências da *Coleção Varela*. Como a grande maioria desses autores são pessoas desconhecidas, não foi possível obter informações ou registros documentais sobre a vida dos mesmos, e quando há informações, estas se apresentam de forma contraditória. Em outras palavras, pode-se dizer que somente

seria possível traçar o perfil sociocultural de alguns desses autores, como *Bento Gonçalves*, *David Canabarro*, *Bento Manuel Ribeiro* e *Domingos José de Almeida*, por terem atuado de forma expressiva no desenvolvimento da *Revolução Farroupilha* (1835-1845). Em consequência disso, decidiu-se por não traçar o perfil sociocultural dos autores das correspondências do *corpus*.

Apesar de ser relevante delinear o perfil sociocultural de quem produziu os registros escritos, conforme recomenda os preceitos da Sociolinguística Histórica, é preciso lembrar que os registros escritos disponíveis, na maioria das vezes, sobrevivem por acaso e, por isso, acabam se tornando fragmentados e incompletos (LABOV, 1994; ROMAINE, 2009[1982]; JOSEPH; JANDA, 2003). Neste caso, a tarefa do pesquisador é fazer o melhor uso destes “dados ruins”, conforme recomenda Labov (1994).

Nesse sentido, acredita-se que a adoção desse caminho metodológico permite esboçar algum parecer sobre a atuação do fenômeno de elevação das vogais médias átonas finais no português brasileiro do século XIX.

3. HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA BRASILEIRA

Neste capítulo, relata-se a história do português brasileiro, seguido da descrição das hipóteses sobre sua origem. Além disso, são descritas as evoluções fonéticas e fonológicas das vogais portuguesas.

3.1 PORTUGUÊS BRASILEIRO: origens e desenvolvimento

A periodização da história da língua portuguesa tem sido definida pelos estudiosos a partir de critérios diferentes, conforme se observa no **Quadro 3** a seguir:

<i>Época</i>	<i>Leite de Vasconcellos</i>	<i>Serafim da Silva Neto</i>	<i>Pilar Vasquez Cuesta</i>	<i>Lindley Cintra</i>
<i>até séc. IX (882)</i>	<i>Pré-histórico</i>	<i>Pré-histórico</i>	<i>Pré-literário</i>	<i>Pré-literário</i>
<i>até 1200 (1214-1216)</i>	<i>Proto-histórico</i>	<i>Proto-histórico</i>		
<i>até 1385-1420</i>	<i>Português</i>	<i>Trovadoresco</i>	<i>Galego-português</i>	<i>Port. Antigo</i>
<i>até 1536-1550</i>	<i>Arcaico</i>	<i>Português Comum</i>	<i>Port. Pré-clássico</i>	<i>Port. Médio</i>
<i>até séc. XVIII</i>	<i>Português</i>	<i>Português</i>	<i>Port. Clássico</i>	<i>Port. Clássico</i>
<i>até séc. XIX-XX</i>	<i>Moderno</i>	<i>Moderno</i>	<i>Port. Moderno</i>	<i>Port. Moderno</i>

Quadro 3. Periodização da História da Língua Portuguesa (CASTRO, 2011[2004], p. 73)

Apesar de os linguistas e historiadores da língua portuguesa divergirem entre si quanto à periodização da história do português, todos concordam que o português se originou do latim, língua esta que era falada na região do Lácio, situada no centro da Península Itálica.

A língua latina pertence à família das línguas indo-europeias, as quais procedem do proto-indo-europeu, considerado o ancestral de todas as línguas indo-europeias. O latim era formado por um conjunto de dialetos, cujas variedades principais eram o *latim clássico* ou *literário* e o *latim vulgar* ou *coloquial*.

O *latim vulgar*, na essência, não era diferente do *latim litterario*, ou latim propriamente dito: o que não quer dizer que os escritores escrevessem exactamente a língua do povo. Deve entender-se que em todas as nações onde se cultivam as

letras, as pessoas cultas podem servir-se de expressões, distinguir sons, e usar vocabulos, diversos dos das pessoas incultas. (VASCONCELLOS, 1911, p. 12)

Em torno do século III a.C., os romanos conquistaram toda a Península Itálica e devido a esse domínio político e cultural, o latim acabou tornando-se a língua oficial daquela região. Em consequência disso, todas as línguas faladas neste território, como o etrusco, o sabelico, o volso, o osco e o umbro (COELHO, 1868), foram desaparecendo gradativamente. Da maioria delas só restaram vagas e duvidosas informações, com exceção do celta e do grego que deixaram vestígios linguísticos (CÂMARA JR, 1975). Embora tenham aumentado seus domínios territoriais, os romanos partiram para novas expansões político-militares. A próxima conquista viria a ser a Península Ibérica⁷.

Antes da chegada dos romanos ao território ibérico, este já havia sido habitado por diferentes povos. “Muito pouco se sabe das antigas populações ibéricas. No início da romanização habitava a Península uma complexa mistura racial: celtas, iberos, púnicos-fenícios, lígures, gregos e outros grupos mal identificados” (CUNHA; CINTRA, 2013, p. 13).

As terras férteis e as grandes riquezas minerais da Hispânia despertavam a cobiça de diversos povos a ponto de atraí-los para a região (CASTRO, 1991; COUTINHO, 1976; LEÃO, 1606; VASCONCELLOS, 1923). Na disputa entre gregos e cartagineses⁸ pela posse desse território, os últimos venceram os primeiros e, com isso, estabeleceram colônias ao longo da costa meridional da Península. Porém, os gregos não desistiram e, mesmo com a presença dos fenícios, conseguiram fundar algumas colônias ao sul. Até os celtas, vindos da região da Alemanha, se estabeleceram na região da Gália e nas regiões altas do centro de Portugal. Os romanos, ao perceberem que os cartagineses estavam aumentando suas expansões territoriais, decidiram tomar posse destas terras.

Os romanos desembarcaram na Península no ano 218 a.C. A sua chegada constitui um dos episódios da Segunda Guerra Púnica. Dão cabo dos cartagineses no ano de 209 e empreendem, então, a conquista do país. Todos os povos da Península, com exceção dos bascos, adotam o latim como língua e, mais tarde, todos abraçarão o cristianismo. (TEYSSIER, 2014[1980], p. 03)

⁷ Também chamada de Hispânia ou Lusitânia.

⁸ Povo descendente dos fenícios que receberam esse nome por terem fundado a cidade de Cartago, na região da Tunísia (África) em 814 a.C.. O nome *Guerras Púnicas* vem do termo que os romanos usavam para se referir aos cartagineses: “*púnicos*” provém do grego “*phoinicoi*” que quer dizer “*fenícios*” (ILARI, 1999).

A romanização da Península Ibérica começou nas cidades mais povoadas, depois, nas aldeias e, por fim, nos campos. Com o passar do tempo e com a convivência com os romanos, o povo da Península começou a admirar os conquistadores pela sua força e civilidade e, como resultado, os habitantes nativos acabaram adotando a língua e os costumes romanos.

O traço mais nítido e saliente do estrangeiro é a língua, ou o modo de exprimir-se num idioma que não é o seu. Por esse motivo, nas cidades, a cobiçada cidadania romana acarretava a necessidade de falar a língua latina com a perfeição requerida. O latim era meio de ascensão e distinção social. Por isso, o mais perfeito veículo de assimilação, o que, de certo modo, resumia e completava os outros, era a escola [...] Ao sair dela, o jovem estava inteiramente assimilado: adquirira a mentalidade de um Romano. (SILVA NETO, 1992[1957], p. 80)

Apesar desta geral romanização, houve um povo, o basco⁹, que se recusou a adotar o latim como língua oficial, mantendo a comunicação em seu idioma local.

Em meados do século II d.C., devido às vastas expansões territoriais, o poder político-militar dos romanos foi se descentralizado gradativamente a ponto de culminar na queda do Império Romano. Em virtude disso, a Península Ibérica acabou se tornando vulnerável às invasões estrangeiras. Até que no século V, os povos germânicos¹⁰ invadiram a Hispânia. Mesmo com a ocupação germânica, a língua latina continuou sendo utilizada pelos nativos, fazendo com que os invasores acabassem se rendendo à cultura e à língua romana.

Como consequência das influências das línguas germânicas, o latim vulgar acabou sofrendo transformações que resultaram na formação de um novo conjunto de dialetos, chamado romance. No que se refere ao latim clássico, este quase foi extinto em razão de as escolas terem sido destruídas pelos bárbaros¹¹, que viam na educação intelectual “a causa principal da effeminação em que vivia os romanos” (COELHO, 1868, p. 22). Em outras palavras, eles temiam que seus filhos se tornassem pessoas reprimidas e submissas devido à rigidez dos pedagogos e, por causa disso, tivessem medo de lutar nas guerras. Apesar disso, o latim clássico conseguiu sobreviver, permanecendo restrito ao âmbito dos mosteiros.

No século VIII, sob a motivação da guerra santa, os árabes partiram em busca das terras férteis da Lusitânia. Após várias tentativas, no século VIII, estes povos conseguiram invadir o

⁹ De acordo com Câmara Jr. (1975, p. 18), na atualidade, “o basco permanece em seu âmbito regional, como um enclave entre o espanhol ao sul e o francês ao norte”.

¹⁰ Dentre os invasores estavam os vândalos, suevos, alanos e visigodos.

¹¹ Forma pela qual eram chamados os povos germânicos.

território ibérico, acabando, desse modo, com o domínio germânico. Dentre os conquistadores, estavam os árabes, os sírios e os berberes, que eram chamados de mouros pelos nativos da Península. De acordo com Vasconcellos (1959), o domínio dos árabes foi mais intenso no Sul do que no Norte de Portugal.

Por ser a civilização árabe superior culturalmente em relação à ibérica, esta acabou deslumbrada a ponto de adotar a língua e os costumes árabes, quase deixando de lado a própria língua, o romance. Porém nem todos os povos da região se renderam ao domínio dos árabes. Um grupo de cristãos rebeldes fugiu para as terras altas do norte da Península e, com o apoio do papa, este grupo organizou cruzadas com o objetivo de libertar o território ibérico do poder dos mouros. A população cristã do norte estava dividida em reinos distintos, cujos principais eram o de Leão, o de Castela e o de Aragão.

Com relação ao latim clássico, há esta altura este já havia se transformado em latim bárbaro, que era uma mistura de formas latinas com formas romances, muito utilizado em documentos, testamentos, contratos, etc. Ao passo que o latim vulgar havia se transformado em romance moçárabe por causa das influências dos dialetos árabes. Nesta mesma época, os romances falados no norte se misturaram ao galego da Galícia e ao português de Portugal, formando o galego-português.

Durante a Reconquista Cristã, no século XII, o condado de Portugal separou-se do reino de Leão e da região da Galícia para tornar-se um reino independente. Em consequência disso, Portugal foi aos poucos expandindo seus domínios em direção ao sul da Península Ibérica, e levando consigo o galego-português, que passou a ser adotado tanto na escrita quanto na fala.

Os territórios retomados aos “mouros” estavam frequentemente despovoados. Os soberanos cristãos “repopoavam” esses territórios e entre os novos habitantes havia em geral uma forte proporção de povos vindos do norte. Foi assim que o galego-português recobriu, pouco a pouco, toda a parte central e meridional do território português [...] Adotada pelos moçárabes do país, por todos os elementos alógenos participantes do repovoamento, assim como pelos muçulmanos que aí haviam ficado, esta língua galego-portuguesa do Norte vai sofrer uma evolução gradativa e transformar-se no português (TEYSSIER, 2014[1980], p. 07).

Assim, em meados do século XIV, em virtude do distanciamento da região da Galícia e em decorrência dos contatos linguísticos com os dialetos moçárabes, o galego-português foi aos poucos se transformando em uma nova língua, que, mais tarde, viria a ser chamada de português. Com o crescimento político, econômico e cultural de Portugal, a língua portuguesa

passou a ser considerada a língua oficial do território lusitano. Segundo Coutinho (1976, p. 55), “dada a independência política de Portugal, deveria necessariamente resultar, o que de feito resultou, — a diferenciação entre o português e o galego”.

Com o crescente desenvolvimento, Portugal começou a expandir seus domínios e a conquistar novos territórios além-mar. Dentre as novas anexações estavam os arquipélagos da Madeira e dos Açores, regiões da África, da Ásia, da Oceania, e da América (Brasil). Nesta mesma época, começaram a surgir as primeiras instituições importantes como os Mosteiros de Alcobaça e o de Santa Cruz de Coimbra e a Universidade em Lisboa (1288 ou 1290), a qual foi transferida de Lisboa para Coimbra, depois novamente para Lisboa e, por fim, retornou a Coimbra em 1537. Em decorrência disso, o eixo Lisboa-Coimbra acabou tornando-se o centro do domínio da língua portuguesa (TEYSSIER, 2014[1980]). Para Teyssier (2014[1980]), foi nesta região, no século XV, que a língua portuguesa moderna começou a se constituir conforme a conhecemos hoje. Mais tarde, com o advento do *Renascimento*¹², a língua portuguesa passou a sofrer influências do latim e do grego devido à preocupação dos estudiosos da época em tentar aperfeiçoar o português com base nas estruturas linguísticas das línguas clássicas.

Entre os séculos XV e XVII, a língua portuguesa passou a sofrer influências do espanhol por causa dos matrimônios realizados entre os membros da nobreza portuguesa e da espanhola. Nessa época, era comum os habitantes lusitanos se comunicarem tanto em português quanto em espanhol. No entanto, após o ano de 1640 quando o rei D. João IV subiu ao trono, esse bilinguismo foi abandonado em favor do português.

No século XVIII, o francês passou a ser a segunda língua no território português, porque a França, naquele momento, era o centro de grande movimento intelectual e de revolução política. Contudo não se tratava de um bilinguismo propriamente dito (TEYSSIER, 2014[1980]), a língua francesa era uma espécie de veículo de acesso às informações em diversas áreas do saber, das artes e da política (ALI, 1921).

¹² Este movimento cultural e intelectual, que se expandiu por toda a Europa, teve sua origem na Itália do século XIV, perdurando até o século XVI. Este movimento, inspirado nos antigos valores greco-latinos, tinha como objetivo principal romper com os valores e as tradições medievais, ou seja, o centro de tudo se deslocava do *Divino* para o *Humano*.

Enquanto isso, no Brasil, uma nova língua surgia a partir do português trazido pelos colonizadores: o português brasileiro. Apesar de Pedro Álvares Cabral ter chegado ao Brasil em 1500, a colonização portuguesa só se iniciou oficialmente a partir do ano de 1532. Esses colonizadores eram provenientes de todas as regiões de Portugal.

Como o Brasil já era habitado por povos indígenas¹³, a convivência linguística entre portugueses e indígenas acabou resultando num processo de bilinguismo (CÂMARA, 1975; TEYSSIER, 2014[1980]) que perdurou até o século XVII. Mais tarde, com o alto índice de tráfico de negros, o português passou a sofrer influências dos dialetos trazidos pelos africanos¹⁴ (CÂMARA JR, 1975).

Parece que, desde muito cedo, a sua integração na sociedade branca, com estreitas relações com ela na qualidade de escravos ligados a todas as suas principais atividades, propiciou o desenvolvimento de um português crioulo, que uniu entre si os negros das mais diversas proveniências. Também tudo indica que se adaptaram com relativa facilidade ao uso da língua geral indígena, dando-lhe ainda mais estímulo e expansão. (CÂMARA JR, 1975, p. 30-31)

Porém, com o aumento da chegada de novos portugueses e da conseqüente urbanização, o tupi deixou de ser falado e o português passou a ser a língua predominante.

Apesar dos choques culturais entre portugueses, índios e africanos, o convívio linguístico entre seus dialetos acabou culminando na formação do português brasileiro. Este, por sua vez, demonstrou ser de uma notável unidade a ponto de anular as peculiaridades regionais europeias, distanciando-se ainda mais do português europeu (SILVA NETO, 1992[1957]). Naro e Scherre (2007, p. 25) consideram a formação do português brasileiro como “a atração de forças de diversas origens — algumas oriundas da Europa; outras da América; outras, ainda, da África — que, juntas, se reforçaram para produzir o português popular do Brasil”.

Com a fuga da família real portuguesa para o Brasil em 1808, causada pela invasão francesa em Portugal, a língua e a cultura portuguesa passaram a ser mais valorizadas. Além disso, o país começou a crescer econômica e culturalmente diante do mundo. De acordo com Teyssier (2014[1980], p. 96), “os 15.000 portugueses que chegam com a Corte contribuem

¹³ Dentre esses povos indígenas, destacam-se as tribos do Tupi, do Jê, do Aruak e do Karib, e outras menores como as do Pano, Maku, Tukano, Katukina e Guaikuru (CÂMARA JR, 1975).

¹⁴ Dentre esses dialetos destacam-se os das tribos Bântu, das não-Bântu e das Yoruba (CÂMARA JR, 1975).

para “relusitanizar” o Rio de Janeiro. Quando D. João VI regressa a Portugal, em 1821, a colônia já está pronta para a independência”.

Após a independência do Brasil, em 1822, os brasileiros passaram a valorizar a cultura francesa assim como os portugueses em Portugal, porque o francês, naquele momento, era o veículo de transmissão de novas culturas e saberes (ALI, 1921). Também nesta mesma época, novos imigrantes, provenientes de diferentes partes da Europa, começaram a vir para o Brasil. Mais tarde, com a abolição da escravatura, em 1888, a vinda de africanos ao Brasil acabou diminuindo significativamente.

Dessa maneira, devido a tantas influências linguísticas, culturais, políticas e sociais, o português brasileiro acabou sofrendo novas transformações que contribuíram ainda mais para distanciá-lo do português europeu, conferindo-lhe, assim, um *status* de língua independente. Segundo Castro (2011[2004]), “[...] as mudanças sofridas pela língua portuguesa no período clássico e moderno nem sempre ocorreram de modo paralelo, ou em tempos sincronizados, em Portugal e nos novos territórios do Brasil [...]”, apesar das estreitas relações políticas e linguísticas entre ambos os países.

3.2 HIPÓTESES SOBRE A ORIGEM DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Ao buscar explicações para a origem e as mudanças do português brasileiro em comparação com as do europeu, os pesquisadores desenvolveram diferentes teorias a esse respeito. Em virtude disso, três hipóteses foram elaboradas para a formação do português brasileiro: a *evolucionista*, a *crioulista* e a da *deriva* ou *mudança natural* (CASTILHO, 2010).

A *hipótese evolucionista*, também chamada de *biologismo linguístico*, surgiu em meados do século XIX e foi muito debatida por influência do sentimento nacionalista irrompido pelo Romantismo e pelo prestígio que a teoria evolucionista de Darwin tinha naquele momento no meio científico. Para esses linguistas, influenciados pela Biologia Evolucionista, o fenômeno linguístico era tratado e comparado a um ser biológico que estava sujeito a uma evolução determinística.

Ao adotar os pressupostos darwinianos para explicar a origem da língua portuguesa no Brasil, os estudiosos chegaram à conclusão de que assim como o latim dera origem ao português europeu, este havia originado o português brasileiro. Todavia, com o advento da Linguística Contemporânea, esta hipótese acabou sendo abandonada devido à incapacidade de explicar a origem do português brasileiro. Com esse fracasso, duas novas linhas de investigação surgiram no meio científico: a *hipótese crioulista* e a *hipótese da deriva*.

Para a *hipótese crioulista*, também conhecida como *hipótese externalista*, o português brasileiro é considerado como oriundo das influências das línguas indígenas e africanas. Conforme esses linguistas, a explicação para as diferenças entre o português europeu e o brasileiro está baseada no fato de o Brasil ser uma nação mestiça. Neste caso, a hipótese é fundamentada numa percepção social da língua, porque os estudiosos buscam estudar os processos de contatos linguísticos de portugueses com índios e negros.

Partindo da hipótese crioulista, Adolfo Coelho (1881, p. 30) afirmou que inúmeras particularidades características dos dialetos crioulos repetiam-se no português brasileiro. Mendonça (1933) e Raimundo (1933) declaravam que as características que distinguem o português brasileiro do europeu deviam-se às influências das línguas africanas. Guy (1981; 1989) e Holman (1987), seguindo esta mesma linha, ressaltaram que a língua portuguesa brasileira, mais especificamente as variedades populares, tem uma base africana.

Nos dias atuais, linguistas como Baxter e Lucchesi (1999) e Lucchesi (2001) continuam defendendo a hipótese crioulista para explicar a origem da língua portuguesa brasileira. Segundo Lucchesi (2001, p. 101):

[...] nos três primeiros séculos da história do Brasil, existem situações potencialmente muito favoráveis à ocorrência de processos de mudanças crioulistas, através da nativização do português, nos segmentos de mestiços e escravos crioulos, a partir de um modelo defectivo de português adquirido precariamente como língua segunda pelos escravos trazidos de África.

De acordo com a *hipótese da deriva* ou *mudança natural*, o português brasileiro é considerado como oriundo de uma mudança natural, explicada por tendências evolutivas que já haviam se iniciado na Península Ibérica, constituindo, assim, uma deriva ou continuação do português arcaico. Para esses linguistas, foi o português europeu que tomou uma direção diferente da evolução do português arcaico no decorrer do século XVIII.

O primeiro a formular o conceito de deriva foi Edward Sapir. Com base na observação e no estudo de diferentes línguas, o linguista chegou à conclusão de que toda a língua tem uma deriva, isto é, “language moves down time in a current of its own making. It has a drift” (SAPIR, 1921, p. 160)¹⁵. Outro estudioso que também concorda com essa hipótese é João Ribeiro, autor de *A língua Nacional* (1933), o qual declara que “muitos dos nossos brasileirismos, e muito da nossa gramática, não passam de arcaísmos preservados na América” (RIBEIRO, 1933, p. 21).

Câmara Jr. (1957) também defendeu a hipótese da deriva ao buscar uma razão estrutural interna para explicar o uso do pronome *ele* acusativo na expressão *eu vi ele*. Seguindo esta mesma premissa, Silva Neto (1992[1957], p. 595) ressalta que na constituição do português brasileiro há desde o século XVI duas derivas: uma conservadora e outra inovadora.

Nos dias atuais, Naro & Scherre (2007) e Castilhos (2010) permanecem defendendo a hipótese da deriva, declarando que o português brasileiro pode ser uma continuação do português arcaico trazidos pelos colonizadores portugueses apesar de ter sofrido influências de contatos linguísticos com índios, africanos e com línguas de migração.

Desse modo, com base no que foi exposto nesta seção, pode-se dizer que a *hipótese crioulista* e a *hipótese da deriva* ainda continuam com prestígio dentro do meio científico, porque os diversos estudos e pesquisas desenvolvidos até o presente momento, sob o prisma dessas duas hipóteses, apresentam explicações plausíveis e satisfatórias acerca da origem do português brasileiro.

3.3 EVOLUÇÕES FONÉTICAS E FONOLÓGICAS DAS VOGAIS PORTUGUESAS

De acordo com os estudiosos da língua portuguesa, o sistema vocálico do latim era composto por um sistema triangular de 05 vogais, no qual havia uma vogal central baixa /a/; duas vogais anteriores: uma média /e/ e outra alta /i/; e duas vogais posteriores arredondadas: uma média /o/ e outra alta /u/ (CÂMARA, 1975; CARDEIRA, 2006; CASTRO, 1991; SILVA, 1996; NUNES, 1975; PEREIRA, 1935).

¹⁵ [tradução nossa] “a língua move-se ao longo do tempo em curso que lhe é próprio. Tem uma deriva” (SAPIR, 1921, p. 160).

Conforme a quantidade, ou duração vocálica, as vogais podiam ser longas ou breves, perfazendo, assim, um total de 10 fonemas. As vogais longas recebiam o sinal diacrítico macron (¯) e as vogais breves recebiam o sinal bráquia (˘). Nesse sentido, o sistema vocálico do latim clássico pode ser representado da seguinte forma:

(2) *Sistema Vocálico do Latim Clássico*

/ ī /	/ ū /
/ ĭ /	/ ŭ /
/ ē /	/ ō /
/ ĕ /	/ ǒ /
	/ ā /
	/ ă /

No sistema vocálico latino, a quantidade tinha uma função distintiva (CARDEIRA, 2006), ou seja, servia para distinguir palavras da mesma classe ou de diferentes classes (*mālum* = maçã / *mǎlum* = mau), e para distinguir as diferentes funções gramaticais de uma palavra (*fructūs* → nominativo; *fructūs* → genitivo), por exemplo.

No entanto, em meados do século III (VASCONCELLOS, 1959; NUNES, 1975; CASTRO, 1991; CARDEIRA, 2006), com a evolução do latim clássico para o latim vulgar, o sistema vocálico acabou perdendo a distinção de quantidade, ou duração vocálica, passando a distinguir apenas a oposição de timbre, isto é, de abertura vocálica.

Embora não haja unanimidade de opiniões a esse respeito, o acento latino era provavelmente, no início, um acento melódico, baseado na diferença de altura entre a vogal acentuada (mais aguda) e as vogais não acentuadas (mais graves). Umas e outras podiam ser longas ou breves... Mas este acento melódico, baseado na frequência, cedeu lugar a um acento baseado na energia expiratória, ou seja, um acento de intensidade. (CASTRO, 1991, p. 116)

De acordo com Câmara Jr (1975), a eliminação da quantidade e a, conseqüente, intensificação do acento estabeleceram três quadros diversos para as vogais: *tônicas*, *pretônicas* e *átonas finais*. O sistema de dez fonemas reduziu-se, então, para sete na posição tônica (CÂMARA JR, 1975; TEYSSIER, 2014[1980]), como demonstra (3):

(3) *Transformações das Vogais Tônicas do Latim Clássico para o Latim Vulgar*¹⁶

<u>Latim Clássico</u>		<u>Latim Vulgar</u>
ī	>	i
ĩ, ē	>	e̞
ě	>	e̞
ā, ǣ	>	a
ō	>	o̞
ō, ū	>	o̞
ū	>	u

Em decorrência dessa mudança, as vogais longas passaram a apresentar um timbre fechado, enquanto as breves passaram a ter um timbre mais aberto (CARDEIRA, 2006). Em outras palavras, as vogais tônicas passaram a ser longas e tensas e as átonas, breves, e as distinções entre palavras deixaram de existir. Conforme Nunes (1975, p. 41), essa redução do quadro vocálico foi mais longe atingindo as vogais que:

[...] não eram tônicas, pois no interior da palavra os *e* e *o*, quer abertos, quer fechados, passaram a mudos e no fim os *i* e *u* longos tiveram a mesma sorte, isto é, as sete vogais do latim vulgar reduziram-se a cinco, quando átonas-internas, e a três, quando átonas-finais.

No que diz respeito às vogais átonas finais, estas, com o passar do tempo, acabaram sofrendo supressões: o <*e*> foi elidido depois de consoante suscetível de formar sílaba com a vogal antecedente: *sole* > *sol*, *cantare* > *cantar* (VASCONCELLOS, 1959).

Desde a sua implantação em solo ibérico, o latim vulgar passou por inúmeras transformações que culminaram na formação do romance. Este, no decurso do tempo, devido aos contatos linguísticos com os dialetos de outros povos, acabou sofrendo transformações que resultaram na formação do galego-português. Para Teyssier (2014[1980], p. 15):

É durante o período que se segue à invasão muçulmana (711) que vão aparecer outras inovações específicas de que resultará o isolamento dos falares do Noroeste da Península, não apenas dos seus vizinhos do Leste, leonês e castelhano, mas também dos dialetos moçárabes que se desenvolvem no Sul. Surgirá, assim, nos

¹⁶ Os símbolos /e̞/, /o̞/, /e̞/ e /o̞/ correspondem às vogais /e/, /o/, /ɛ/ e /ɔ/, respectivamente, na representação do *International Phonetic Association* (IPA) (FONTE, 2010).

séculos IX a XII, o galego-português, cujos primeiros textos escritos aparecerão somente no século XIII.

No galego-português, o quadro do sistema vocálico permaneceu semelhante ao do latim vulgar em posição tônica (TEYSSIER, 2014[1980]). Desse modo, o quadro de evolução do sistema vocálico do latim vulgar para o do galego-português pode ser representado da seguinte forma:

(4) Transformações das Vogais Tônicas do Latim Vulgar para o Galego-português

<u>Latim Vulgar</u>		<u>Galego-português</u>
i	>	i
u	>	u
e	>	e
o	>	o
ɛ	>	ɛ
ɔ	>	ɔ
a	>	a

Em posição pretônica e postônica não final, as oposições entre /e/ e /ɛ/ e entre /o/ e /ɔ/ desaparecerem, reduzindo-se o quadro de sete para cinco vogais (TEYSSIER, 2014[1980]), segundo o esquema abaixo:

(5) Sistema Vocálico Pretônico e Postônico Não Final em Galego-português:

/ i /	/ u /
/ e /	/ o /
/ a /	

Em posição átona final, TEYSSIER (2014[1980]) afirma que o quadro vocálico fora reduzido para quatro fonemas, como mostra o esquema abaixo:

(6) *Sistema Vocálico Átono Final em Galego-português*

(/i/)

/e/ /o/

/a/

Para o autor (op. cit.), a prova da existência de um fonema /i/ átono final reside no fato de ser possível encontrar, em textos galego-portugueses mais antigos, formas sendo grafadas com <i> em posição de final de palavra. Segundo este estudioso, a grafia de <i>:

Encontra-se nos imperativos do tipo *vendi, parti*; nas primeiras pessoas do singular dos perfeitos fortes; ex.: *estivi, pudi*; nas segundas pessoas do singular de todos os perfeitos; ex.: *cantasti, partisti*; e em certas palavras como *longi, viinti, eiri* (“ontem”). Mas, no início do século XIV, todas essas formas apresentam um *-e* final: *vende, parte, estive, pude, cantaste, partiste*. O sistema reduz-se, então, aos três fonemas representados pelas letras *-e, -a, -o* (TEYSSIER, 2014[1980], p. 30).

Quanto ao fonema /u/, Teyssier (2014[1980], 30-31) ressalta que há duas hipóteses sobre sua existência: a primeira sugere que a grafia em <u> pode ser um indício da pronúncia [u] nos átonos finais que atualmente escrevemos com <o>; e a segunda diz que a grafia com <u> não passa de latinismos ou de uma maneira de representar um timbre muito fechado de <o> em posição de final de palavra.

Maia (1986, p. 523) entende que:

Desde muito cedo, /i/ e /e/ finais se fundiram num único fonema [...] desde o século XIII algumas palavras que terminavam em *i* proveniente de /ī/ passam a ocorrer também com *e*. O fonema resultante dessa fusão dos dois fonemas admitiria diferentes realizações fonéticas, ora [e], ora [i], ora timbres intermediários.

Com relação a vogal /o/, a autora (op. cit.) relata que havia uma variação na pronúncia da vogal média posterior átona final, isto é, a vogal /o/ poderia ser realizada tanto como [u] quanto como [o] no galego-português. Com base nos testemunhos de Teyssier e Maia, percebe-se que as vogais médias átonas finais davam sinais de estar sofrendo um processo de elevação no galego-português.

Após tornar-se um reino independente em meados do século XII e com a conseqüente separação da região da Galícia, Portugal começou aos poucos expandir seus domínios em

direção ao Sul da Península Ibérica. Como resultado disso, o português foi gradativamente se distanciando do galego e se misturando cada vez mais aos dialetos moçárabes do Sul. Como era de se esperar, novas transformações linguísticas ocorreram com o galego-português a ponto de culminar na formação de uma nova língua: o português. Neste o sistema vocálico, em posição tônica, permaneceu com o mesmo quadro das sete vogais do galego-português (CASTRO, 1991; SILVA NETO, 1992[1957]), conforme ilustra o esquema abaixo:

(7) *Transformações das Vogais Tônicas do Galego-português para o Português:*

<u>Galego-português</u>		<u>Português</u>
i	>	i
u	>	u
e	>	e
o	>	o
ɛ	>	ɛ
ɔ	>	ɔ
a	>	a

Teyssier (2014[1980]) considera que nesta época o sistema era composto por oito fonemas, incluindo o fonema /ã/ em posição tônica. Diferentemente de Teyssier, Castro (1991) e Silva Neto 1992[1957] consideram a vogal [a] como um alofone do fonema /a/. Isto demonstra que não há um consenso entre os estudiosos quanto ao número de fonemas em posição tônica nesta época. Enquanto que, em relação à posição pretônica, Castro (1991) e Teyssier (2014[1980]) concordam que o sistema era composto por oito fonemas, como mostra (8):

(8) *Sistema Vocálico Pretônico em Português:*

/ i /	/ u /
/ e /	/ o /
	/ ɔ /
	/ a /
/ ɛ /	/ ɔ /
	/ a /

Quanto à posição átona final, as divergências surgem novamente entre os estudiosos, conforme se verifica no **Quadro 4**:

Sistema Vocálico Átono Final (TEYSSIER, 2014[1980])	Sistema Vocálico Átono Final (CASTRO, 1991; SILVA NETO, 1992[1957])	Sistema Vocálico Átono Final ¹⁷ (MATTOS E SILVA, 2013)
[e]	[i]	[e] / [e] ~ [i]
[o]	[u]	[o] / [o] ~ [u]
[ä]	[a]	[a]

Quadro 4. Comparação do sistema vocálico átono final do PE antigo segundo alguns autores.

Levando em consideração os dados do **Quadro 4**, percebe-se que as vogais átonas finais se encontravam em um estágio de variação no português arcaico, podendo ser realizadas como vogais médias ou como vogais altas.

De acordo com Silva Neto (1992[1957], p. 483), há poucas evidências no que se refere ao fenômeno de elevação das vogais médias átonas finais no português quinhentista. Com relação à realização da vogal /o/ > [u], o autor cita que existem três provas da atuação deste fenômeno: a primeira seria o testemunho de gramáticos; a segunda seria a existência de grafias fonéticas do tipo *sapatu* (por *sapato*); e a terceira seria a dos falares ultramarinos, cuja base é o português do século XVI, apresentarem a realização de /o/ > [u]. No que diz respeito à realização da vogal /e/ > [i], Silva Neto (1992[1957], p. 483) menciona que [i] é a pronúncia que se encontra nas regiões dos Açores, em territórios ultramarinos, no Sul, (Algarve e Alentejo) e no Norte (Entre-Douro-e-Minho) das terras lusitanas. “Essa distribuição geográfica atual leva-nos crer que outrora a pronúncia de -e final era -i em todo ou quase todo o território de Portugal” (SILVA NETO, (1992[1957], p. 483).

Com relação ao sistema vocálico do português brasileiro atual, Câmara Jr (2013[1970]) afirma que, em posição tônica, o quadro vocálico conservou as mesmas características do sistema de sete vogais trazidos pelos colonizadores portugueses do século XVI, conforme demonstra o esquema abaixo:

¹⁷ As vogais médias átonas finais oscilavam entre [e] / [e] ~ [i], e [o] / [o] ~ [u], mas nunca chegavam a um alteamento completo (MATTOS E SILVA, 2013, p. 57-58).

(9) *Sistema Vocálico Tônico no Português Brasileiro:*

/ i /	/ u /
/ e /	/ o /
/ ε /	/ ɔ /
/ a /	

No que se refere às posições átonas, Câmara Jr (2010[1971]) ressalta que o sistema das sete vogais tônicas /i, u, e, o, ε, ɔ, a/ fica reduzido por um processo de neutralização, no qual há a perda ou a supressão dos traços que distingue entre si dois fonemas (TRUBETZKOY, 1971[1958])¹⁸. Assim, em decorrência desse processo, surgem quadros de cinco vogais em posição pretônica, de quatro em posição postônica não final, e de três em posição átona final.

Na posição pretônica, há a perda dos traços que distinguem /e/ de /ε/ (*m[ε]l > m[e]lado*) e /o/ de /ɔ/ (*b[ɔ]la > b[o]lada*), resultando, desse modo, num quadro de cinco vogais, conforme ilustra (10):

(10) *Sistema Vocálico Pretônico no Português Brasileiro:*

/ i /	/ u /
/ e /	/ o /
/ a /	

Na posição postônica não final, /o/ e /u/ perdem os traços que os distinguem entre si (*pér[o]la > pér[u]la*) de modo a reduzir o quadro para quatro vogais, segundo apresenta (11):

¹⁸ Segundo Trubetzkoy (1971[1958], p. 78-79), a neutralização ocorre quando: “[...] the specific marks of an opposition member lose their distinctive force. Only those features which are common to both opposition members, that is, which serve as the basis for comparison for the respective opposition, remain relevant. One member of the opposition thus become the representative of the “archiphoneme” of the respective opposition in the position of neutralization”.

(11) *Sistema Vocálico Postônico no Português Brasileiro*

/i/ /u/
 /e/
 /a/

Enquanto na posição átona final, o sistema fica reduzido a três vogais em virtude da perda dos traços que distinguem entre si os fonemas /e/ e /i/ (*leit[e]* > *leit[i]*), e os fonemas /o/ e /u/ (*corv[o]* > *corv[u]*) como se observa em (12):

(12) *Sistema Vocálico Átono no Português Brasileiro*

/i/ /u/
 /a/

Essa gradual elevação da vogal média (/ɛ/ > /e/ > /i/; /ɔ/ > /o/ > /u/) ocorre em razão do grau de enfraquecimento da sílaba: as pretônicas são menos fortes do que as tônicas, enquanto as átonas postônicas são as mais fracas. Assim, em consequência disso, o quadro pretônico fica reduzido a cinco vogais, enquanto o quadro átono final fica com um sistema de três vogais. Como os valores forte/fraco provêm da atribuição do acento primário, o processo tem por domínio a palavra prosódica (BISOL, 2003). De acordo com Câmara Jr (2010[1971], p.28), é a posição tônica que nos dá em sua nitidez e plenitude os traços distintivos vocálicos, ao passo que as posições átonas favorecem o que se chama na teoria fonêmica de neutralização.

No que se refere à diferença de vocalismo entre o português brasileiro e o europeu, Câmara Jr (2010[1971]) menciona que é nas posições átonas que se evidencia tal diferença. Nos quadros a seguir, é possível verificar as diferenças encontradas entre o sistema vocálico átono do português europeu e o do brasileiro nos dias atuais:

SISTEMA VOCÁLICO PRETÔNICO	
EP	PB
mirar > m[i]rar	mirar > m[i]rar
morar > m[u]rar	morar > m[o]rar
murar > m[u]rar	murar > m[u]rar
pagar > p[ɐ]gar	pagar > p[a]gar
pegar > p[i]gar	pegar > p[e]gar

Quadro 5. Diferença entre o sistema pretônico do PE e do PB (MATEUS; D'ANDRADE, 2003).

SISTEMA VOCÁLICO POSTÔNICO NÃO FINAL	
EP	PB
dúvida > dúv[i]da	dúvida > dúv[i]da
pérola > pér[u]la	pérola > pér[u]la
báculo > bác[u]lo	báculo > bác[u]lo
ágape > ág[ɐ]pe	ágape > ág[a]pe
cérebro > cér[i]bro	cérebro > cér[e]bro

Quadro 6. Diferença entre o sistema postônico não final do PE e do PB (MATEUS; D'ANDRADE, 2003).

SISTEMA VOCÁLICO ÁTONO FINAL	
EP	PB
júri > jú[r[i]]	júri > jú[r[i]]
jure > jur[ɪ]	jure > jur[i]
juro > jur[u]	juro > jur[u]
jura > jur[ɐ]	jura > jur[ɐ] ¹⁹

Quadro 7. Diferença entre o sistema átono final do PE e do PB (MATEUS; D'ANDRADE, 2003).

Tendo em vista os dados expostos nos **Quadros 5, 6 e 7**, pode-se verificar que o português europeu, no nível fonético, apresenta o mesmo conjunto de quatro vogais [i, u, ɐ, i] em todas as posições átonas: pretônica, postônica não final e átona final. Enquanto o português brasileiro, no nível fonético, exhibe um conjunto de cinco vogais [i, o, u, a, e] na posição pretônica, de quatro vogais [i, u, a, e] na posição postônica não final, e de três vogais [i, u, ɐ] na posição átona final.

Dessa forma, com base nos dados de Mateus e D'Andrade (2003), nota-se que, em posição átona final, a diferença entre os dois sistemas vocálicos reside no fato de o português brasileiro não produzir /e/ como vogal alta centralizada [i]. Todavia é relevante mencionar

¹⁹ De acordo com Mateus e D'Andrade (2003, p. 18), [ɐ] somente ocorre, no português brasileiro, em posição átona final.

que, no PE coloquial, as vogais átonas finais sofrem um processo de elisão em final de palavra (MATEUS; D'ANDRADE, 2003; AZEVEDO, 2005). Segundo Azevedo (2005, p. 39):

In EP unstressed vowels tend to be shortened, compressed, or eliminated altogether, which imparts an overall consonantal character to pronunciation. This is a major difference from BP, which mostly pronounces unstressed vowels rather clearly, although there are exceptions, such as Mineiro, which tends to slur and eliminate those vowels in word-final position.

Com base neste relato de Azevedo (2005), observa-se que a variedade mineira tem apresentado a mesma tendência do português europeu em elidir as vogais em contexto átono final. Nesse sentido, poder-se-ia levantar a hipótese de que ambas as línguas poderiam estar seguindo a mesma deriva. Como este tema não é o foco da presente dissertação, a mesma não entrará no mérito da questão.

Quanto à evolução da vogal átona final /e/ > [i] > [ɨ] ser um fenômeno exclusivo do português europeu, Cardeira (2006) afirma que a conservação vocálica de [i] no português brasileiro ao invés de [ɨ] possibilita levantar a hipótese de que essa centralização se efetuou em Portugal numa época posterior à fixação da língua no Brasil.

No que se refere à realização da vogal /o/ > [u] nos dados de Mateus e D'Andrade (2003), nota-se que o fenômeno de elevação da vogal média posterior átona final atua tanto no português brasileiro quanto no português europeu, nos dias de hoje.

Dessa maneira, levando em consideração as informações expostas nesta seção, presume-se que o sistema vocálico do português brasileiro seguiu um curso evolutivo diferente daquele seguido pelo sistema vocálico europeu. Provavelmente, isto se deva ao fato de o português implantado no Brasil ter sofrido influências linguísticas diferentes daquelas sofridas pelo português na Europa.

4. A ORTOGRAFIA PORTUGUESA

Neste capítulo, aborda-se a história concisa da ortografia portuguesa, seguido da descrição do sistema ortográfico do português brasileiro no século XIX.

4.1 HISTÓRIA CONCISA DA ORTOGRAFIA

A história da ortografia portuguesa divide-se em três períodos: o *fonético*, o *pseudoetimológico*, e o *simplificado* ou *reformado*. É importante ressaltar que os historiadores e os linguistas divergem entre si no que diz respeito a essa classificação, conforme pode ser visto no **Quadro 8**:

<i>Período</i>	<i>José de Lima Coutinho</i>	<i>José Joaquim Nunes</i>	<i>José Carlos de Azeredo</i>	<i>Ataliba de Castilhos</i>	<i>Edwin Williams</i>
<i>Fonético</i>	<i>Formação do português até século XVI</i>	<i>Formação do português até século XVI</i>	<i>Século XIII ao XVI</i>	<i>Formação do português ao século XVI</i>	<i>Período do Português Arcaico</i>
<i>Pseudoetimológico</i>	<i>Século XVI a 1904</i>	<i>Século XVII ao XX</i>	<i>Século XVI a 1904</i>	<i>Século XVI ao XX</i>	<i>Do Renascimento ao século XX</i>
<i>Simplificado ou Reformado</i>	<i>de 1904 aos dias atuais</i>	<i>Século XX aos dias atuais</i>	<i>De 1904 aos dias atuais</i>	<i>Século XX aos dias atuais</i>	<i>1916 aos dias atuais</i>

Quadro 8. Periodização da História da Ortografia Portuguesa.

Desde os primórdios, a língua portuguesa nunca apresentou um sistema ortográfico uniforme. E, com o passar do tempo, essa variação foi se acentuando cada vez mais a ponto de cada região apresentar suas próprias características gráficas. Em virtude disso, podia-se descobrir, através da escrita, a que região um indivíduo pertencia. Além disso, era comum os falantes/escritores grafarem uma mesma palavra de formas diferentes dentro de um mesmo texto ou documento. No trecho a seguir da cantiga galego-portuguesa B41 de Osoiro Anes,

pertencente ao *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* ([1525?])²⁰, é possível observar a palavra “sofrer” sendo grafada com <ff> e <f>:

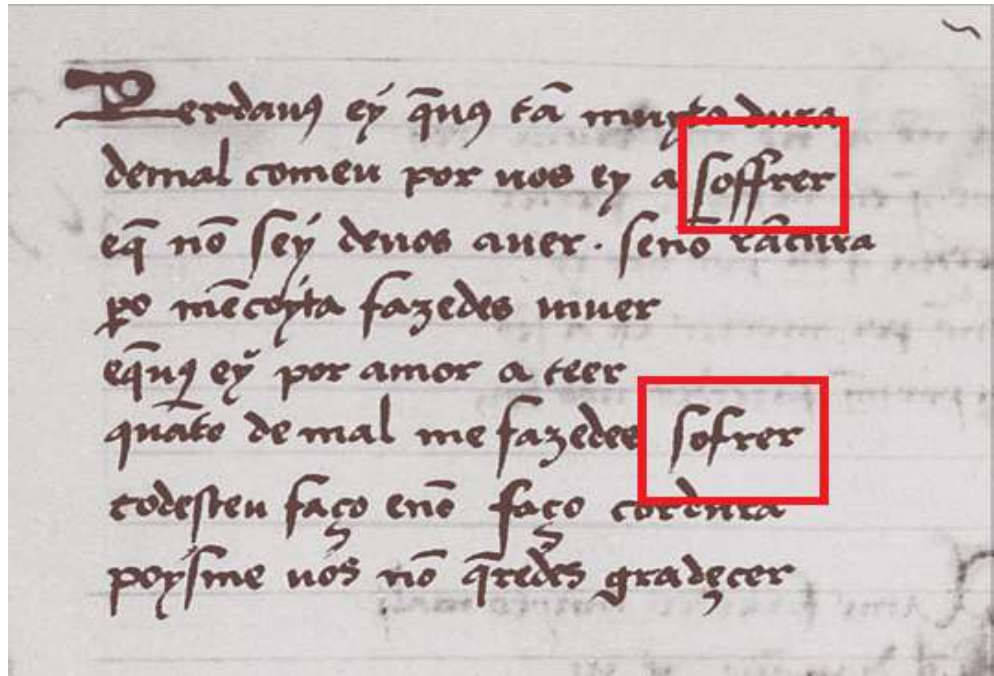


Figura 2. Trecho da última estrofe da cantiga B41.

Desse modo, por ser uma época caracterizada pela variação gráfica, os estudiosos denominaram-na de *Período Fonético*. Este, por sua vez, corresponde à fase de formação do português, ou melhor, da fase arcaica da língua. Naquela época, a grafia das palavras era baseada na pronúncia, isto é, “escrevia-se não para a vista, mas para o ouvido” (COUTINHO, 2011[1938], p. 72).

Durante o *Período Fonético* (PEREIRA, 1935; NUNES, 1975; WILLIAMS, 2001[1891]; COUTINHO, 2011[1938]), era possível encontrar características gráficas como:

- o uso confuso das letras *i*, *y* e *j*, como em *aya* por *aja*, *iulgar* por *julgar*, *oye* por *hoje*, *ljuvro* por *livro*, *mujto* por *muito* e *ydade* por *idade*;
- o uso de *h* para representar o *i*, quando este tinha a função de glide, como em *cabha* por *cabia*, *dormho* por *dormio*;

²⁰ O *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* [1525?], outrora chamado de *Cancioneiro de Colocci-Brancuti*, trata-se de uma obra quinhentista composta por cantigas galego-portuguesas de diversos trovadores. Disponível em: <<http://www.cantigas.fcsh.unl.pt/cancioneirobn.asp>>. Acessado em: 06/02/2014.

- o uso da letra **h** para marcar hiato entre duas vogais diferentes ou entre duas vogais de qualidades diferentes, como em *poher* por *poer* (arcaico), *tehudo* por *teúdo* (arcaico), *mãho* por *mão*;
- o uso de **til** [~], **m** ou **n** para representar a nasalização das vogais, como em *ãno*, *añno* e *anno* por *ano*, *grãde* por *grande*, *hõe* e *home* por *homem*, *menesmo* e *mêesmo* por *mesmo*, *põho* por *ponho*, *saom* por *são* (de *sanu-*);
- o uso da letra **b** no lugar de **v**, como em *aber* por *haver*;
- **ff** iniciais e **ff** depois de consoante, como em *ffe* por *fé*, *conffirmar* por *confirmar*;
- uso de **qu** no lugar de **c**, como em *cinquo* por *cinco*, *nunqua* por *nunca*;
- o uso da letra **u** no lugar de **v**, como em *Lauorados* por *Lavorados*, *liurar* por *livrar*, *auer* por *haver*;
- o uso de **ll** no meio e no fim da palavra, como *ella* ou *ela*, *castelo* ou *castello*, *mall*, *tall*. De acordo com Coutinho (2011[1938]), “a duplicação no fim visava provavelmente a distinguir o *l* velar do alveolar; no meio decorria da influência do latim”;
- o uso de **rr** no início e no meio da palavra para não confundir seu som com o do **r** brando como em *rrainha* por *rainha*, *omrrado* por *honrado*. Mas também se usava **r** simples com o valor de **rr** como em *tera* por *terra*;
- uso de **x**, em final de palavra, para representar o valor de **is** do latim, como em *rex* por *reis*, *ex* por *eis*;
- o uso de **x** para representar **ss**, como em *dixe* por *disse*;
- o uso de **z** no lugar de **ç**, como em *zapateiro* por *çapateiro*, *lanzar* por *lançar*.

Nas cantigas galego-portuguesas do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* [1525?], é possível observar diversos exemplos das grafias utilizadas no *Período Fonético*. Por exemplo, na cantiga B80, de Vasco Praga de Sandim, observa-se o uso de <h> para representar <i> em “*mha*”, o uso de til [~] para representar a nasalização de <u> em “*nũca*”, o uso de <y> para representar <i> em “*sey*” e o uso de <u> para representar <v> em “*auerey*”:

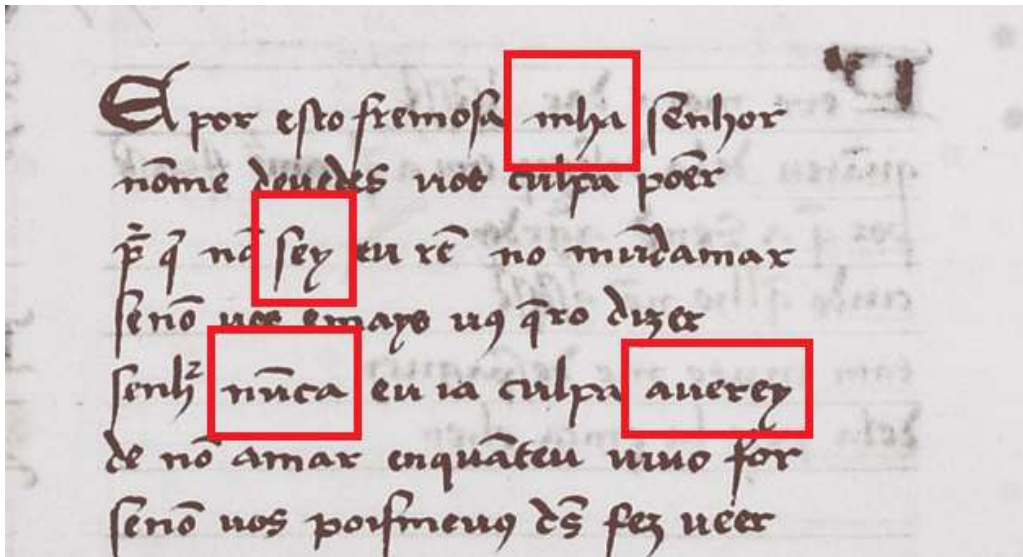


Figura 3. Trecho da segunda estrofe da cantiga B80.

Na cantiga galego-portuguesa B884, escrita por Airas Nunes, nota-se, por exemplo, o vocábulo “disse” sendo grafado com <x> (> *dixe*) e o pronome “mim” grafado com <j> no lugar de <i> e sem o <m> final (> *mj*):

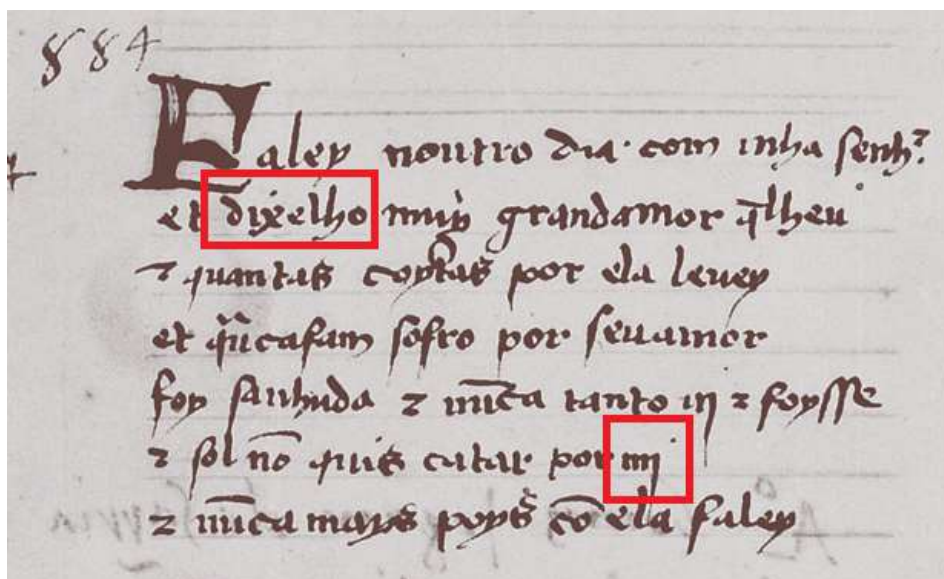


Figura 4. Trecho da primeira estrofe da cantiga B884.

Entre os séculos XV e XVI, surgiu, na Itália, um movimento cultural e intelectual inspirado nos antigos valores greco-latinos, cujo objetivo principal era romper com os valores e as tradições medievais, ou seja, o centro de tudo se deslocava do *Divino* para o *Humano*. Como era de se esperar, este movimento, chamado *Renascimento*, encontrou adeptos por toda a Europa, inclusive em Portugal.

Assim, sob a influência do movimento renascentista, escritores e estudiosos da língua portuguesa passaram a se preocupar em grafar os vocábulos da língua com base na etimologia da palavra. A partir disso, uma nova fase na história da ortografia portuguesa começava a dar seus primeiros passos. Era o início do *Período Pseudoetimológico*, o qual se estendeu até princípios do século XX. A maioria dos estudiosos da língua portuguesa considera a data da publicação do livro *Ortografia Nacional* (1904), de Gonçalves Viana, como o marco final deste período em decorrência desta obra ter sido a base para a elaboração do primeiro tratado de ortografia entre Portugal e seus domínios no começo do século XX.

O *Período Pseudoetimológico*, influenciado pelas ideias renascentistas da época, caracterizou-se pela supervalorização da cultura greco-latina e pela busca etimológica da grafia das palavras, isto é, pelo uso de consoantes geminadas, de grupos consonantais de origem grega (*rh, th, ph, ch*) e de letras como *k, w* e *y*.

O objetivo dos pseudoetimologistas era buscar as letras originárias das palavras, mesmo que elas não representassem nenhum valor fonético. O problema dessa busca etimológica era que muitos destes estudiosos não conheciam a etimologia das palavras e nem a história da formação da língua portuguesa. Tratava-se, portanto, do início da desordem ortográfica, pois todas as palavras, inclusive aquelas que não eram de origem latina, eram latinizadas. Segundo Nunes (1975, p. 196):

[...] o pedantismo, por um lado, a ignorância, por outro, contribuía ainda mais para a desordem ortográfica [...] Em geral, cada escritor tinha o seu modo de ortografar, cingindo-se quase sempre ao latim, por vezes com um fanatismo tal, que até se atrevia a alterar grafias que ainda haviam resistido à corrente dominante (*intender, intrar, infermidade*, etc., por *entender, entrar, enfermidade*, etc.) e o público imitava-o inconscientemente.

Neste período, não se considerava mais as mudanças linguísticas da língua. Para Coutinho (2011[1938], p. 76), isto se tratava de “um divórcio total entre a língua falada e a escrita”.

Ao longo do *Período Pseudoetimológico* (PEREIRA, 1935; NUNES, 1975; WILLIAMS, 2001[1891]; COUTINHO, 2011[1938]), podia-se encontrar características gráficas, como, por exemplo:

- emprego de *ch, ph, rh, th* e *y* em palavras de origem grega ou supostamente grega como em *chrystallino, eschola, phrase, rhetorico, teatro, estylo, nympa*;
- emprego de *ct, gm, gn, mn, mpt* e consoantes geminadas em palavras de origem latina como em *aucthor, fructo, augmento, digno, magno, damno, somno, prompto, bocca, peccar, cabelo, setta*;
- falsas regressões ortográficas como: *th* em *thesoura* e *ethymologia*, *y* em *phylosophia*, *c* geminado em *occeano*; e a troca de *s* final por *z* (ex: *mez, portuguez, poz*), que surgiu da imitação de palavras como *simplez, vez, fez*, etc.

No trecho a seguir da terceira estrofe de *Os Lusíadas* (CAMÕES, 1572), verifica-se, por exemplo, a presença de <y> no lugar de <i> em “Troyano”, uso de consoantes geminadas como <ll> em “callese”, e uso dos grupos consonantais como <ct> em “victorias” e <pt> em “Neptuno”:

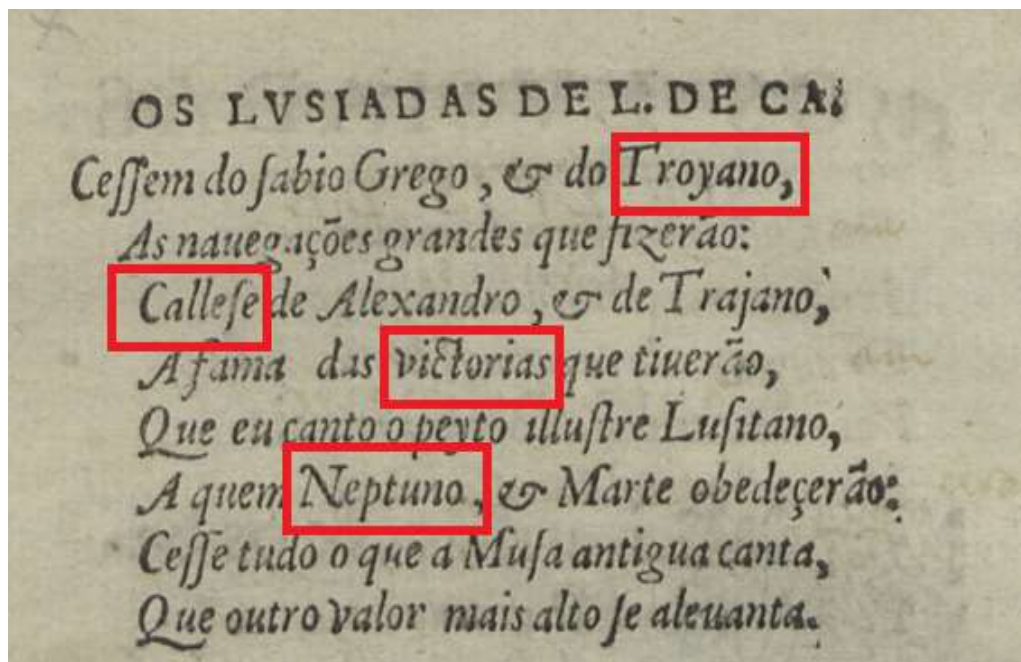


Figura 5. Trecho da terceira estrofe de *Os Lusíadas* (1572, Canto 1º).

Assim, em virtude da desordem ortográfica (NUNES, 1975) vigente na época, inúmeras obras começaram a surgir com o objetivo de prescrever normas e recomendações de como grafar de forma “correta” a língua portuguesa. Dentre as obras mais importantes, destacam-se:

- * *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536)²¹ de Fernão de Oliveira;
- * *Grammatica da Lingua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Mãdre Igreja* (1539)²² de João de Barros;
- * *Grammatica da Lingua Portuguesa* (1540) de João de Barros;
- * *Regras qve Ensinam a Maneira de Escrever a Orthographia da Lingua Portuguesa* (1574) de Pero de Magalhães de Gandavo;
- * *Orthographia da Lingoa Portuguesa* (1576) de Duarte Nunes de Leão;
- * *Orthographia, ov Modo para Escrever Certo na Lingua Portuguesa* (1631) de Álvaro Ferreira de Vera;
- * *Cyriosas Advertencias da Boa Grammatica no Compendio, & Exposição da Arte do Padre Manoel Alvarez, em Lingua Portugueza* (1643) de Bartholomeu Rodriguez Chorro;
- * *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portguezza* (1734) de João de Moraes Madureira Feijó;
- * *Orthographia da Lingua Portugueza* (1736) de D. Luis de Caetano Lima;
- * *Compendio de Orthografia* (1767) de Fr. Luis do Monte Carmelo;
- * *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura* (1876) de João de Deus;
- * *Ortografia Nacional* (1904) de Gonçalves Viana.

Contudo, os próprios gramáticos e ortógrafos não chegavam a um consenso quanto à grafia de determinadas palavras da língua portuguesa. Em outras palavras, a variação ortográfica continuava atuando de forma expressiva na língua. De acordo com Coutinho (2011[1938], p. 76), “tão grande foi esse influxo que não só os vocábulos novos entram para o nosso léxico com aspecto gráfico alatinado, mas também os que já tinham formas vulgares sofrem o travestimento etimológico”. E para piorar a situação, um novo surto etimológico surgiu no período do *Romantismo*²³, no qual buscavam não mais no latim a origem das palavras, mas no francês que era a “língua da moda” (COUTINHO, 2011[1938]).

No entanto, foi somente a partir de 1904, com a publicação da obra *Ortografia Nacional*, que a uniformização ortográfica da língua portuguesa se efetivou, embora não

²¹ Primeira gramática da língua portuguesa.

²² Primeira cartilha de alfabetização portuguesa.

²³ O *Romantismo* foi um movimento artístico, político e intelectual que surgiu na Inglaterra e na Alemanha do século XVIII, cujo objetivo principal era a busca pelo nacionalismo, ou seja, era o abandono total das ideias renascentistas. A grande propagadora destas ideias pela Europa foi a França. Com este movimento, a visão de mundo voltou-se para o indivíduo. Em outras palavras, tratava-se de um período marcado pelo busca das origens, pelo lirismo, pela subjetividade, pela emoção, pelo “eu”.

definitivamente, e a busca pela etimologização das palavras deixou de ser o objetivo principal dos estudiosos da língua. Conforme as palavras de Viana (1904, p. 8-9):

Estou de há muito convencido, e várias vezes o tenha dito pela imprensa, de que a denominada ortografia etimológica é uma superstição herdada, um êrro científico, filho do pedantismo que na época da ressurreição dos estudos clássicos, a que se chamou Renascimento, assoberbou os deslumbrados adoradores da antiguidade clássica e das letras romanas e gregas, e pôde vingar, porque a leitura e a conseqüente instrução das classes pensadoras e dirigentes só eram possíveis a pequeno círculo de pessoas, cujos ditames se aceitavam quási sem protesto.

Assim, uma nova fase surgiu na história da ortografia portuguesa chamada de *Período Simplificado* ou *Reformado*. Este, por sua vez, teve seu início após a publicação da obra *Ortografia Nacional* (1904), do famoso foneticista e lexicólogo português Gonçalves Viana, permanecendo nos dias atuais.

Para formular as regras da ortografia portuguesa, Viana relacionou a análise da história interna da língua com o estudo de suas tendências fonéticas. Com base nestes preceitos, Viana conseguiu propor os fundamentos necessários para a simplificação do sistema ortográfico da língua portuguesa. Os principais fundamentos da proposta do foneticista português (VIANA, 1904, p. 17) eram:

- eliminação de todos os símbolos de etimologia grega (*th, ph, ch = /k/, rh e y*);
- redução das consoantes geminadas a simples (*tt > t, ll > l*), com exceção de *rr* e *ss* mediais que possuem valores peculiares;
- eliminação das consoantes não pronunciadas, quando não influíssem na pronúncia da vogal que as precedesse (*sancto > santo, septe > sete*);
- regularização da acentuação gráfica.

Este sistema simplificado baseou-se mais na pronúncia, contudo não deixou de levar em consideração a etimologia e o elemento histórico da palavra. Segundo Williams (2001[1891], p. 41), o *Período Simplificado* “representa um retôrno às grafias fonéticas, mas difere da da Idade Média no fato de que foi uniformizada por convenção”.

Apesar de *Ortografia Nacional* ter sido o marco inicial da uniformização da ortografia portuguesa, outros tratados de ortografia foram e continuam sendo propostos desde 1904,

tanto em Portugal quanto no Brasil. Isto demonstra que a busca pela uniformização da língua ainda permanece nos dias de hoje.

4.2 O SISTEMA ORTOGRÁFICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NO SÉCULO XIX

Com o fim do *Período Fonético*, em meados do século XVI, o *Período Pseudoetimológico* passou a vigorar em Portugal a partir de então. Já que esta fase foi caracterizada pela supervalorização da cultura greco-latina causada pelo influxo do pensamento renascentista, a grafia do latim passou a servir como modelo para a escrita do português (AZEREDO, 2009).

Como o Brasil era uma colônia portuguesa, os habitantes do território brasileiro acabaram imitando os portugueses no que se refere à “moda” da supervalorização da cultura greco-latina e da busca pela origem etimológica da grafia das palavras. Porém, “com o advento do Romantismo, novo surto etimológico se observa; desta vez, porém, muito mais funesto, porque não se procura a origem imediatamente no latim, mas através do francês, que se imita largamente” (COUTINHO, 2011[1938], p. 76). Isto demonstra que, tanto no Brasil quanto em Portugal, havia um misto de latinização e afrancesamento da grafia dos vocábulos portugueses.

Em virtude desse latinismo e desse afrancesamento dos vocábulos portugueses, os falantes/escritores brasileiros passaram a utilizar consoantes geminadas, grupos consonantais de origem grega (**rh, th, ph, ch**) e letras como **k, w** e **y** exatamente como se fazia no português de Portugal. Conforme Williams (2001[1981], p. 40), encontrava-se, no *Período Pseudoetimológico*, a grafia de:

[...] *ch, ph, rh, th* e *y* em palavras de origem grega ou de suposta origem grega, e.g., *chryllino, eschola, phrase, rhetorico, teatro, estylo, nympa*; e *ct, gm, gn, mn, mpt* e consoantes duplas em palavras de origem latina, e.g., *aucthor, fructo, augmento, digno, magno, damno, somno, prompto, bocca, peccar, cabelo, setta*. Na mesma época, abundaram falsas regressões ortográficas, e.g., *th* em *thesoura* e em *ethymologia*; *y* em *phylosophia*; duplo *cc* em *occeano*. Dentre essas, inscreve-se a troca de *s* final por *z*, em *mez, portugez, poz*, etc., que brotou de imitação de palavras como *simplez, vez, fez*, etc.

De acordo com os gramáticos e ortógrafos brasileiros oitocentistas, o que prevalecia na grafia das palavras era o elemento etimológico. Esses autores relatavam ainda que a ortografia por não ser uniformizada no Brasil ficava sujeita às variações, as quais poderiam ser desencadeadas devido ao alto ou baixo nível de escolaridade do falante ou em decorrência do tipo de grafia adotada na região em que este vivia (RIBEIRO, 1881; SILVA JR, ANDRADE, 1887; RIBEIRO, 1889; RIBEIRO, 1899). Para Nunes (1975), o fanatismo pela grafia etimológica das palavras era tão forte que se tornara usual cada escritor criar o seu próprio modo de ortografar e o povo acaba imitando estas grafias, pois as consideravam como modelos da “boa” grafia da língua portuguesa.

Os trechos abaixo retirados dos principais jornais que circularam no Brasil durante o século XIX servem como exemplos no que se refere ao “padrão ortográfico” do português brasileiro oitocentista:

1. Neste trecho do jornal *A Gazetinha*²⁴, de 1891, pode-se notar o uso de grupos consonantais como <ct> em *director*, de <cç> em *redacção*, de <gn> em *assignatura*; de geminadas como <nn> em *anno*, de <ll> em *allivio*, de <cc> em *seccos*, de <mm> em *immoovel*; de <y> em *martyrio*; de acento na palavra *dôr*, entre outros exemplos:

²⁴ *A Gazetinha* era um jornal de oposição ao *Partido Republicano Rio-grandense* (PRR). Este periódico, que circulou entre 1891 e 1900, era de cunho socialista e tinha por objetivo defender os interesses do “povo”. Disponível em: <<http://ahpoa.blogspot.com.br/2011/11/analise-da-variacao-do-som-atraves-de.html>>. Acessado em: 26/11/2014.



Figura 6. Trecho do jornal *A Gazetinha*.

2. No trecho do periódico *Diario de Pernambuco*²⁵, de 1825, verifica-se o uso de grupos consonantais como <cç> em *introducção*, de <pt> em *excepto*, de geminadas como <mm> em *communicassem* e em *incommudo*, de <tt> em *attestado*, de <nn> em *annuncios*, do ditongo <ae> em *taes*, de <y> e <ph> em *typhographia*, entre outros exemplos:

²⁵ *O Diario de Pernambuco* foi fundado em 7 de setembro de 1825 em Recife, Pernambuco, e é considerado o periódico em circulação mais antigo da América Latina. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Diario_de_Pernambuco>. Acessado em: 04/01/2015.

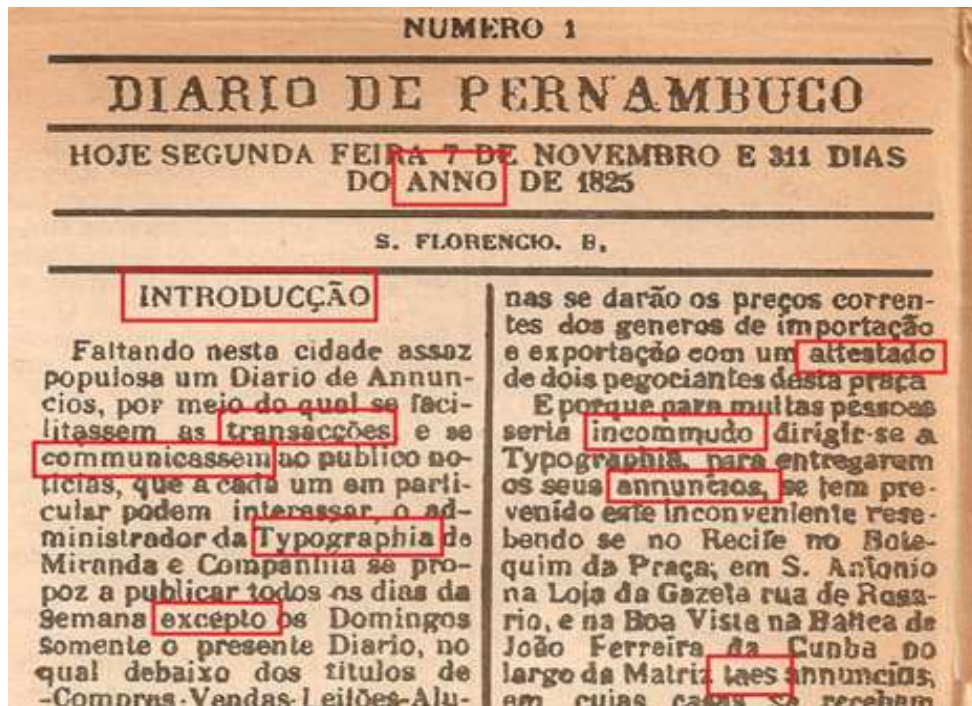


Figura 7. Trecho do periódico *Diário de Pernambuco*.

3. Enquanto no trecho do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*²⁶, de 1808, observa-se o uso de <h> nas palavras *hontem*, *hum*, *huma* e *Hespanha*; de geminadas como <mm> em *immediatamente*, de <tt> em *Gottemburgo*, de <nn> em *annuncião*, de <ff> em *official*; de <i> em *quasi*; de grupos consonantais como <ct> em *extracto*, <xh> em *exhaurido*, entre outros exemplos:

²⁶ A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi fundada em 10 de setembro de 1808, sendo considerado o primeiro jornal impresso em território brasileiro, nas máquinas da Impressão Régia, no Rio de Janeiro. Seu lançamento marca o início da imprensa no país. Disponível em: <<http://pnld.moderna.com.br/2012/09/10/a-criacao-da-gazeta-do-rio-de-janeiro-e-a-estrela-da-imprensa-no-brasil/>>. Acessado em: 04/01/2015.



Figura 8. Trecho do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Levando em consideração os exemplos de grafia encontrados nesses jornais, percebe-se que a busca pelo elemento etimológico da grafia das palavras é o preceito que predominava no sistema ortográfico do português brasileiro no século XIX (MORAES SILVA, 1824; CONSTANCIO D.M., 1831; RIBEIRO, 1881; SILVA JR; ANDRADE, 1887; RIBEIRO, 1889; RIBEIRO, 1899; PEREIRA, 1935). Ademais, cabe ressaltar que, segundo os estudiosos oitocentistas, a prática ortográfica variava de uma região para outra no Brasil (RIBEIRO, 1881; SILVA JR; ANDRADE, 1887; RIBEIRO, 1889; RIBEIRO, 1899), conforme se verifica nesses exemplos de jornais oitocentistas.

Para Lima (2014, p. 509), não era somente o predomínio da busca pela etimologização das palavras que prevalecia no português do Brasil, a prática gráfica brasileira também sofria fortes influências da norma subjetiva²⁷ lusitana. De acordo com Lima (2009, p. 127):

[...] a ortografia no século XIX no Brasil era pautada, segundo Gonçalves (1992), nos critérios da etimologia, de analogia, de pronúncia e de uso. Tem razão Gonçalves (op. cit.) quando postula que, em perfeita consonância com o contexto

²⁷ Entendem-se como norma subjetiva as prescrições dos gramáticos.

cultural da época, os gramáticos tentaram descrever a língua portuguesa baseados nos modelos greco-latinos, ideal de perfeição e de pureza. Mas o que percebemos é que embora o critério etimológico estivesse em voga na época, mesmo assim havia transgressão à regra [...].

Nesse sentido, postula-se que o sistema ortográfico brasileiro oitocentista era pautado na grafia etimológica das palavras apesar da falta de uniformização do sistema ortográfico do português brasileiro.

5. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, são apresentados e discutidos os resultados obtidos pela análise qualitativa, referentes ao fenômeno de elevação das vogais médias, em posição átona final, no português brasileiro do século XIX. Como a análise dos dados foi baseada em dois tipos de dados empíricos, este capítulo dividir-se-á em duas partes: *análise dos dados da evidência direta* e *análise dos dados da evidência indireta*.

5.1 ANÁLISE DOS DADOS DA EVIDÊNCIA DIRETA

Antes de iniciar a análise das fontes de evidência direta, isto é, dos testemunhos de gramáticos, ortógrafos, alfabetizadores e dicionaristas do passado, é necessário levar em consideração três pressupostos:

1. Os estudiosos consultados para o presente exame não eram foneticistas e nem fonólogos, com exceção do português Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, autor de *Ortografia Nacional* (1904), que era foneticista e lexicólogo. Em períodos mais antigos, as descrições de pronúncia eram baseadas numa perspectiva ortográfica da língua, ou seja, buscava-se representar o som por meio de uma imagem gráfica, ou melhor, de um grafema. Por isso, estes depoimentos devem ser considerados como “observações”. Além disso, é preciso ter em mente que em tempos anteriores ao século XX não havia metodologia científica adequada e nem tecnologia disponível para o estudo dos sons de uma língua.

2. Os relatos desses estudiosos podem indicar possíveis descrições da fala padrão que vigorava na época, e não da fala coloquial/não padrão. Esta hipótese reside no fato de os autores manifestarem, em seus livros, opiniões críticas contra a pronúncia do “vulgo”, ou melhor, dos indivíduos iletrados ou com baixo nível de escolaridade. Por exemplo, em *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com Acerto a Lingua Portugueza*, Feijó (1734, p. 5) declara que: “[...] se consultarmos o vulgo não acharemos senão abusos de palavras, e erros de pronúncia”. Seguindo este mesmo ponto de vista, Barbosa, em *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, afirma que:

Entre as diferentes pronúncias, de que usa qualquer Nação nas suas diferentes provincias, não se póde negar que a da Corte, e territorio, em que a mesma se acha, seja preferível ás mais, e a que lhes deva servir de Regra [...] O uso porém da Corte não he o do Povo; mas sim o da gente mais civilizada e instruida (BARBOSA, 1822, p. 50).

Com base nos comentários de Feijó (1734) e Barbosa (1822), percebe-se que havia usos distintos da língua de acordo com a classe social e o nível de escolaridade. Portanto, as prescrições dos estudiosos sobre o uso “correto” ou “incorreto” da língua demonstram o que era considerado culto ou inculto em uma determinada época.

3. As descrições que estes estudiosos fazem sobre os sons da língua portuguesa podem ser relatos de uma pronúncia latinizada. Em virtude do advento do pensamento renascentista (século XV) e pelo deslumbramento com a cultura clássica, os estudiosos antigos passaram a se preocupar em orientar o uso da língua portuguesa com base nas estruturas linguísticas do latim e do grego. Por causa disso, inúmeras gramáticas e dicionários da língua portuguesa começaram ser publicados a partir do século XVI com o intuito de prescrever normas com relação à forma “correta” de grafar e pronunciar a língua portuguesa (SILVA, 2008). De acordo com Silveira (1940, p. 105):

O estudo febril dos modelos clássicos havia por força de repercutir na língua. Avigora-se a concepção da descendência latina do idioma português, do que são testemunho os versos de Camões [...] e frases de como esta de André de Resende: “nostra lingua, quae pene latina est” (=nossa língua que é quasi a latina). Alguns dos eruditos daquele tempo chegaram a lançar os fundamentos da demonstração de que as línguas românicas são transformações do latim [...].

Para o gramático Andrade Junior (1884, p. 264), foi somente “depois que entrarão a ser cultivadas as linguas latina e grega, aquella principalmente, é que começou de polir-se a lingua portugueza e a adquirir a riqueza e suavidade que tanto a distinguem entre as linguas cultas da moderna Europa”. Desse modo, considera-se a possibilidade de os testemunhos dos estudiosos serem latinismos ou grecismos dos sons da língua portuguesa antiga.

Apesar de serem, na maioria dos casos, imprecisos, os testemunhos dos estudiosos que viveram no passado devem ser considerados como fontes relevantes para se obterem evidências diretas a respeito do estado linguístico de uma língua em um determinado momento do passado (MAIA, 1986; PENKE; ROSENBAACH, 2007; BEAL, 2012; SCHALLEY, 2012). Como não havia tecnologia para a gravação de fala em períodos mais antigos, somente resta ao pesquisador histórico buscar informações sobre o passado de uma

língua através dos depoimentos dos estudiosos antigos e dos registros escritos (CARDEIRA, 2009; MARQUILHAS, 2003; CARVALHO, 2005; NARO, 1973; ROMAINE, 2009[1982]; LASS, 2000; MONTGOMERY, 2007; SCHNEIDER, 2002).

Nesse sentido, a presente análise consultou 90 obras metalinguísticas e didáticas publicadas entre o século XVI e fins do século XIX. O século XVI foi escolhido como o ponto de partida para este exame devido à primeira gramática da língua portuguesa ter sido publicada em 1536. Além disso, é importante mencionar que nem todos os livros consultados serviram aos propósitos desta pesquisa em função de não apresentarem informações referentes à pronúncia das vogais médias em contexto átono final.

5.1.1 Descrições da Vogal Átona Final /e/ no Português Europeu

Das 90 obras consultadas, somente 12 forneceram informações acerca do valor fonético da vogal átona final /e/ no português europeu, conforme ilustra o **Quadro 9** a seguir:

OBRAS QUE DESCREVEM A VOGAL ÁTONA FINAL /e/ NO PORTUGUÊS EUROPEU
<i>Grammatica Italiana, e Arte para Aprender a Lingua Italiana por Meyo da Lingua Portugueza</i> (LIMA, 1734)
<i>Orthographia da Lingua Portugueza</i> (LIMA, 1736)
<i>Verdadeiro Methodo para Ensinar: Tomo I</i> (VERNEY, 1746)
<i>Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza</i> (BARBOSA, 1822)
<i>Methodo Castilho</i> (CASTILHO, 1853)
<i>A Lingua Portugueza: phonologia, etymologia, morfologia e syntaxe</i> (COELHO, 1868)
<i>Cartilha Maternal ou Arte de Leitura</i> (DEUS, 1878)
<i>Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza</i> (AULETE, 1881)
<i>Novíssima Grammatica Portugueza</i> (LAGE, 1882)
<i>Cartilha da Infância</i> (PIMENTEL, 1886)
<i>Diccionario Prosodico de Portugal e Brasil</i> (CARVALHO; DEUS, 1890)
<i>Exposição da Pronuncia Normal Portuguesa para Uso de Nacionais e Estrangeiros</i> (VIANA, 1892)

Quadro 9. Obras que descrevem a vogal átona final /e/ no PE.

Diante dos dados expostos no **Quadro 9**, a presente análise iniciar-se-á com o testemunho do ortógrafo D. Luis Caetano de Lima. Em sua obra *Orthographia da Lingua Portugueza*, o autor explica que a vogal /e/ deveria ser pronunciada como <e> fechado em

todas as palavras que terminassem com <e> átono, como em *trave, leme, vide, bosque, rude, bondade, tapete, semide, pagode, e virtude* (LIMA, 1736, p. 32). Com esta descrição, conjectura-se que a pronúncia da referida vogal deveria ser [e]. No que tange ao fenômeno de elevação de /e/, o autor não faz nenhum comentário a este respeito em seu livro.

Porém, é importante dizer que, dois anos antes, Lima, relatou, em sua *Grammatica Italiana, e Arte para Aprender a Lingua Italiana por Meyo da Lingua Portuguesa* (1734), que os portugueses pronunciavam a vogal átona final /e/ das palavras italianas quase como [i] do mesmo modo como produziam a mesma vogal em português. Em outras palavras, os portugueses transferiam a realização de /e/ como vogal alta da língua materna (LM) para a língua estrangeira (LE), que neste caso era o italiano. Segundo Lima (1734, p. 9-10),

[...] as palavras, que acabão em E, se devem pronunciar com hum som Escuro, mas não tão escuro, como fazem os Portuguezes, os quaes mudão quasi o E final em I; e em lugar de pronunciarem *Anche, Pure, Rumore, Parlare, Sentire*, pronuncião *Anchi, Puri, Rumori, Parlari* &c.

Esta declaração do autor revela que a vogal átona final /e/ sofria um processo de elevação no português europeu do século XVIII. Nota-se ainda que a referida vogal apresentava variação na pronúncia, podendo exibir tanto a realização como [e] quanto como [i] no português daquela época.

Em *Verdadeiro Methodo para Ensinar: Tomo I*, Luiz Antonio Verney (1746a) critica os portugueses por produzirem a vogal átona final /e/ como [i]. De acordo com o autor: “Finalmente devo advertir a V.P. que estes seus nacionais, ainda falando, pronunciam mal muitas letras no-meio; mas principalmente nos-fins-das-disoens. V.g. *e* final, pronunciam como *i*: como em *De-me, Pos-me* etc [...]” (VERNEY, 1746a, p. 42). Com este relato, observa-se que a elevação da vogal átona final /e/ ocorria no português europeu do século XVIII.

Jeronimo Soares Barbosa, em sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822), menciona que a vogal /e/ final, por ser surda²⁸, isto é, ter uma articulação reduzida, poderia apresentar o som de [i]. Segundo o autor:

²⁸ Segundo Marquilhas (2015), os termos “*surdo*” e “*mudo*” eram utilizados pelos estudiosos antigos quando queriam se referir a uma vogal átona com a articulação reduzida. Portanto, “*surdo*” e “*mudo*” não significam vogal elidida em posição átona.

A Lingua Portugueza porêm toca mais dois pontos ou vozes na sua corda vogal; huma entre o E *Pequeno* e o I *Commum*²⁹; e outro entre o O *Pequeno* e o U *Commum*, as quaes, por serem surdas e pouco distinctas, se podem chamar *Ambiguas*, e por isso não tem signal Litteral proprio, e se notão na escriptura, a primeira ja com *e* ja com *i*, e a segunda ja com *o* ja com *u*. Taes são as que mal se percebem, quando estas mesmas vogaes se achão em qualquer palavra, ou antes de alguma voz grande immediata, ou depois da mesma nos Diphthongos, e **no fim das palavras**. Assim e parece ter o mesmo som que *i* nas palavras *Cear*, e *Ciar* (ter zelos) e nos diphthongos destas *Paes*, *Pai*; e pelo mesmo modo *o* tem o mesmo som confuso que *u* nas finaes de *Paulo*, *Justo*, *Amo*, e nas palavras *Soar*, e *Suar*, e nos Diphthongos, como em *Pao Paulo*, *Seo Seu*. (1822, p. 4) [grifo nosso]

Com base no testemunho de Barbosa, pode-se inferir que, no português europeu do século XIX, a vogal átono final /e/ era produzida como [e] e também como [i]. Desse modo, pode-se dizer que havia indícios da elevação da vogal átona final /e/ no português europeu oitocentista.

Em sua cartilha *Methodo Castilho*, Antonio Feliciano de Castilho (1853, p. 153), explica que “o *E* no fim mui pouco se ouve: *Qe* o digam *cidade* e *couve*”. Por conta da expressão “mui pouco se ouve”, presume-se que a vogal átona /e/ estava sofrendo um processo de elisão em posição de final de palavra não acentuada. Quanto à realização desta mesma vogal como [i], o autor não tece nenhum comentário sobre a existência deste fenômeno no português europeu do século XIX.

Em *A Lingua Portugueza: phonologia, etymologia, morfologia e syntaxe*, Francisco Adolpho Coelho (1868, p. 128) afirma que a vogal átona final /e/ era pronunciada como [e], conforme em *tome*. Com relação ao fenômeno de elevação da vogal média átona final no português europeu oitocentista, não foi encontrada nenhuma informação a esse respeito no referido livro de Coelho.

João de Deus (1878, p. 25), em sua *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*, faz a seguinte recomendação: “Alguns chamam ao *e* de *saúde* mudo: antes o chamem que o façam, pois se o fazem não fallam bom portuguez”. Dessa forma, por intermédio desta crítica, presume-se que a vogal átona final /e/ deveria ser elidida no português europeu do século XIX. No que se refere ao processo de elevação da vogal média átona final, o autor não teceu nenhum comentário sobre a existência desse fenômeno.

²⁹ De acordo com Barbosa (1822, p. 3): *Á Grande* é como o *a* do alfabeto e *á* de *más* (adj.); *A Pequeno* é como *a* artigo e *a* de *mas* (conj.); *É Grande Aberto* é como *é* de *Sé* (nome); *Ê Grande Fechado* é como *ê* de *Sê* (verbo); *E Pequeno* é como *e* de *Se* (conj.); *I Commum* é como *i* de *vicio*; *Ó Grande Aberto* é como *ó* de *avô*; *Ô Grande Fechado* é como *ô* de *avô*; *O Pequeno* é como *o* artigo; *U Commum* é como *u* de *tumulo*.

Francisco Julio Caldas Aulete (1881, p. 6), em *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza*, descreve que a vogal átona final /e/ tinha o valor de [e], como em *abbade* (> [a-bá-de]) e *abatidamente* (> [a-ba-ti-da-men-te]), por exemplo. Diante disso, acredita-se que /e/ átono final era realizado como vogal média-alta no português europeu do século XIX. Quanto à realização de /e/ como vogal alta, o autor não faz nenhuma menção sobre a existência deste fenômeno em seu dicionário.

Em *Novíssima Grammatica Portugueza*, José Gonçalves Lage (1882, p. 155) relata que a vogal <e> “no fim das palavras não se faz sentir; e sendo conjunção, quasi se pronuncia como *i*, por ex.: e o monte (*i o mont*)”. Em vista disso, presume-se que a vogal átona final /e/ era elidida no português europeu oitocentista. Com relação à elevação da vogal átona final /e/, não foi encontrada nenhuma informação referente a esse processo na referida gramática.

Francisco Silveira d’Ávila Pimentel (1886, p. 13), em *Cartilha da Infância*, explica que a vogal átona final /e/ apresentava o valor de [e]. Porém, mais adiante, o autor faz outro comentário, dizendo que:

56 A voz tenue, representada pela vogal **e**, encontrando-se com outra voz, sôa quasi **i**; ex.: passear, passeemos, onze annos, nove horas. Equivale quasi a *passiemos, onziânos nóvióras*.

57 **O e final** das palavras graves e exdruxulas é tenue antes de pontuação ou de palavra que principie por consoante; e é tenuissimo antes de palavra que principie por vogal; ex.: estude bastante, compre livros, espere ahi, leve o dinheiro. Equivale a: *estude bastante, compre livros, espéri-ahi, lévi-o dinheiro* (1886, p. 13).

Assim, levando em consideração este depoimento, observa-se que a vogal /e/ poderia ser realizada quase como [i], quando o contexto seguinte fosse vogal, e como [e], caso o contexto seguinte fosse consoante. Dessa forma, pode-se dizer que há indícios de que a vogal átona final /e/ estava sofrendo um processo de elevação no português europeu do século XIX.

No *Diccionario Prosodico de Portugal e Brasil*, Antonio José de Carvalho e João de Deus (1890, p. 1) descrevem que a vogal átona final /e/ era pronunciada como [e], conforme se observa em *abacate* (> [âbâkâte]), por exemplo. Diante disso, acredita-se que a vogal média átona final /e/ era realizada como [e] na fala dos habitantes do Brasil e de Portugal em virtude de esta obra ter sido elaborada para os portugueses e para os brasileiros. No que se refere à elevação da vogal /e/ em contexto átono final, os autores não tecem nenhum

comentário sobre a existência deste fenômeno no português europeu, e, tampouco, no português brasileiro do século XIX.

O foneticista Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1892, p. 57-74), em *Exposição da Pronúncia Normal Portuguesa para Uso de Nacionais e Estrangeiros*, declara que a vogal /e/ átona final apresentava diversas realizações³⁰, tais como:

- [ɛ̞] fechado, que era o som mais geral de todo <e> átono, como em *ferocidade* > [fɛ̞ʁoçidádɛ̞];

- [ɛ̃] em vocábulos raros latinos e gregos, como em *ave* > [ávɛ̃], *salve* > [sálvɛ̃] e *inclusive* > [ĩnkluzivɛ̃];

- [Ø] quando a vogal fosse precedida por consoante desvozeada. Por exemplo, *bofe*, *passé*, *tape*, *sete*, *fique* deveriam ser pronunciados como *bòf*, *pàç*, *tàp*, *sèt*, *fíq*, respectivamente, e a consoante deveria ser aspirada em decorrência disso;

- [ɨ] sussurrado quando viesse seguida de <s>. Por exemplo, *bofes*, *passes*, *setes*, *fiques* deveriam ser pronunciados como *bófɨs*, *pásɨs*, *sétɨs*, *fíkɨs*, respectivamente. No entanto, se a vogal /e/ fosse precedida por palatal vozeada, este [ɨ] se tornaria vozeado. Mas se a palatal fosse desvozeada, o som [ɨ] se tornaria desvozeado. Por exemplo, *raxe*, *foge*, *desenhe*, *trabalhe* deveriam ser pronunciados como “*ráxɨ* com ɨ ciciado; *fójɨ*, *dezɛnhɨ*, *trabálhɨ*, com ɨ sonoro” (VIANA, 1892, 57).

Ademais, é relevante relatar que, na página 51 do referido livro, Viana comenta que a vogal *ɨ* tinha o mesmo timbre de *i*. Com base nisso, infere-se que esta descrição seja um indício de que /e/ era produzido como vogal alta em posição átona final. Nota-se ainda que a referida vogal poderia ser realizada como [e] e também como [Ø]. Em outras palavras, a pronúncia da vogal átona final /e/ apresentava variação no português europeu do final do século XIX.

Considerando os testemunhos dos estudiosos citados anteriormente, é possível apontar que a pronúncia da vogal /e/, em posição átona final, apresentava variação no período entre os séculos XVIII e XIX, conforme ilustra a **Tabela 1**:

³⁰ Nesta análise, optou-se por manter os símbolos fonéticos adotados por Viana para evitar equívocos no que diz respeito à procura de seus correspondentes no IPA (*International Phonetic Alphabet*).

Valor da Vogal Média Átona Final no PE	Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX
Vogal /e/ >	-	-	[e]	[e]
	-	-	[i]	[i]
	-	-	-	[Ø]

Tabela 1. O valor fonético da vogal /e/ no PE segundo os estudiosos do passado.

Os dados expostos na **Tabela 1** demonstram que não é possível descrever o valor fonético da vogal /e/ do século XVI até o século XVII em razão da falta de descrições sobre a pronúncia da referida vogal nas obras consultadas. Com isso, apenas pode-se dizer que, no século XVIII a vogal átona final /e/ apresentava duas variantes: uma como vogal média-alta [e], e outra como vogal alta [i]. Ao passo que, no século XIX, a mesma vogal passou a exibir três variantes: vogal média-alta [e], vogal alta [i], e apagamento [Ø]. Considerando os depoimentos dos estudiosos antigos, pode-se dizer que o fenômeno de elevação teve seu “início” no século XVIII, e permaneceu atuando no século XIX.

Cabe destacar que o português europeu atual é uma língua cujas vogais átonas são reduzidas e frequentemente elididas, principalmente quando se encontram em posição postônica e final. Segundo Mateus e D’Andrade (2003, p. 18), no português europeu moderno, a vogal átona final [i] geralmente é apagada na fala coloquial (*dever* [divér] / [dvér]; *bate* [bátî] / [bát]). Diante disso, acredita-se que duas tendências permaneceram atuando no português europeu contemporâneo: a de elevar e a de apagar a vogal média /e/ em contexto átono final. Mas com a diferença de a realização como vogal alta ser produzida com centralização: /e/ > [i] > [i].

É importante salientar que, no português brasileiro contemporâneo, a vogal /e/ átona final é produzida como vogal alta sem centralização, diferentemente do que ocorre no português europeu. Para Carneira (2006), a inexistência desse [i] centralizado no português do Brasil permite levantar a hipótese de que essa centralização se efetuou em Portugal numa época posterior à fixação da língua portuguesa no Brasil. Por isso, a realização de /e/ > [i] no Brasil pode ser considerada com um conservadorismo herdado do português trazido pelos colonizadores.

Nesse sentido, os dados obtidos na presente análise confirmam que a elevação da vogal átona final /e/ não é um fenômeno somente do português brasileiro atual, pois os testemunhos dos estudiosos consultados neste exame permitem constatar a atuação desse processo no português europeu desde o século XVIII.

5.1.2 Descrições da Vogal Átona Final /o/ no Português Europeu

Das 90 obras consultadas, somente 14 forneceram informações sobre o valor fonético da vogal átona final /o/ no português europeu, como mostra o **Quadro 10** a seguir:

OBRAS QUE DESCREVEM A VOGAL ÁTONA FINAL /o/ NO PORTUGUÊS EUROPEU
<i>Grammatica Italiana, e Arte para Aprender a Lingua Italiana por Meyo da Lingua Portuguesa</i> (LIMA, 1734)
<i>Orthographia da Lingua Portuguesa</i> (LIMA, 1736)
<i>Verdadeiro Methodo para Ensinar: Tomo I</i> (VERNEY, 1746)
<i>Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa</i> (BARBOSA, 1822)
<i>Methodo Castilho</i> (CASTILHO, 1853)
<i>Nova Grammatica Portuguesa</i> (OLIVEIRA, 1862)
<i>A Lingua Portuguesa: phonologia, etymologia, morfologia e syntaxe</i> (COELHO, 1868)
<i>Cartilha Maternal ou Arte de Leitura</i> (DEUS, 1878)
<i>Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa</i> (AULETE, 1881)
<i>Novíssima Grammatica Portuguesa</i> (LAGE, 1882)
<i>Cartilha da Infância</i> (PIMENTEL, 1886)
<i>Diccionario Prosodico de Portugal e Brasil</i> (CARVALHO; DEUS, 1890)
<i>Exposição da Pronuncia Normal Portuguesa para Uso de Nacionais e Estrangeiros</i> (VIANA, 1892)
<i>Grammatica Nacional</i> (AZEVEDO, 1899)

Quadro 10. Obras que descrevem a vogal átona final /o/ no PE.

Diante dos dados expostos no **Quadro 10**, a presente análise iniciar-se-á com o relato do ortógrafo D. Luis Caetano de Lima. Em *Orthographia da Lingua Portuguesa*, o autor declara que a pronúncia de <o> era fechada no fim de todas as palavras não acentuadas, como em *fado, perto, fisco, porto, rumo, estado, espelho, vestido, despojo e repuxo* (LIMA, 1736, p. 58). Diante disso, conjectura-se que a vogal átona final /o/ era realizada como [o] no português europeu do século XVIII.

Porém, é relevante mencionar que, dois anos antes, em *Grammatica Italiana, e Arte para Aprender a Lingua Italiana por Meyo da Lingua Portugueza* (1734), o mesmo autor relata que a vogal /o/ se realizava como vogal alta em posição átona final. Conforme Lima (1734, p. 15): “Note-se que a Vogal O geralmente no fim das palavras tem som aberto, e não fechado, ou escuro, como lhe dão ordinariamente os Portuguezes, equivocando o com U”. Dessa maneira, percebe-se que os portugueses pronunciavam /o/ átono final das palavras italianas como vogal alta do mesmo modo como produziam essa mesma vogal no português: /o/ > [u]. Em outras palavras, os portugueses transferiam a realização de /o/ > [u] da língua materna (LM) para a língua estrangeira (LE), que neste caso era o italiano. Com base nos depoimentos de Lima (1734, 1736), pode-se dizer que o fenômeno de elevação da vogal média posterior átona final já atuava no português europeu do século XVIII.

Luiz Antonio Verney, em *Verdadeiro Methodo para Estudar: Tomo I* (1746a), relata que a vogal /o/ era realizada como [u] quando se encontrasse em contexto de final de palavra não acentuada. No entanto, é interessante destacar que esta realização era vista com desaprovação por parte do autor, que faz a seguinte advertência em seu livro:

Finalmente devo advertir a V.P. que estes seus nacionais, ainda falando, pronunciam mal muitas letras no-meio; mas principalmente nos-fins-das-disoens. V.g. *e* final, pronunciam como *i* : como em *De-me, Pos-me* etc. todo *o* final, acabam em *u* : v.g. em *Tempo, Como, Buxo* etc. cujos nomes quem quer pronunciar à Portugueza, deve acabar em *u* (VERNEY, 1746, p. 42-43).

Nesse sentido, verifica-se que o fenômeno da elevação da vogal átona final /o/ já ocorria no português europeu setecentista.

Em *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822), Jeronimo Soares Barbosa menciona que a vogal /o/ final, por ser átona e ter a articulação reduzida, poderia apresentar o som de [u]. Segundo o autor:

A Lingua Portugueza porêm toca mais dois pontos ou vozes na sua corda vogal; huma entre o E *Pequeno* e o I *Commum*; e outro entre o O *Pequeno* e o U *Commum*, as quaes, por serem surdas e pouco distinctas, se podem chamar *Ambiguas*, e por isso não tem signal Litteral proprio, e se notão na escriptura, a primeira ja com *e* ja com *i*, e a segunda ja com *o* ja com *u*. Taes são as que mal se percebem, quando estas mesmas vogaes se achão em qualquer palavra, ou antes de alguma voz grande immediata, ou depois da mesma nos Diphthongos, e **no fim das palavras**. Assim e parece ter o mesmo som que *i* nas palavras *Cear*, e *Ciar* (ter zelos) e nos diphthongos destas *Paes, Pai*; e pelo mesmo modo o tem o mesmo som confuso que

u nas finais de *Paulo, Justo, Amo*, e nas palavras *Soar*, e *Suar*, e nos Diphthongos, como em *Pao Paulo, Seo Seu*. (1822, p. 4) [**grifo nosso**]

Com base no testemunho de Barbosa, pode-se inferir que, no português europeu do século XIX, a vogal átona final /o/ era realizada como vogal alta [u] e como vogal média-alta [o]. Diante disso, verifica-se que o fenômeno de elevação da vogal média posterior átona final já ocorria no português europeu do século XIX.

Antonio Feliciano de Castilho (1853, p. 154), em sua cartilha *Methodo Castilho*, explica que a vogal /o/, quando estava em posição átona final, tinha a articulação muito reduzida, e, por isso, soava como [u]. Mais adiante, autor ainda segue dizendo que:

Algumas pessoas letradas me tem dito, qe o *o* no fim das palavras lhes não sôa como *u*; confesso qe por mais atenção qe ponha no ouvido não sei diferencar *gato* de *gatu*. Mas concedendo mesmo, qe ája alguma sombra de diferença, como essa é imponderavel deve ser desprezada. Os proprios matematicos, os omens da eisação por eiselencia, não desprezam nos seus calculos os infinitamente peqenos? (CASTILHO, 1853, p. 154-155).

Em vista do que exposto pelo autor (op. cit.), nota-se que o fenômeno da elevação da vogal átona final /o/ já atuava no português europeu oitocentista. Percebe-se ainda, conforme o relato do autor, que a pronúncia da vogal /o/ estava em variação, ou seja, apresentava duas variantes ([o] e [u]), no século XIX.

Na obra *Nova Grammatica Portugueza*, Bento José de Oliveira (1862, p. 81), cita que a vogal /o/, em contexto átono final, exibia o som quase de [u] como em *livro*, por exemplo. Diante disso, verifica-se que a elevação da referida vogal já se realizava no português europeu do século XIX.

Francisco Adolpho Coelho (1868, p. 128), em *A Lingua Portugueza: phonologia, etymologia, morfologia e syntaxe*, comenta que em sílabas não acentuadas a vogal <o> soava como [u], como em *honesto* (> [hunestu]), por exemplo. Com base nesta descrição, presume-se que a vogal átona final /o/ era realizada como vogal alta. Em outras palavras, pode-se dizer que o processo de elevação de /o/ átono final atuava no português europeu oitocentista.

Em *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura*, João de Deus (1878) relata que a pronúncia da vogal <o>, no final das palavras, era [u]. De acordo com Deus (1878, p. 29), “segue-se *k*

pela ordem estabelecida; e como só o podemos apresentar em *kilo*, aproveitamos a ocasião de exercitar o principiante no *o* final, ensinando-lhe que *o* no fim vale *u*". Com base neste relato, observa-se que o fenômeno de elevação da vogal átona final /o/ já ocorria no português europeu do século XIX.

Francisco Julio Caldas Aulete (1881, p. 7), em *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*, descreve que a vogal /o/ exibia o valor de [u] em contexto átono final, como em *abcesso* (> [ab'-ssé-ssu]) e *abelheiro* (> [a-be-lhêi-ru]), por exemplo. Diante disso, percebe-se que o fenômeno da elevação da vogal média-alta posterior atuava no português europeu oitocentista.

Em *Novíssima Grammatica Portuguesa*, José Gonçalves Lage (1882, p. 155) cita que <o> átono "final e *o* artigo tem um som médio entre *o* e *u*, como: o figo (u figu)", por exemplo. Assim, a partir deste depoimento de Lage, nota-se que a vogal átona final /o/ dava sinais de estar sofrendo um processo de elevação no português europeu do século XIX.

Francisco Silveira d'Ávila Pimentel (1886, p. 24), em sua *Cartilha da Infância*, explica que a vogal átona final /o/ tinha o valor quase de [u] como em *povo*, por exemplo. Mais adiante, o autor menciona que a vogal média-alta posterior poderia apresentar o valor de [u] quando formasse um sândi vocálico com outra forma adjacente, desde que o contexto seguinte fosse iniciado por vogal acentuada, como em "*justo era*" > [justuéra] (PIMENTEL, 1886, p. 13), por exemplo. Com base nesses relatos de Pimentel, pode-se observar que a vogal átona final /o/ sofria um processo de elevação no português europeu oitocentista.

Para os autores de *Diccionario Prosodico de Portugal e Brasil*, Antonio José de Carvalho e João de Deus (1890, p. 1), a vogal átona final /o/ tinha o valor de [u], como em *abafado* (> [âbâfádu]), por exemplo. Diante disso, acredita-se que o som [u] pertencia ao sistema vocálico átono final tanto do português europeu quanto do português brasileiro, porque esta obra havia sido elaborada para os habitantes de Portugal e do Brasil. Além disso, é possível dizer que o fenômeno de elevação da vogal átona final /o/ ocorria em ambas as línguas, durante o século XIX.

Na obra *Exposição da Pronuncia Normal Portuguesa para Uso de Nacionais e Estrangeiros*, o foneticista Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1892, p. 47) explica que o som

[o] “é escrito na orthographía commum *o*, *u*: é um *u* átono muito breve, e quási imperceptível se é final”. Mais adiante, na página 51 do referido livro, o autor comenta que a vogal *o* tinha o mesmo timbre de *u*. Desse modo, levando em consideração este depoimento de Viana, infere-se que a vogal átona final /o/ era realizava como vogal alta no português europeu do século XIX. Ademais, é possível presumir que a referida vogal dava sinais de estar em processo de elisão quando o autor declara que, em final de palavra, a pronúncia da vogal /o/ era quase imperceptível (VIANA, 1892, p. 47).

Domingos de Azevedo (1899, p. 178), em *Grammatica Nacional*, afirma que a vogal átona <o> soava como [u] no fim das palavras, como em *livro*, por exemplo. Com esta descrição, é permitido dizer que o processo de elevação da vogal átona final já atuava no português europeu oitocentista.

Levando em consideração os testemunhos dos estudiosos citados anteriormente, é possível apontar que a pronúncia da vogal /o/ átona final apresentava variação no período entre os séculos XVIII e XIX, como mostra a **Tabela 2**:

Valor da Vogal Média Átona Final no PE	Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX
Vogal /o/ >	-	-	[o]	[o]
	-	-	[u]	[u]

Tabela 2. O valor fonético da vogal /o/ no PE segundo os estudiosos do passado.

Os dados expostos na **Tabela 2** demonstram que não é possível descrever o valor fonético da vogal /o/ do século XVI até o século XVII em decorrência da falta de descrições sobre a pronúncia da referida vogal nas obras consultadas. Com isso, apenas pode-se dizer que, entre os séculos XVIII e XIX, a vogal átona final /o/ apresentava duas variantes: uma como vogal média-alta [o], e outra como vogal alta [u]. Desse modo, pode-se inferir que a referida vogal permaneceu em estado de variação ao longo destes dois séculos. Além disso, é importante salientar que apenas um autor, Viana (1892), mencionou que a referida vogal era quase imperceptível em posição átona final. A partir desse testemunho, acredita-se que a vogal /o/ estivesse em processo de apagamento no século XIX. No entanto, para afirmar esta hipótese, seria necessário um estudo mais aprofundado sobre o tema. Como não é este o objetivo da presente dissertação, está análise não entrará no mérito da questão.

É interessante ressaltar que, nos dias de hoje, o português europeu é uma língua cujas vogais átonas são reduzidas e frequentemente elididas, principalmente quando se encontram em posições postônica e final. Segundo Mateus e D'Andrade (2003, p. 18), na fala coloquial do português europeu moderno, [u] átono final pode ser apagado (bato [bátu] / [bát]), contudo este fenômeno não é tão frequente como o apagamento de [i]. Com base neste relato, percebe-se que a vogal átona final /o/ pode ser realizada como [u] e como [Ø] na atualidade. No que se refere aos testemunhos dos estudiosos do passado, acredita-se que o português europeu moderno permaneceu com a tendência em elevar a vogal /o/ em posição átona final.

Nesse sentido, os dados obtidos na presente análise confirmam que a elevação da vogal átona final /o/ não é um processo somente do português brasileiro atual, pois os testemunhos dos estudiosos consultados neste estudo permitem constatar a atuação desse fenômeno no português europeu desde o século XVIII.

5.1.3 Descrições da Vogal Átona Final /e/ no Português Brasileiro

Das 90 obras consultadas, somente 06 livros forneceram informações acerca do valor fonético da vogal átona final /e/ no português brasileiro oitocentista, conforme ilustra o **Quadro 11** a seguir:

OBRAS QUE DESCREVEM A VOGAL ÁTONA FINAL /e/ NO PORTUGUÊS BRASILEIRO
<i>Grammatica Analytica da Lingua Portugueza</i> (CONSTANCIO D. M., 1831)
<i>Grammatica Portugueza</i> (RIBEIRO, 1881), (RIBEIRO, 1899)
<i>Noções de Grammatica Portugueza</i> (SILVA JUNIOR; ANDRADE, 1887)
<i>Grammatica Portugueza</i> (LAPAGESSE, 1889)
<i>Grammatica Portugueza</i> (VILHENA ALVES, 1895)

Quadro 11. Obras que descrevem a vogal átona final /e/ no PB.

Diante dos dados expostos no **Quadro 11**, a presente análise iniciar-se-á com o testemunho do gramático Francisco Solano Constancio D. M. Em sua *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza*, o autor declara que /e/ átono final era “surdo e quase mudo” (CONSTANCIO D.M., 1831, p. 7). Neste caso é importante lembrar que os estudiosos

antigos utilizam os termos “*surdo*” e “*mudo*” quando queriam se referir a uma vogal átona, cuja articulação era reduzida (MARQUILHAS, 2015). Portanto, este depoimento de Constancio D.M. não permite verificar o valor fonético da vogal /e/ em posição átona final. No entanto, mais adiante, no capítulo *Dos vícios de pronúnciação mais notáveis*, o autor comenta que:

Em outras provincias, e até em Lisboa, troca-se o *e* em *i*, e o *i* em *e*; v.g. *minino*, *filiz*, *saudadis*, por *menino*, *feliz*, *saudades*; e *fezera*, *dezera*, por *fizera*, *dizera*, etc. Os Brasileiros, e especialmente os Bahianos, tem muitos vícios de pronúnciação intoleráveis [...] mudão o *e* mudo em *i*, v.g. *mi*, por *me*, *minino*, por *menino*, *di*, por *de* (CONSTANCIO D. M., 1831, p. 259).

Considerando esta descrição, percebe-se que os portugueses e os brasileiros produziam a vogal átona final /e/ como vogal alta [i] no século XIX. Isto demonstra que o processo de elevação da vogal átona final /e/ atuava tanto no português brasileiro quanto no português europeu oitocentista.

Em *Grammatica Portugueza* (1881, 1899), Julio Ribeiro comenta que a vogal átona final /e/ era pronunciada como [i] pelos brasileiros e como [e] pelos portugueses. De acordo com Ribeiro (1881, p. 26; 1899, p. 33), a maioria dos brasileiros pronunciam, por exemplo, “*cidade – mosarabe – montes e valles*” como “*“cidi – mosarabi – montis i vallis”*”, enquanto os portugueses pronunciam as mesmas formas como “*“cidádê – mosárabê – montés e vallés”*” dando á voz terminal um som abafado, muito distinto de *i*”. Com este testemunho, tem-se a evidência de que o fenômeno de elevação da vogal átona final /e/ já atuava no português brasileiro oitocentista.

Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), em *Noções de Grammatica Portugueza*, não apresentam nenhuma informação sobre a pronúncia da vogal átona final /e/ no português brasileiro. Mas, no capítulo *Anomalias grammaticas – Idiotismos – Dialectos – Provincialismos - Brasileirismos*, os autores declaram que era “muito commum a troca do *e* pelo *i*: – *mi deixi*, *minino*, que em Port[ugal] pron[unciam] sempre *menino*, etc.” (SILVA JUNIOR; ANDRADE, 1887, p. 511). Assim, com base nesta declaração dos autores, verifica-se que a vogal átona final /e/ era realizada como vogal alta no português brasileiro oitocentista. Portanto, pode-se dizer que o processo de elevação da vogal média átona final /e/ já ocorria no português do Brasil durante o século XIX.

Em *Grammatica Portugueza*, Léon Eugênio Lapagesse (1889, p. 137) explica que <e> deveria soar “quase como *i*” quando estivesse exercendo a função de conjunção, mas se a referida vogal estivesse em final de palavra, este <e> deveria ser “mudo”, como em “E este (*i* est)”, por exemplo. Cabe ressaltar novamente que o termo “*mudo*” era utilizada para se referir a vogal átona, que tinha a articulação reduzida. Com base neste depoimento de Lapagesse, infere-se que a vogal átona final /e/ era elidida no português brasileiro do século XIX. É interessante destacar que somente este autor, dentro todos os autores consultados, mencionou que a vogal /e/ era elidida em contexto átono final.

Francisco Ferreira de Vilhena Alves (1895, p. 10), na obra *Grammatica Portugueza*, menciona que a vogal átona final /e/ tinha o valor quase de [i], como em *bondade*. Considerando esta declaração, acredita-se que o processo de elevação da vogal átona final /e/ estava atuando no português brasileiro durante o século XIX.

Levando em consideração os testemunhos dos gramáticos citados anteriormente, é possível postular que, ao longo do século XIX, a vogal /e/ apresentava variação na pronúncia quando esta se encontrava em contexto átono final, conforme ilustra a **Tabela 3** a seguir:

Valor da Vogal Média Átona Final no PB	Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX
Vogal /e/ >	-	-	-	[i]
	-	-	-	[Ø]

Tabela 3. O valor fonético da vogal /e/ no PB segundo os estudiosos do passado.

Os dados expostos na **Tabela 3** demonstram que não é possível descrever o valor fonético da vogal /e/ do século XVI até o século XVIII em função da falta de descrições sobre o português brasileiro durante este período nas obras consultadas. Com isso, apenas pode-se dizer que, no século XIX, a vogal /e/ apresentava duas variantes: uma como vogal alta [i], e outra como [Ø]. Levando em consideração que apenas um autor, Lapagesse (1899), mencionou que a vogal /e/ era elidida em contexto átono final, conjectura-se que a elevação da vogal átona final /e/ era o fenômeno predominante no português brasileiro.

Nesse sentido, os dados obtidos na presente análise confirmam que o processo de elevação da vogal átona final /e/ já atuava no português brasileiro desde século XIX. Portanto, pode-se afirmar que este fenômeno não é recente na história do português brasileiro.

5.1.4 Descrições da Vogal Átona Final /o/ no Português Brasileiro

Dos 90 livros analisados, apenas 04 obras apresentaram informações sobre o valor fonético da vogal átona final /o/ no português brasileiro oitocentista, como mostra o **Quadro 12** a seguir:

OBRAS QUE DESCREVEM A VOGAL ÁTONA FINAL /o/ NO PORTUGUÊS BRASILEIRO
<i>Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza</i> (BARBOSA, 1822)
<i>Grammatica Analytica da Lingua Portugueza</i> (CONSTANCIO D. M., 1831)
<i>Grammatica Portugueza</i> (LAPAGESSE, 1889)
<i>Grammatica Portugueza</i> (VILHENA ALVES, 1895)

Quadro 12. Obras que descrevem a vogal átona final /o/ no PB.

Diante dos dados expostos no **Quadro 12**, a presente análise iniciar-se-á com o testemunho de Jeronimo Soares Barbosa. Em *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (1822, p. 52), o autor relata que “os Brasileiros pronunciação com Z o S liquido, quando se acha sem voz diante, ou no meio, ou no fim do vocabulo, dizendo: *Mizterio, Fazo, Livroz novoz*, em vez de *Misterio, Fasto, Livros novos*”. Com base nesta declaração de Barbosa, conjectura-se que a vogal átona final /o/ era realizada como [o] no português brasileiro do século XIX. Esta hipótese se assenta no fato de o autor ter descrito a pronúncia das palavras “*Misterio, Fasto, Livros novos*” como “*Mizterio, Fazo, Livroz novoz*” com <o> e não com <u> em contexto átono final. No que diz respeito a uma possível elevação da vogal átona final /o/, Barbosa não faz nenhum comentário sobre a atuação deste fenômeno no português brasileiro oitocentista.

Francisco Solano Constancio D. M. (1831, p. 8), em *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza*, declara que /o/ átono final era “surdo e quasi soando u, como nas finaes de *do, modo, cobrio, desceo*, etc”. É interessante ter mente que o termo “*surdo*” era utilizado pelos

estudiosos antigos quando estavam se referindo a uma vogal átona, cuja articulação era reduzida (MARQUILHAS, 2015), e não que a mesma era elidida. Desse modo, a partir do depoimento do autor, acredita-se que a vogal átona final /o/ estava sofrendo um processo de elevação no português brasileiro do século XIX.

Em *Grammatica Portugueza*, Léon Eugênio Lapagesse (1889, p. 137) descreve que “o artigo e o final das palavras tem o som de *u*, ex.: O livro (*u livru*)”. Diante disso, presume-se que a vogal átona final /o/ era realizada como vogal alta no português brasileiro do século XIX. A partir disso, verifica-se que o fenômeno da elevação da vogal /o/ já atuava no português do Brasil.

Francisco Ferreira de Vilhena Alves (1895, p. 10), em *Grammatica Portugueza*, menciona que a vogal átona /o/ tinha o valor quase de [u], como em *livro*. Com base neste relato do autor, verifica-se que a referida vogal estava sofrendo um processo de elevação em contexto átono final no português brasileiro do século XIX.

Levando em consideração os testemunhos dos gramáticos citados anteriormente, postula-se que a pronúncia da vogal átona final /o/ apresentava variação durante o século XIX, conforme mostra a **Tabela 4** a seguir:

Valor da Vogal Média Átona Final no PB	Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX
Vogal /o/ >	-	-	-	[o]
	-	-	-	[u]

Tabela 4. O valor fonético da vogal /o/ no PB segundo os estudiosos do passado.

Os dados expostos na **Tabela 4** demonstram que não é possível descrever o valor fonético da vogal /o/ do século XVI até o século XVIII em decorrência da falta de descrições sobre o português brasileiro nas obras consultadas. Com isso, apenas pode-se dizer que, no século XIX, a vogal /o/ apresentava duas variantes: uma como vogal alta [u], e outra como vogal média-alta [o]. Nesse sentido, considerando que apenas um autor, Barbosa (1822), mencionou que a referida vogal era realizada como [o], conjectura-se que a elevação da vogal átona final /o/ era o fenômeno predominante no português brasileiro oitocentista. Além disso,

é importante mencionar que nenhum dos autores consultados declara que a vogal átona final /o/ era elidida no português do Brasil ao longo do século XIX.

Dessa maneira, os dados obtidos na presente análise confirmam que a elevação da vogal átona final /o/ é um fenômeno que já atuava no português do Brasil desde o século XIX. Portanto, pode-se afirmar que este processo não é recente na história do português brasileiro.

5.2 ANÁLISE DOS DADOS DA EVIDÊNCIA INDIRETA

Tomando-se como base o *Princípio do Uniformitarismo* (WHITNEY, 1867; LABOV, 1994; LABOV, 2008[1972]; JOSEPH; JANDA, 2003; ROMAINE, 2009[1982]) e os preceitos da *Sociolinguística Histórica* (ROMAINE, 2009[1982]; LASS, 2000; MONTGOMERY, 2007; SCHNEIDER, 2002), a presente pesquisa utilizou o passado para explicar o presente com o objetivo de comprovar que certos fenômenos fonológicos existentes na atualidade já ocorreram em tempos mais recuados na história de uma língua.

Como em períodos anteriores ao século XX não havia tecnologia para a gravação de fala, esta dissertação baseou sua investigação sobre o fenômeno de elevação das vogais médias átonas finais em registros escritos, porque estes são as testemunhas de primeira ordem de um passado linguístico mais distante (LASS, 2000).

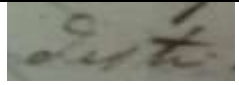
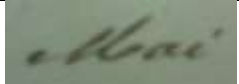
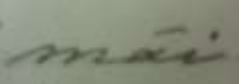
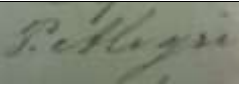

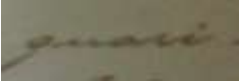

Além disso, é importante destacar que estudar as vogais médias átonas finais em períodos mais antigos tem demonstrado ser um desafio para os linguistas em decorrência da dificuldade em obter-se evidências sobre sua pronúncia. De acordo com Naro (1973) e Maia (1986), a prática ortográfica é a única fonte existente para obter alguma pista sobre o valor fonético dessas vogais em períodos mais recuados.

Nesse sentido, o presente exame buscou evidências sobre a elevação das vogais médias átonas finais a partir do levantamento grafemático das letras <e> e <o>, em posição de final de palavra, nas correspondências da *Coleção Varela*, que abordam o tema da *Revolução Farroupilha* (1835-1845) ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul, no século XIX.

5.2.1 Discussão sobre o Valor Fonético das Vogais /e/ e /o/ nos Registros Escritos

Para a execução do levantamento grafemático, foram examinadas 1351 correspondências da *Coleção Varela*. Durante a análise foram coletados poucos registros de palavras grafadas com <i> ao invés de <e> em contexto átono final. Com relação às palavras grafadas com <u> no lugar de <o> em posição átona final, a análise não constatou nenhuma ocorrência deste tipo de registro. Além disso, é relevante mencionar que foram encontrados registros de formas clíticas grafadas com <i> ao invés de <e>.

Os dados obtidos a partir do levantamento grafemático da vogal /e/ encontram-se expostos no **Quadro 13** a seguir:

Registro com <i>	Nº de Dados	Registro Atual	Código das Correspondências da <i>Coleção Varela</i>
	01	<i>deste</i> [prep. + pron.]	CV-7237
 	05	<i>mãe</i>	CV-788 (2); CV-3101; CV-3994; CV-5077
	01	<i>Porto Alegre</i>	CV-3994
	01	<i>posse</i>	CV-3098
	29	<i>quase</i>	CV-674; CV-675; CV-678; CV-679; CV-685; CV-704; CV-728; CV-758; CV-3101; CV-3441; CV-3451; CV-3468; CV-3994; CV-5064 (3); CV-5066; CV-5067 (3); CV-5068 (3); CV-5070; CV-5162; CV-7116; CV-7757; CV-8043; CV-8048
	09	<i>quase</i>	CV-4267; CV-5334; CV-5337; CV-6860; CV-7341; CV-7343; CV-8033; CV-8035 (2); CV-8265
Total de Dados: 46 palavras			

Quadro 13. Lista dos dados obtidos com registro de <i> no lugar de <e>.

A partir desses dados, é possível postular que:

a) a forma *desti* [*de* (prep.) + *este* (pron. demonstr.)] seja um registro com a vogal átona final /e/ sendo realizada como [i]. Esta hipótese baseia-se no fato de o pronome *este* ser oriundo do latim *iste* (NASCENTES, 1955, p. 196; PEREIRA, 1935, p. 402), que era grafado com <e> na sua forma primitiva. Com isso, presume-se que o <i> em *desti* seja um possível indício da elevação da vogal átona /e/ transferida da fala para a escrita.

b) a forma *mãe* vem do latim *mater*. Segundo Vasconcelos (1911, p. 88), esta palavra deixou de ser usada em sua forma primitiva entre os séculos XV e XVI. No entanto, manteve-se conservada de modo restrito no sentido de *útero* (*madre*), em algumas expressões estereotipadas como *Santa Madre Igreja*, *madre abbadessa*, *Madre de Deus*, e no composto *comadre* (< **com-matre*-) (VASCONCELOS, 1911, p. 88). É interessante destacar que o tema *matre* foi conservado na palavra *madrinha* (< **matrina*-).

De *madre* e *padre* passou-se para *mãe* e *pai*, provavelmente por influencia da linguagem infantil: **made*, **pade*. Entre *made* e *mãe* houve *mae*, conservado ainda em gallego e mirandês (*mai*); em *mãe* o *a* foi nasalado pelo *m* inicial, — cf. *müito* < *muito*, *mim* > *mi* (VASCONCELOS, 1911, p. 88-89).

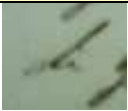
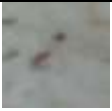
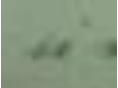
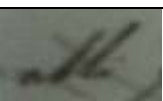
Com base nisso, infere-se que as variações *mãe* ~ *mai* encontradas no *corpus* desta análise sejam formas conservadas do galego e do mirandês.

c) o composto *P. Alegri* [*Porto* (subst.) + *Alegre* (adj.)] seja um registro que apresenta a vogal átona final /e/ sendo realizada como [i]. Esta hipótese assenta-se no fato de o adjetivo *alegre*, ser oriundo do latim *alacre* (NASCENTES, 1955, p. 196; PEREIRA, 1935, p. 402), que era grafado com <e> na sua forma primitiva. Desse modo, presume-se que o <i> em *P[orto] Alegri* seja um possível indício da elevação da vogal átona /e/ transferida da fala para a escrita.

d) a forma *possi* (*posse*) seja um registro que apresenta a vogal átona final /e/ sendo realizada como [i]. Esta hipótese toma como base a questão de o substantivo *posse* ser proveniente do latim *posse* (NASCENTES, 1955, p. 411), que era grafado com <e> na sua forma primitiva. A partir disso, infere-se que o <i> em *possi* seja um possível indício da elevação da vogal átona /e/ transferida da fala para a escrita.

e) as formas *quasi* e *quazi* não sejam registros que exibem a vogal átona final /e/ sendo realizada como [i], porque estas formas são oriundas do latim *quasi* (NASCENTES, 1955, p. 425; PEREIRA, 1935, p. 186). Em outras palavras, a grafia de <i> ao invés de <e> nas palavras *quasi* e *quazi* não se refere a um indício da elevação da vogal átona final /e/ transferida da fala para a escrita, mas de um *ī* latino. Além disso, é importante mencionar que é possível encontrar em textos e em livros antigos o vocábulo “quase” sendo grafado com <i>. No que diz respeito às grafias *quasi* com <s> e *quazi* com <z>, estas são apenas variações ortográficas provocadas pela falta de uniformização do sistema ortográfico no português brasileiro do século XIX.

Além dos dados citados anteriormente, foram encontradas, durante a análise, formas clíticas apresentando a grafia de <i> ao invés de <e> no *corpus* analisado, conforme ilustra o **Quadro 14** a seguir:

Registro com <i>	Registro Atual	Código da Correspondência da Coleção Varela
	<i>de</i>	CV-7275, CV-7588, CV-7622, CV-7628, CV-7829, CV-7854, CV-7888
	<i>e</i> [conj.]	CV-3098, CV-3099, CV-3101, CV-7183, CV-7247, CV-7275; CV-7888
	<i>se</i> [conj.]	CV-7628
	<i>me</i>	CV-7237, CV-10.072
Total de dados: 17 palavras		

Quadro 14. Formas clíticas grafadas com <i> no lugar de <e>.

Levando em consideração os dados citados no **Quadro 14**, postulam-se três hipóteses para as formas clíticas terem sido grafadas com <i> ao invés de <e>:

- *primeira hipótese*: essas formas teriam sido grafadas com <i> em virtude da realização de /e/ > [i] ter sido transferida da fala para a escrita;

- *segunda hipótese*: algumas dessas formas clíticas poderiam ser formas conservadas do português arcaico;
- *terceira hipótese*: a grafia com <i> se trataria da conservação do *ī* latino.

Segundo os testemunhos dos estudiosos do passado (BARBOSA, 1822; CONSTÂNCIO D. M., 1831; CASTILHO, 1853; PORTUGAL, 1856; OLIVEIRA, 1862; MACEDO, 1865; SILVA; ANDRADE, 1887; RIBEIRO, 1881; RIBEIRO, 1899; LAGE, 1882; LAPAGESSE, 1889), os brasileiros tinham o costume de pronunciar a vogal /e/ das formas clíticas como [i]. Por exemplo, Macedo (1865, p. 184) relata, no capítulo *Vícios da Pronúncia*, que os brasileiros pronunciam *âqui, pregár, feliz, me, te, se, lhe* como *áquí, prégár, filíz, mi, ti, sí, lhí*, e *cásaz, diztino, pizcoço, piquenaz* ao invés de *cásas, destino, pescoço* e *pequênas*. Pestana (1849, p. 175) também comenta que os brasileiros ordinariamente trocam o *e* mudo por *i*, e, assim, dizem *mi* por *me*, *minino* por *menino*, etc. Com base nestes depoimentos, é possível inferir que a vogal /e/ das formas clíticas sofria um processo de elevação no português oitocentista.

No que se refere ao conservadorismo do português arcaico, é interessante salientar que é possível encontrar vários registros de formas clíticas grafadas com <e> e com <i> nas cantigas galego-portuguesas do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*³¹. Por exemplo, na cantiga B524, de D. Dinis, encontram-se os pronomes *me* e *lhe* grafados com <i>:

³¹ O *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* [1525?], outrora chamado de *Cancioneiro de Colocci-Brancuti*, trata-se de uma obra quinhentista composta por cantigas galego-portuguesas provenientes de diversos trovadores. Disponível em: <<http://www.cantigas.fch.unl.pt/cancioneirobn.asp>>. Acessado em: 06/02/2014.

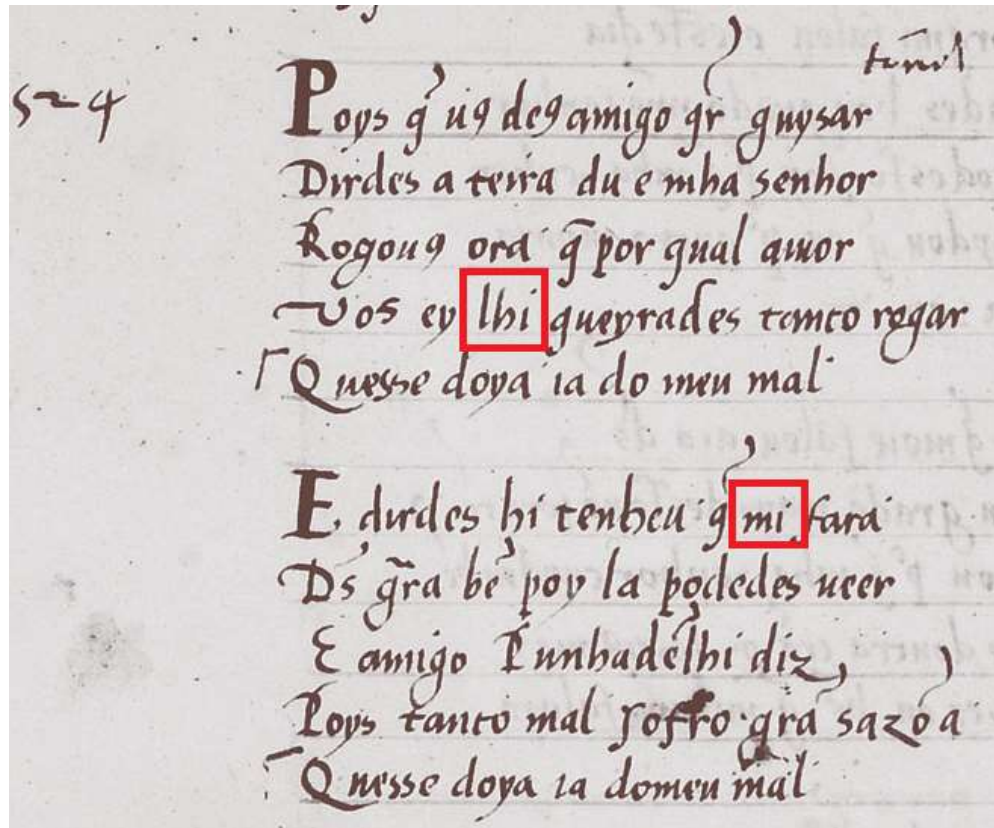


Figura 9. Trecho entre a 1ª e a 2ª estrofe da cantiga B524.

Já na canção B415, de Afonso Sanches, observa-se os mesmos pronomes sendo grafado com <e>:

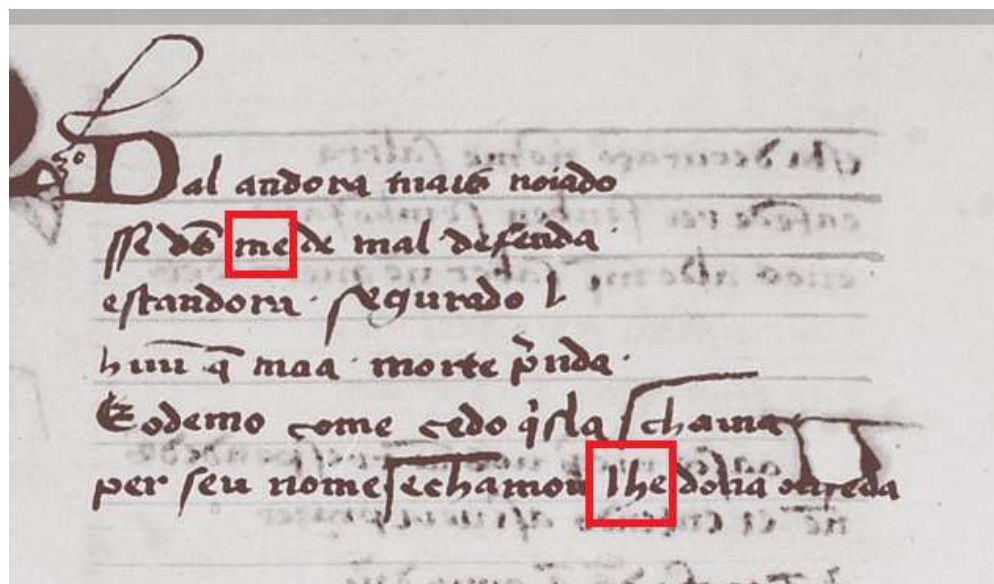


Figura 10. Trecho da 2ª estrofe da cantiga B415.

Na cantiga B1495, de João Garcia de Guilhade, nota-se o pronome *te* grafado como *ti*:

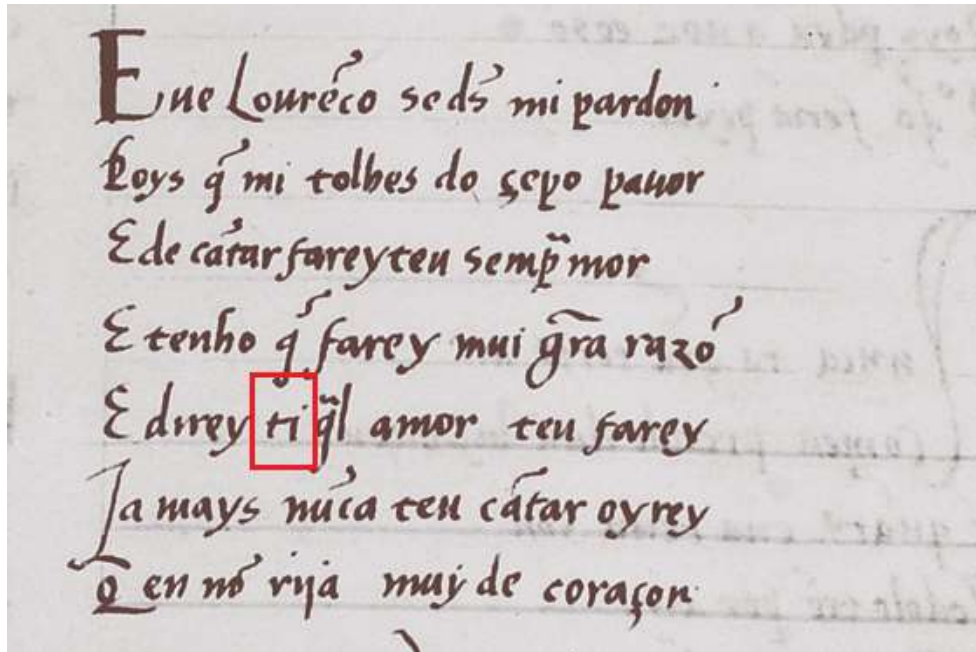


Figura 11. Trecho da 3ª estrofe da cantiga B1495.

Ao passo que na cantiga B1294 de Fernando Esquio, o mesmo pronome é grafado com <e>:

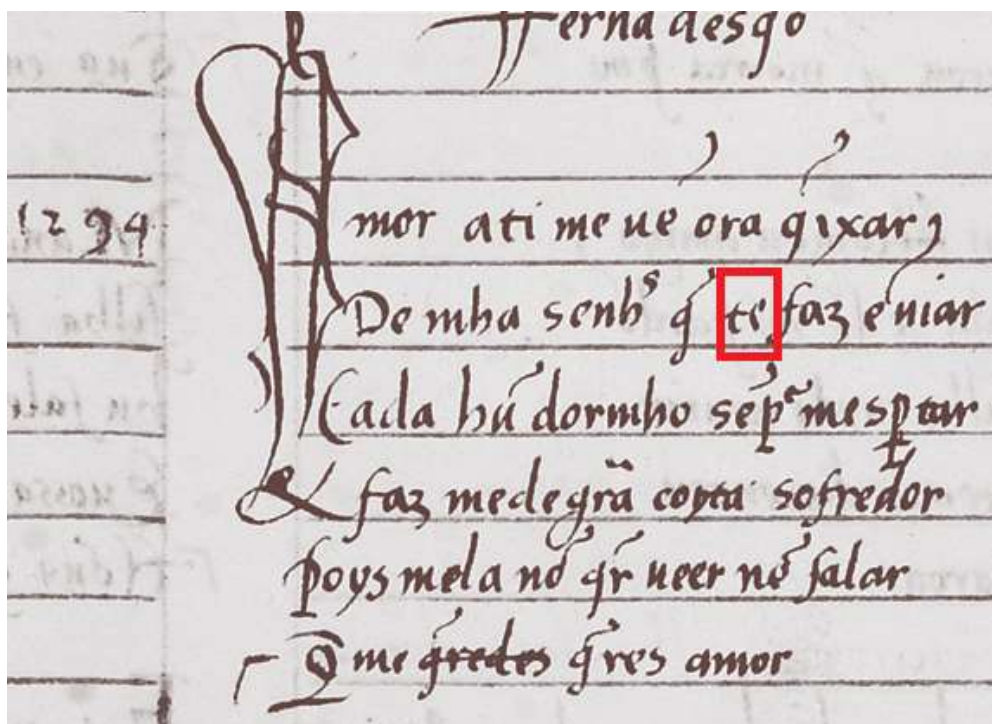


Figura 12. Trecho da 1ª estrofe da cantiga B1294.

Outro exemplo em que é permitido observar formas clíticas grafadas com <i> ao invés de <e> é o *Testamento de D. Affonso II*³², pertencente ao século XIII. Neste trecho entre as linhas 1-14 do referido testamento, retirado do livro *Lições de Filologia* (VASCONCELLOS, 1911, p. 70), percebe-se, por exemplo, que o pronome *me* era grafado como *mi* e a conjunção *se* como *ssi*:

En o nome de Deus. Eu rei don Afonso pela gracia de Deus
 rei de Portugal. seendo sano e saluo. temête o dia de mia
 morte. a saude de mia alma. e a proe de mia molier raina dona
 Orraca. e de meus filios. e de meus uassalos. e de todo meu
 5 reino fiz mia mada per que de pos mia morte. mia molier e
 meus filios e meu reino. e meus uassalos. e todas aquelas cousas
 que Deus **mi** deu en poder: sten en paz e en folgacia. Primeira-
 mente mado que meu filio infante don Sancho que ei da raina
 dona Orraca agia meu reino entegramente e en paz. E **ssi** este
 10 for morto sen semmel: o maior filio que ouuer da raina dona
 Orraca: agia o reino entegramente e en paz. E **ssi** filio barõ nõ
 ouuermos: a maior filia que ouuermos: agia o ¹. E **ssi** no tẽpo
 de mia morte meu filio ou mia filia que deuer ² a reinar nõ
 ouuer reuora: segia ³ en poder da raina sa madre. e meu reino

Figura 13. Trecho (linhas 01-14) do *Testamento de D. Affonso II*
 (VASCONCELLOS, 1911, p. 70).

De acordo com Nascentes (1955), a conjunção *se* é oriunda do latim *sĭ*. Portanto, a conservação de <i> não passa de um mero latinismo ou hespanholismo no português arcaico (VASCONCELLOS, 1991). Diante disso, pode-se inferir que o <i> da forma *si*, encontrada no *corpus* de evidência indireta, pode se tratar de uma pronúncia latina. A partir da análise do *Testamento de D. Affonso II*, Vasconcellos (1911, p. 80) chega à conclusão de que:

[...] o *ī* mantem-se geralmente em português [...] mas aqui mudou-se em *e*, por *si* ser proclítico, isto é, empregada sempre antes de outra palavra, o que tornou atono o *i*, e preparou o terreno para elle ensurdecer em *e*. Ha linguas romanicas que procedem como o português, outras conservam o *i*: o italiano, por exemplo, tem *se*; o hespanhol, como disse, tem *si*. — Quanto á duplicidade do *s* no principio, é ella frequente na nossa antiga orthographia.

³² Vasconcellos (1911, p. 80), em uma nota de rodapé, relata que o manuscrito original do *Testamento de Affonso II* encontra-se na *Torre do Tombo* (caixa 24 da Livraria, maço 3 da Mitra de Braga).

Quanto às formas *de* e *e*, verifica-se que a preposição e a conjunção eram grafadas com <e> no *Testamento de D. Affonso II*. Ademais, é relevante salientar que, nas cantigas galego-portuguesas do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, também é possível encontrar as formas *de* e *e* sendo grafadas com <e>, conforme demonstra o trecho abaixo da cantiga B1500 de João Garcia de Guilhade:

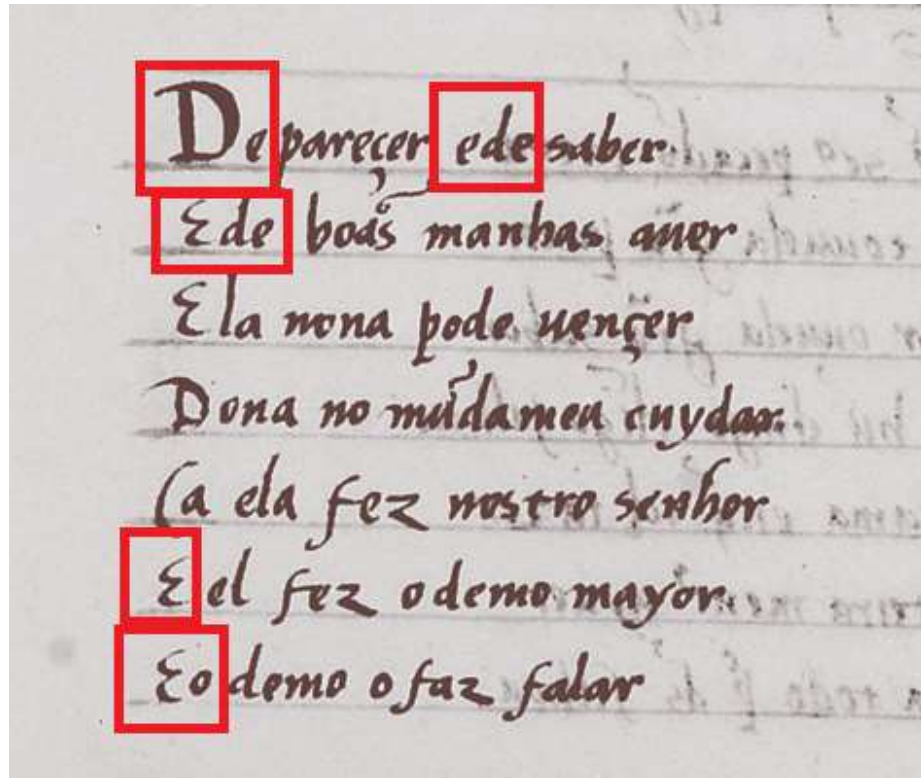


Figura 14. Trecho da 3ª estrofe da cantiga B1500.

Estes exemplos demonstram que, nas cantigas do *Cancioneiro* e no texto do *Testamento*, as formas clíticas *de* e *e* não eram grafadas com <i>.

Desse modo, com base no que foi exposto anteriormente, postula-se que:

a) a forma *di* (*de*) seja um registro que apresenta a vogal átona final /e/ sendo realizada como [i]. Esta hipótese toma como base o fato de a preposição *di* ser proveniente do latim *de* (NASCENTES, 1955, p. 166; SILVEIRA, 1940, p. 173), que era grafado com <e> na sua forma primitiva. A partir disso, infere-se que o <i> em *di* seja um possível indício da elevação da vogal átona /e/ transferida da fala para a escrita.

b) a forma *i* (*e*: conj.) seja um registro que exhibe a conjunção *e* sendo realizada como vogal alta. Esta hipótese se assenta na questão de a conjunção *e* ser oriunda do latim *et* (NASCENTES, 1955, p. 149; SILVEIRA, 1940, p. 174), que não era grafado com <i> em sua forma primitiva. Em virtude disso, considera-se que a grafia de *e* como *i* trata-se de um indício de que esta forma era produzida como vogal alta;

c) a forma *si* (*se*: conj.) não seja um registro que apresenta a vogal /e/ sendo realizada como [i]. Esta hipótese reside na premissa de *si* ser oriunda do latim *sī* (NASCENTES, 1955, p. 461; SILVEIRA, 1940, p. 174). Apesar de *sī* ter dado origem às formas *ssi* e *se* no português arcaico (VASCONCELLOS, 1911), pode-se inferir que a grafia de <i> trata-se de um latinismo e não de uma possível elevação da vogal média;

d) a forma *mi* (*me*) seja um registro que exhibe a vogal /e/ sendo realizada como vogal alta. Isto se baseia na hipótese de o pronome *mi* ser oriundo do latim *me* (acusativo) (NASCENTES, 1955, p. 322; SILVEIRA, 1940, p. 147), que era grafado com <e> em sua forma primitiva. No entanto, é relevante salientar que é possível encontrar, em cantigas galego-portuguesas a forma *me* sendo grafada com <i>. Com base nisso, acredita-se a que a grafia com <i> seja um indício da elevação da vogal /e/ conservada do português arcaico.

De acordo com Fellipe Franco de Sá (1915, p. 289):

[...] outras particularidades, que se têm mencionado como peculiares da pronuncia popular no Brasil, tambem na de Portugal se encontrão. O *e* final, ainda que geralmente o suprimem os portuguezes, tambem, no sul³³, muito o pronuncião como *i* (8); e o *o* final como *u* é a pronuncia de todos, tanto no Brasil como em Portugal [...].

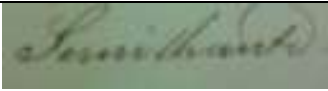
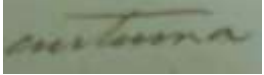
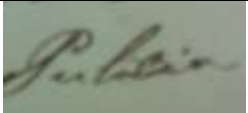
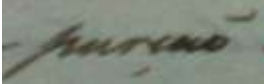
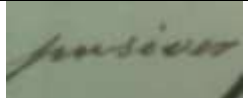
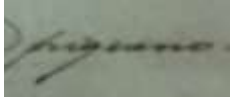
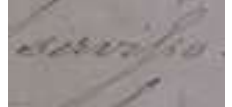
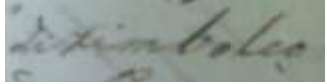
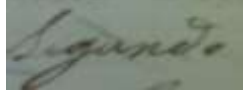
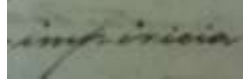
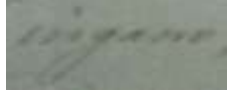
Levando com consideração este depoimento do autor (op. cit.), nota-se que, de um modo geral, os portugueses e os brasileiros costumavam produzir as vogais médias átonas finais como vogais altas entre os séculos XIX e XX, apesar da atuação do fenômeno de elisão das referidas vogais no português europeu³⁴.

Outro fato digno de ser mencionado, no que diz respeito ao *corpus* de correspondências da *Coleção Varela*, é o alto índice de ocorrência de formas grafadas com <i> e <u> em lugar

³³ O termo *sul* está se referindo à região Sul do Brasil.

³⁴ É importante destacar que a obra de Fellipe Franco de Sá foi publicada 9 anos após a sua morte por Candido de Figueiredo. Em outras palavras, a referida foi escrita em fins do século XIX.

de <e> e <o>, respectivamente, em posição pretônica. De acordo com Monaretto (2013, p. 89): “A presença de registros escritos com i, u pode ser um indício de que há consciência fonológica do fenômeno do alçamento” no português brasileiro do século XIX. No **Quadro 15** são apresentados alguns exemplos de registros que apresentariam uma suposta elevação das vogais médias em contexto átono pretônico:

Indícios de Elevação das Vogais Médias Pretônicas		
Registro com <i> / <u>	Registro Atual	Código da Correspondência da Coleção Varela
	semelhante	CV-7711
	costuma	CV-7175
	polícia	CV-8217
	porção	CV-7100
	possível	CV-8125
	pequeno	CV-7116
	serviço	CV-10279
	desembolso	CV-7237
	segundo	CV-7237
	imperícia	CV-7116
	engano	CV-6000

Quadro 15. Registros que apresentam possíveis indícios de elevação das vogais médias pretônicas.

Há diversos estudos (HART, 1955; MARQUILHAS, 2003; PAIVA, 2009; CARDEIRA, 2009; FONTE, 2010; TELLES, 2014; KELLER; SOUSA COSTA, 2014), realizados com amostras de língua escrita, que revelam que o fenômeno da elevação das vogais médias pretônicas é um processo antigo na história da língua portuguesa. Todavia, este assunto não será abordado com maiores detalhes nesta pesquisa em virtude de este não ser o foco de investigação da mesma.

Considerando os resultados da análise dos registros escritos (correspondências), postula-se que não é possível definir se o processo de elevação das vogais médias átonas finais já atuava no português brasileiro oitocentista em decorrência da baixa quantidade de dados obtidos.

Quanto à análise das obras metalinguísticas e didáticas, apesar de terem sido poucas as obras que serviram aos propósitos do presente estudo, os resultados permitiram constatar que os falantes brasileiros produziam as vogais /e/ e /o/ átonas finais como [i] e [u], respectivamente, durante século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo investigar e analisar indícios do fenômeno de elevação das vogais médias átonas finais no português brasileiro do século XIX por meio de dois tipos de dados empíricos: a *evidência direta* (obras metalinguísticas e didáticas) e a *evidência indireta* (correspondências da *Coleção Varela*).

Com relação às perguntas que nortearam esta pesquisa, pode-se dizer que:

- a) nas obras metalinguísticas e didáticas consultadas foram encontradas descrições sobre a realização das vogais átonas finais /e/ e /o/ como [i] e [u], respectivamente, tanto no português europeu quanto no português brasileiro. De acordo com os testemunhos dos estudiosos do passado, o fenômeno de elevação das vogais médias átonas finais começou a atuar no português europeu a partir do século XVIII, e no português brasileiro desde o século XIX. Portanto, é possível postular que o processo de elevação das vogais /e/ e /o/ átonas finais não é um fenômeno recente na história do português brasileiro. Além disso, é relevante ressaltar que devido à falta de informações sobre o português do Brasil entre os séculos XVI e XVIII nessas obras não foi permitido verificar se a elevação das vogais médias átonas finais atuava antes do século XIX.
- b) o registro escrito forneceu poucos indícios sobre a ocorrência do fenômeno da elevação das vogais médias átonas finais no Estado do Rio Grande do Sul durante o século XIX. Durante a análise foram coletadas poucas palavras grafadas com <i> ao invés de <e> e nenhuma palavra grafada com <u> em lugar de <o>, em posição átona final. Assim, acredita-se que a explicação para a baixa quantidade de dados obtidos esteja no fato de que os falantes/escritores oitocentistas estavam mais preocupados em grafar as vogais médias átonas em posição final conforme as convenções ortográficas da época do que em outras posições. Esta hipótese assenta-se na questão de haver, no *corpus* de correspondências, um número expressivo de palavras grafadas com <i> e <u> no lugar de <e> e <o>, respectivamente, em posição pretônica.

d) a baixa quantidade de dados obtidos durante a análise grafemática das correspondências não possibilitou a atribuição de nenhum fator linguístico ou extralinguístico para esta representação de <i> ao invés de <e>.

No que se refere às hipóteses da presente dissertação, postula-se que esta pesquisa:

- I) permitiu observar indícios de processos fonético-fonológicos por meio do registro escrito, apesar da baixa quantidade de dados obtidos na análise;
- II) confirmou que é possível usar o passado para explicar o presente. Dessa forma, pode-se afirmar que o comportamento linguístico dos seres humanos no passado pode ser amplamente comparável aos dos seus contemporâneos (FITZMAURICE; SMITH, 2012).
- III) evidenciou que os testemunhos de gramáticos, ortógrafos e ortoepistas do passado são de grande valia na busca de evidências diretas sobre o estado linguístico de uma língua.

Diante do que foi exposto, conclui-se que, apesar de os registros escritos não terem possibilitado a verificação da atuação do processo de elevação das vogais médias átonas finais, os depoimentos dos estudiosos do passado permitiram averiguar que o referido fenômeno já atuava no português brasileiro durante o século XIX.

Com esta pesquisa, espera-se ter contribuído para os estudos linguístico-históricos brasileiros, principalmente no que se refere à descrição do sistema vocálico átono final na história da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALI, Manuel Said. *Grammatica historica da lingua portugueza*. 2. ed. São Paulo: Companhia de Melhoramentos de São Paulo, 1921.

AZEREDO, José Carlos (Org.). *Escrevendo pela nova ortografia: como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2009.

AZEVEDO, Milton Mariano. *Portuguese: a linguistic introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BAXTER, Alan.; LUCCHESI, Dante. Um passo más hacia la definición del passado criollo del dialecto afro-brasileño de Helvécia (Bahia). In: ZIMMERMANN, k. (Org.). *Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa*. Frankfurt Am Main: Vervuert, 1999. p. 119-141.

BEAL, Joan C. Evidence from sources after 1500. In: NEVALAINEN, Terttu; TRAUGOTT, Elizabeth (eds.). *The oxford handbook of the history of english*. New York: Oxford Univserity Press, 2012. p. 63-94.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de paleografia e de diplomática*. 4. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2012.

BISOL, Leda. A simetria no sistema vocálico do português brasileiro. *Linguística*, v. 5, p. 41-52, 2010. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8964.pdf>>. Acessado em: 20 dez. 2014.

_____. *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: EdIPucrs, 2010.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Ele como um acusativo no português do Brasil. In: *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. 47-54.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 45. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013[1970].

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

_____. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008[1953].

_____. *Problemas de linguística descritiva*. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010[1971].

CAMÕES, Luis de. *Os lvsiadas*. Lisboa: casa de Antonio Gõçalvez, 1572.

CARDEIRA, Esperança. A pronúncia do português. In: *Actas do Simpósio A pronúncia do português europeu cantado*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2009. Disponível em: <http://www.caravelas.com.pt/actas_cardeira.pdf>. Acessado em: 23 out. 2014.

_____. *Dúvida sobre o termo vogais "mudas" no século XIX*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elianedr19@gmail.com> em 16 jan. 2015.

_____. *O essencial sobre a história do português*. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

CARNIATO, Míriam Cristina. *A neutralização das vogais postônicas finais na comunidade de Santa Vitória do Palmar*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas, 2000, Pelotas.

CARVALHO, Maria José. On the origin of the final unstressed [i] in Brazilian and other varieties of Portuguese: new evidence in an enduring debate. In: FORTESCUE, Michael D. *et al. Historical linguistics 2003*. Amsterdam/Philadelphia: Johns Benjamins Publishing, 2005.

CARVALHO, José G. Herculano de. Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas e e o em sílaba átona. In: CARVALHO, José G. Herculano de. *Estudos linguísticos*. v. 2. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1984.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

_____. *Introdução à história do português*. 2. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2011[2004].

COELHO, Francisco Adolpho. *Os dialectos romanicos ou neo-latinos na Africa, Asia e America*. Lisboa: Casa da Sociedade de Geografia, 1881.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011[1938].

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Gramática do português contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005[1950].

FITZMAURICE, Susan; SMITH, Jeremy. Evidence for the history of English: introduction. In: NEVALAINEN, Terttu; TRAUGOTT, Elizabeth (eds.). *The oxford handbook of the history of english*. New York: Oxford University Press, 2012. p. 19-36.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil*. Porto Alegre: EdiPucrs, 2001.

FONTE, Juliana Simões. *O sistema vocálico do português arcaico visto a partir das Cantigas de Santa Maria*. 2010, 236 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2010.

GUY, Gregory Riordon. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of phonology, syntax and language history*. 1981. 404 pages. Thesis (PhD). Philadelphia: University of Pennsylvania, 1981.

_____. On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. In: *Estudios sobre el Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1989. p. 227-245.

HALE, Mark. *Historical linguistics: theory and method*. Malden: Blackwell Publishing, 2007.

HALLIDAY, M. A. K. *Linguistic studies of text and discourse*. v. 2. London/New York: A & C Black, 2006.

HART, Thomas. Notes on sixteenth-century Portuguese pronunciation. *Word*, 11, p. 404-415, 1955.

HOLM, John. Creole influence on popular Brazilian Portuguese. In: GILBERT, G. (ed.). *Pidgin and Creole Languages*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1987. p. 406-429.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

JOSEPH, Brian D; JANDA, Richard D. (eds.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

_____. *Historical linguistics and sociolinguistics: strange bedfellows or natural friends?* 2011. Disponível em: <http://www.ling.ohio-state.edu/~ddurian/AWAC/Joseph_2011.pdf>. Acessado em: 17 jun. 2014.

KELLER, Tatiana; SOUSA COSTA, Evelyne Patrícia Figueiredo de. A instabilidade das vogais médias pretônicas em cartas pessoais do Rio Grande do Sul do século XIX.

Sociodialeto. v. 4, n. 12, p. 61-72, 2014. Disponível em: <<http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/17/31052014020949.pdf>>. Acessado em: 22/10/2014.

KRETZSCHMAR JR., William A.; STENROOS, Merja. Evidence from surveys and atlases in the history of English language. In: NEVALAINEN, Terttu; TRUGOTT, Elizabeth (eds.). *The oxford handbook of the history of english*. New York: Oxford University Press, 2012. p.111-122.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

_____. *Principles of linguistic change: internal factors*. v. 1. Cambridge: Blackwell, 1994.

LASS, Roger. *Historical linguistics and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da lingua portuguesa*. Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeeck, 1606.

LIMA, Alexandre Xavier. *Descrição da ortografia portuguesa: a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas*. 2014. 519 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, Joanes Alves de. *Análise do sistema ortográfico do português brasileiro em cartas do séc. XIX*. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *DELTA*, v.17, n.1, p. 97-130. 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/delta/v17n1/a05v17n1.pdf>. Acessado em: 11 set. 2014.

LYELL, Charles. *Principles of geology*. v. 1. London: John Murray, 1830.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português: estado linguístico da galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

MALLMANN, Dalcio Otelon. *A elevação das vogais médias átonas finais no português falado em Santo Ângelo (RS)*. 2001. 99 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MARQUILHAS, Rita. *Dúvida sobre o termo vogais "mudas" no século XIX*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elianedr19@gmail.com> em 24 jan. 2015.

_____. Mudança analógica e elevação das vogais pretônicas. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês(orgs.). *Razões e emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p. 7-18.

MATEUS, Maria Helena; D'ANDRADE, Ernesto. *The phonology of portuguese*. New York: Oxford University Press, 2003

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MCENERY, Tony; WILSON, Andrew. *Corpus linguistics: an introduction*. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001[1996].

MENDES, Ubirajara Dolácio. *Noções de paleografia*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1953.

MENDONÇA, Renato de. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

MILESKI, Ivanete. *A elevação das vogais médias átonas finais no português falado por descendentes de imigrantes poloneses em Vista Alegre do Prata-RS*. Porto Alegre: PUCRS, 2013. 152 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

MILROY, Lesley; GORDON, Matthew. Grammatical variables and historical linguistics. In: *Sociolinguistics: method and interpretation*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p. 176-179.

MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. Valor fonético das vogais médias postônicas em jornais oitocentistas gaúchos. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 77-98, 2013. Disponível em: <<http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>>. Acessado em: 22 jul. 2014.

MONTGOMERY, Michael. The Linguistic Value of Ulster Emigrant Letters. *Ulster Folklife*, n. 41, p. 1-16, 1995.

_____. Variation and historical linguistics. In: BAYLEY, Robert; LUCAS, Ceil. *Sociolinguistic variation: theories, methods, and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 110-132.

NARO, Anthony Julius. A História do e e do o em Português: um estudo de deriva lingüística. In: NARO, Anthony Julius. *Estudos diacrônicos*. (CAMPOS, Lais; SANTOS, Katia Elizabeth (trads.)). Petrópolis: Vozes, 1973.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Orgs.). *Garimpo das origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*: tomo I. 1. ed. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Commercio, 1955.

NEVALAINEN, Terttu; RAUMOLIN-BRUNBERG, Helena. Historical sociolinguistics: origins, motivations, and paradigms. In: HERNÁNDEZ, Juan M.; CONDE-SILVESTRE, J. Camilo. *The handbook of historical sociolinguistics*. Malden/West Sussex: Wiley-Blackwell, 2012.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*: fonética e morfologia. 8ª ed. Lisboa: Clássica, 1975.

PAIVA, Maria Helena. Variação e mudança no vocalismo átono quinhentista: práticas escriturais e juízos normativos. *Linguística*. v. 4, p. 85-110, 2009. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7678.pdf>>. Acessado em: 10/01/2015.

PENKE, Martina; ROSENBACH, Anette. What counts as evidence in linguistics? introduction. In: PENKE, Martina; ROSENBACH, Anette (eds.) *What count as evidence in linguistics: the case of innateness*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2007, p. 01-54.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica historica*. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

RAIMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

RIBEIRO, João. *A lingua nacional*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

ROMAINE, Suzanne. *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009 [1982].

ROVEDA, Suzana Damiani. *Elevação da vogal média átona final em comunidades bilíngues: português e italiano*. 1998. 87 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

SÁ, Fellipe Franco de. *A lingua portugueza*. Maranhão: Imp. Official, 1915.

SAPIR, Edward. *Language: an introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1921.

SCHALLEY, Andrea C. *Practical theories and empirical practice: a linguistic perspective*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2012.

SCHENDL, Herbert. *Historical linguistics*. Oxford: Oxford University Press. 2009.

SCHMITT, C. J. *Redução vocálica postônica e estrutura prosódica*. 1987. 139 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.

SCHNEIDER, Edgar W. Investigating variation and change in written documents. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING-ESTES, Natalie (eds.). *The handbook of language variation and change*. Malden: Blackwell Publishing, 2002. p. 67-93.

SILVA, José Pereira da. Português do século XVI e século XVII. *Organon*, Porto Alegre, nº 44/45, p. 61-73, 2008.

SILVA MANFREDI, Alessandra Kerli da *et al.* Comparação dos erros ortográficos de alunos com desempenho inferior em escrita e alunos com desempenho média nesta habilidade. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*. São Paulo, v. 13, n. 3, p. 240-245, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-80342008000300007&script=sci_arttext>. Acessado em: 14/02/2015.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1992[1957].

SILVA, Susiele Machry da. *Elevação das vogais médias átonas finais e não finais no português falado em Rincão Vermelho – RS*. 2009. 172 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SILVA, Thaís Cristóvão. *Dicionário de fonética e fonologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVEIRA, Sousa da. *Lições de português*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

SOROMENHO, A. *Origem da lingua portugueza*. Lisboa: Typ. de Francisco José da Silva. 1867.

SOUZA, Jozana de. *A dislexia em sala de aula: a função do professor*. 2011. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

STEPHENSON, Edward A. On the interpretation of occasional spellings. *American Dialect Society*, Alabama, n. 48, p. 33–50, 1967.

TELLES, Célia. Reflexos de fala na escrita no Livro Velho do Tombo. In: MAGALHÃES, José S. de (org.). *Linguística in Focus: fonologia*. v. 10. Uberlândia: EDUFU, 2014, p. 91-116.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

TRUBETZKOY, Nikolaï Sergueevitch. *Principles of phonology*. Translation of Christiane A. M. Baltaxe. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1971 [1958].

VASCONCELLOS, J. Leite de. *Evolução da linguagem*. Porto: Typographia Occidental, 1886.

_____. História da língua portuguesa: origem e vida externa. *Revista Lusitana*, v. XXV, n. 1-4, p. 5-28, 1923-1925.

_____. *Lições de philologia portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de E. M. A. TEIXEIRA & C.^{ta}, 1911.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. *Ortografia nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1904.

VIEIRA, Maria José Blaskovski. *Neutralização das vogais médias postônicas*. 1994. 110 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

_____. *As vogais médias postônicas: uma análise variacionista*. In: BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia. *Fonologia e Variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 127-160.

WHITNEY, William Dwight. *Language and the study of language: twelve lectures on the principles of linguistic science*. New York: Charles Scribner & Company, 1867.

WILLIAMS, Edwin Bucher. *Do latim ao português: fonologia e morfologia histórica da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2001[1891].

Zorzi, Jaime Luiz. Alterações ortográficas nos transtornos de aprendizagem. In: Maluf, M.I. (org.). *Aprendizagem: tramas do conhecimento, do saber e da subjetividade*. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: ABPp, 2006, 144-162. Disponível em: < <http://www.sinpro-rio.org.br/download/drjaime3.pdf>>. Acessado em: 14/02/2015.

FONTES CONSULTADAS:**Obras Metalinguísticas e Didáticas**

ALMEIDA, Bibiano Francisco de. *Compendio de grammatica portugueza*. 5. ed. Porto Alegre: Livraria de Rodolpho José Machado, 1891.

ANDRADE JUNIOR, Francisco de. *Principios de grammatica portugueza*. Funchal: Typographia Nacional, 1844.

ARGOTE, Jeronimo Contador de. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. 2. ed. Lisboa: Officina da Musica, 1725.

AULETE, Francisco Julio Caldas. *Grammatica nacional*. 1. ed. - Lisboa: Typ. da Soc. Typ. Fronco-Portugueza 1864.

_____. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

AZEVEDO, Domingos de. *Grammatica nacional ou methodo moderno para se aprender a falar e escrever sem erros*. 5. ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1899.

BARATA, Francisco Antonio. *Advertencias curiosas sobre a lingua portugueza*. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1870.

_____. *Estudos da lingua portugueza*. 2. ed. Lisboa: Livraria de Ferreira, Lisboa & C.^a, 1872.

BARBOSA, Jeronimo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados a nossa linguagem*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822.

BARRETO, João Franco. *Ortografia da lingva portvgveza*. Lisboa: Oficina de João da Costa, 1671.

BARRETO E NORONHA, José Feliciano de Castilho. *Iris classico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1868.

BARROS, João de. *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa mádre igreja*. Lisboa: Casa de Luiz Rodriguez livreiro delRey nosso Senhor, 1539.

_____. *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigium, Typographum, 1540.

Cancioneiro da Biblioteca Nacional [1525?]. Disponível em: <<http://www.cantigas.fcsh.unl.pt/cancioneirobn.asp>>. Acessado em: 06/02/2014.

CARVALHO, Antonio José de; DEUS, João de. *Diccionario prosodico de Portugal e Brasil*. 4. ed. Porto/Rio de Janeiro: LOPES & C.^a, 1890.

CASIMIRO, João Joaquim. *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza*. 2. ed. Porto: Officina de António Alvares Ribeiro, 1803.

CASTILHO, Antonio Feliciano de. *Metodo Castilho para o ensino do ler e escrever*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853.

CHORRO, Bartholomeu Rodriguez. *Cvriosas advertencias da boa grammatica no compendio, & exposição da arte do Padre Manoel Alvarez, em lingua portugueza*. Lisboa: por Antonio Alvarez impressor do Rei N. Senhor, 1643.

COELHO, Francisco Adolpho. *A lingua portugueza: phonologia, etymologia, morphologia e sintaxe*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.

_____. *Noções de grammatica portugueza*. Porto: Lemos & C.^a, 1891.

Compendio orthographico ou orthographia resumida. Bahia: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1871.

CONDURÚ, Fillipe Benicio de Oliveira. *Grammatica elementar da lingua portugueza*. 13^a ed. Pará: San Luiz – Typ. do PAIZ, 1850.

CONSTANCIO D.M., Francisco Solano. *Grammatica analytica da lingua portugueza*. Paris/Rio de Janeiro: Casa de J. P. de Aillaud/Casa de Souza, Laemmert & C^a, 1831.

CORUJA, Antonio Alvares Pereira. *Compendio de grammatica nacional*. Nova ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1863.

_____. *Compendio da orthografia da língua nacional*. Rio de Janeiro: Typ. Franceza, 1848.

COUTO E MELLO, João Chrysostomo. *Nôvo método de ensinár e aprendêr a pronunciação e a lêitura da linguágêe portuguêza*. Lisboa: Impressão Régia, 1817.

_____. *Gramática filosófica da linguagem portuguêza*. Lisboa: Impressão Régia, 1818.

DEUS, João de. *Cartilha maternal ou arte de leitura*. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.

Diccionario exegetico, que declara a genuina, e propria significação dos vocabulos da língua portugueza. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1781.

DUARTE, Padre Antonio da Costa. *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*. 6. ed. Maranhão: Editora de Antonio Pereira Ramos D'Almeida, 1877.

Eschola popular das primeiras letras: primeira parte. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1829.

ESPADA, João Chrysostomo Vallejo. *Grammatica portugueza*. Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1861.

FEIJÓ, João de Morais Madureira. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1734.

FERREIRA, Francisco Soares. *Elementos de grammatica portugueza*. Lisboa: Imprensa Regia, 1819.

FIGUEIREDO, Manoel de Andrade de. *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar*. Lisboa: Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722.

FIGUEIREDO, Pedro José de. *Arte da grammatica portugueza em methodo breve, facil e claro*. 4. ed. Lisboa: Imprensa Regia, 1827.

FOLQMAN, Carlos. *Diccionario portuguez e latino*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1755.

FREIRE, Francisco José. *Reflexões sobre a lingua portugueza*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842.

GALVÃO, J. R. *Syllabario portuguez*. Rio de Janeiro: [s.l.], 1879.

GANDAVO, Pero de Magalhães de. *Regras qve ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua portuguesa*. Lisboa: Officina de Antonio Gonçalves, 1574.

GIBELIN, Court de; SICARD, L'Ábbé. *Regras de grammatica portugueza, segundo os principios de grammatica universal*. Lisboa: Typographia de Antonio Rebello, 1841.

Grammatica moderna da lingua portugueza. Lisboa: Typografia de A. S. Coelho, 1840.

Grammatica moderna da língua portugueza. Lisboa: Typografia de A. S. Coelho, 1840.

LAGE, José Gonçalves. *Novíssima grammatica portugueza*. Coimbra: Livraria Portugueza e Extranjeira do Editor Manuel de Almeida Cabral, 1882.

LAPAGESSE, Léon Eugênio. *Grammatica portugueza*. Desterro: [s.n.], 1889.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem, e orthographia da lingua portugueza*. Nova ed. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1784.

_____. *Orthographia da lingoa portugvesa*. Lisboa: por João de Barreira impressor do Rei N.S., 1576.

LEITE, Francisco José Monteiro. *Grammatica portugueza dos lyceus*. Porto: Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos, 1887.

LEONI, Francisco Evaristo. *Genio da lingua portugueza, ou causas nacionaes e philologias*. Tomo I. Lisboa: Typographia do Panorama, 1858a.

_____. *Genio da lingua portugueza, ou causas nacionaes e philologias*. Tomo II. Lisboa: Typographia do Panorama, 1858b.

LIMA, Bernardo de; BACELLAR, Melo. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Off. De Joze de Aquino, 1783.

LIMA, D. Luis Caetano de. *Grammatica italiana, e arte para aprender a lingua italiana por meyo da lingua portugueza*. Lisboa: Officina de Joseph da Costa Coimbra, 1734.

_____. *Orthographia da lingua portugueza*. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1736.

LOBATO, Antonio Jose dos Reis. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.

MACEDO, Joaquim Freire de. *Compendio de grammatica portugueza*. 2. ed. Lisboa: Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1865.

MASSA, José de Noronha Napoles. *Grammatica analytica da lingua potugueza*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Comp., 1888.

MEDOLA, Abraham. *Nova grammatica portugueza*. Hamburgo: Officina de M. C. Bock, 1785.

MELLO MORAIS, Alexandre José. *Grammatica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Typhographia Nacional, 1869.

MIDOSI, Luiz Francisco. *O expositor portuguez*. Londres: Greenlaw, Chichester Place, King's Cross, 1831.

MONTE CARMELO, Fr. Luis do. *Compendio de orthografia*. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767.

MORAES SILVA, Antonio de. *Grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: Typographia de Silva Porto e Comp., 1824.

_____. *Diccionario da lingua portugueza*: Tomo I. 4. ed. Lisboa: Impressão Régia, 1831.

NASCIMENTO E SILVA, Alfredo do. *Grammatica portugueza elementar*. Rio de Janeiro: J. A. F. Villas-Bôas & C., 1888.

Novo alfabeto portuguez. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1785.

Novo diccionario da língua portugueza. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1806.

OLIVEIRA, Bento José de. *Nova grammatica portugueza*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1862.

OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: casa de Germão Galharde 1536.

ORTIZ, José; PARDAL, Candido Mateus de Faria. *Grammatica analytica e explicativa da lingua portugueza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Classica do Editor Nicolao Alves, 1873.

PEREIRA, João Felix. *Livro de leitura para as escolas ruraes*. Lisboa: Typ. Rua do Crucifixo, 1875.

_____. *Primeiras linhas de grammatica portugueza*. Lisboa: Typ. de José da Costa Nascimento Cruz, 1863.

PESTANA, Daniel Ferreira. *Principios de grammatica geral, applicados a lingua portugueza*. Nova-Gôa: Imprensa Nacional, 1849.

PIMENTEL, Francisco Silveira d'Ávila. *Cartilha da infancia*. 2. ed. Horta: Typographia Minerva Insulana, 1886.

PINTO, Luiz Alvares. *Diccionario pueril para o uso dos meninos, ou dos que principião o ABC, e a soletrar dicções*. Lisboa: Off. de Patr. Francisco Luiz Ameno, 1784.

PORTUGAL, Tristão da Cunha. *Orthographia da lingoa portugueza*. 2. ed. Paris: Typographia de Rignoux, 1856.

REIS, Francisco Sotero dos. *Grammatica portugueza*. 2. ed. revista por Francisco Sotero dos Reis Junior e Americo Vespucio dos Reis. Maranhão: Typ. de R. d'Almeida & C., 1871.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões grammaticais ou nova grammatica portugueza*. (RIBEIRO FILHO, Ernesto Carneiro (rev.)). Bahia: Livraria Progresso Editora Aguiar Souza LTDA., [1890?].

RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Classica de ALVES & C., 1889.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica portugueza*. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1881.

_____. *Grammatica portugueza*. 5. ed. revista por João Vieira de Almeida. São Paulo: Miguel Melillo, 1899.

SILVA JUNIOR, Pacheco da; ANDRADE, Lameira de. *Noções de grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo, 1887.

SILVA PINTO, Luiz Maria da. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SILVEIRA, Grillo Dilermando da. *Compendio de grammatica portugueza da primeira idade*. 9. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1884.

SOUSA, Joaquim Alves de. *A grammatica nacional*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1865.

SOUSA E SILVA, Leonor Thomasia de. *Escola nova, christã, e política*. Bahia: Typ. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1813.

SOUZA, Manoel Dias de. *Grammatica portugueza*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1804.

VERA, Álvaro Ferreira de. *Orthographia, ov modo para escrever certo na lingua portuguesa*. Lisboa: Por Mathias Rodriguez, 1631.

VERNEY, Luiz Antonio. *Verdadeiro metodo de estudar: tomo primeiro*. Valensa [Nápoles]: Officina de Antonio Balle, 1746a.

_____. *Verdadeiro metodo de estudar*: tomo segundo. Valensa [Nápoles]: Officina de Antonio Balle, 1746b.

VEIRA, Carlos Augusto de Figueiredo. *Compendio elementar da grammatica portugueza*. 9. ed. Porto: Typographia de Sebastião José Pereira, 1858.

VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. *Exposição da pronuncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

VIEIRA, Menezes. *Noções de grammatica*. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Classica de Alves & C.^{ia}, 1897.

VILHENA ALVES, Francisco Ferreira de. *Grammatica portugueza*. Pará: Typ. e Encad. de Pinto de Barbosa & C.^a, 1895.

VILLEROY, Frederico Ernesto Estrella de. *Compendio da grammatica portugueza*. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1870.

Manuscritos

Manuscritos (Correspondências) da *Coleção Varela* [da Caixa nº 01 até a caixa nº 18 do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul].

ACERVOS CONSULTADOS:**Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite do Estado do Maranhão.**

Disponível em: <<http://www.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>>

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.**Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.****Biblioteca Central da Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul.****Biblioteca Digital do Centro de Conhecimento dos Açores (Portugal)**

Disponível em: <<http://www.culturacores.azores.gov.pt/bd/>>

Biblioteca Nacional Digital de Portugal.

Disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>>

Biblioteca Nacional Digital do Rio de Janeiro.

Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>

Google Books.

Disponível em: <<http://books.google.com/?hl=pt-BR>>

HathiTrust Digital Library.

Disponível em: <<http://www.hathitrust.org>>

Internet Archive: Digital Library.

Disponível em: <<https://archive.org/index.php>>

Library of Congress.

Disponível em: <<http://www.loc.gov/>>

ANEXOS

ANEXO A – Lista de Obras Metalinguísticas e Didáticas

- *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (OLIVEIRA, 1536)
- *Grammatica da Lingua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Mãdre Igreja* (BARROS, 1539)
- *Grammatica da Lingua Portuguesa* (BARROS, 1540)
- *Regras qve Ensinam a Maneira de Escrever e Orthographia da Lingua Portuguesa* (GANDAVO, 1574)
- *Orthographia da Lingoa Portugvesa* (LEÃO, 1576)
- *Orthographia, ov Modo para Escrever Certo na Lingua Portuguesa* (VERA, 1631)
- *Cvriosas Advertencias da Boa Grammatica* (CHORRO, 1643)
- *Ortografia da Lingua Portvgveza* (BARRETO, 1671)
- *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever, e Contar* (FIGUEIREDO, 1722)
- *Regras da Lingua Portugueza, Espelho da Latina* (ARGOTE, 1725)
- *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com Acerto a Lingua Portugueza* (FEIJÓ, 1734)
- *Grammatica Italiana, e Arte para Aprender a Lingua Italiana por Meyo da Lingua Portugueza* (LIMA, 1734)
- *Orthographia da Lingua Portugueza* (LIMA, 1736)
- *Verdadeiro Methodo para Estudar: Tomo I* (VERNEY, 1746)
- *Verdadeiro Methodo para Estudar: Tomo II* (VERNEY, 1746)
- *Diccionario Portuguez e Latino* (FOLQMAN, 1755)
- *Compendio de Orthografia* (MONTE CARMELO, 1767)
- *Arte de Grammatica da Lingua Portugueza* (LOBATO, 1770)
- *Diccionario Exegitico* ([s.n.], 1781)
- *Diccionario da Lingua Portugueza* (LIMA; BACELLAR, 1783)
- *Origem e Orthographia da Lingoa Portugueza* (LEÃO, 1784)
- *Diccionario Pueril para o Uso dos Meninos, ou dos que Principião o ABC, e a Soletrar Dicções* (PINTO, 1784)
- *Nova Grammatica Portugueza* (MEDOLA, 1785)
- *Novo Alphabeto Portuguez* ([s.n.], 1785)
- *Methodo Grammatical Resumido da Lingua Portugueza* (CASIMIRO, 1803)
- *Grammatica Portugueza* (SOUZA, 1804)
- *Novo Diccionario da Lingua Portugueza* ([s.n.], 1806)
- *Escola Nova, Christã, e Política* (SOUSA E SILVA, 1813)
- *Nôvo Método de Ensinár e Aprendêr a Pronunção e a Lêitura da Linguágêe Portuguêza* (COUTO E MELLO, 1817)
- *Gramática Filosófica da Linguagem Portugueza* (COUTO E MELLO, 1818)
- *Elementos de Grammatica Portugueza* (FERREIRA, 1819)
- *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (BARBOSA, 1822)
- *Grammatica Portugueza* (MORAES SILVA, 1824)
- *Arte da Grammatica Portugueza* (FIGUEIREDO, 1827)
- *Eschola Popular das Primeiras Letras: primeira parte* ([s.n.], 1829)
- *O Expositor Portuguez* (MIDOSI, 1831)
- *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza* (CONSTANCIO D.M., 1831)
- *Diccionario da Lingua Brasileira* (SILVA PINTO, 1832)
- *Grammatica Moderna da Lingua Portugueza* ([s.n.], 1840)
- *Regras de Grammatica Portugueza* (GIBELIN; SICARD, 1841)
- *Reflexões sobre a Lingua Portugueza* (FREIRE, 1842)
- *Principios de Grammatica Portugueza* (ANDRADE JUNIOR, 1844)

- *Compendio da Orthografia da Lingua Nacional* (CORUJA, 1848)
- *Principios de Grammatica Geral Applicados à Lingua Portugueza* (PESTANA, 1849)
- *Grammatica Elementar da Lingua Portugueza* (CONDURÚ, 1850)
- *Metodo Castilho para o Ensino do Ler e Escrever* (CASTILHO, 1853)
- *Orthographia da Lingoa Portugueza* (PORTUGAL, 1856)
- *Compendio Elementar da Grammatica Portugueza* (VEIRA, 1858)
- *Genio da Lingua Portugueza: Tomo I* (LEONI, 1858)
- *Genio da Lingua Portugueza: Tomo II* (LEONI, 1858)
- *Grammatica Portugueza* (ESPADA, 1861)
- *Nova Grammatica Portugueza* (OLIVEIRA, 1862)
- *Primeiras Linhas de Grammatica Portugueza* (PEREIRA, 1863)
- *Compendio de Grammatica Nacional* (CORUJA, 1863)
- *Grammatica Nacional* (AULETE, 1864)
- *Compendio de Grammatica Portugueza* (MACEDO, 1865)
- *A Grammatica Nacional* (SOUSA, 1865)
- *A Lingua Portugueza: phonologia, etymologia, morfologia e syntaxe* (COELHO, 1868)
- *Iris Classico* (BARRETO E NORONHA, 1868)
- *Grammatica da Lingua Portugueza* (MELLO MORAIS, 1869)
- *Advertencias Curiosas sobre a Lingua Portugueza* (BARATA, 1870)
- *Compendio da Grammatica Portugueza* (VILLEROY, 1870)
- *Grammatica Portugueza* (REIS, 1871)
- *Compendio Orthographico ou Orthographia Resumida* ([s.n.], 1871)
- *Estudos da Lingua Portugueza* (BARATA, 1872)
- *Grammatica Analytica e Explicativa da Lingua Portugueza* (ORTIZ; PARDAL, 1873)
- *Livro de Leitura para as Escolas Ruraes* (PEREIRA, 1875)
- *Compendio da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* (DUARTE, 1877)
- *Cartilha Maternal ou Arte de Leitura* (DEUS, 1878)
- *Syllabario Portuguez* (GALVÃO, 1879)
- *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza* (AULETE, 1881)
- *Grammatica Portugueza* (RIBEIRO, 1881)
- *Novíssima Grammatica Portugueza* (LAGE, 1882)
- *Compendio de Grammatica Portugueza da Primeira Idade* (SILVEIRA, 1884)
- *Cartilha da Infância* (PIMENTEL, 1886)
- *Grammatica Portugueza dos Lyceus* (LEITE, 1887)
- *Noções de Grammatica Portugueza* (SILVA JUNIOR; ANDRADE, 1887)
- *Grammatica Analytica da Lingua Portugueza* (MASSA, 1888)
- *Grammatica Portugueza Elementar* (NASCIMENTO E SILVA, 1888)
- *Grammatica Portugueza* (LAPAGESSE, 1889)
- *Grammatica Portugueza* (RIBEIRO, 1889)
- *Diccionario Prosodico de Portugal e Brasil* (CARVALHO; DEUS, 1890)
- *Serões Grammaticais ou Nova Grammatica Portugueza* (RIBEIRO, [1890?])
- *Compendio de Grammatica Portugueza* (ALMEIDA, 1891)
- *Noções de Grammatica Portugueza* (COELHO, 1891)
- *Exposição da Pronuncia Normal Portuguesa para Uso de Nacionais e Estrangeiros* (VIANA, 1892)
- *Grammatica Portugueza* (VILHENA ALVES, 1895)
- *Noções de Grammatica* (VIEIRA, 1897)
- *Grammatica Portugueza* (RIBEIRO, 1899)
- *Grammatica Nacional ou Methodo Moderno para Aprender a Falar e Escrever sem Erros* (AZEVEDO, 1899)

ANEXO B – Inventário do Acervo da Coleção Varela

CAIXA	MAÇO	CAIXA	MAÇO
01	1 ao 3	14	48 ao 50
02	4 ao 6	15	51 ao 53
03	7 ao 11	16	54 ao 56
04	12 ao 15	17	57 ao 59
05	16 ao 19	18	60 ao 62
06	20 ao 23	19	63 ao 65
07	24 ao 27	20	66 ao 68
08	28 ao 31	21	69 ao 71
09	32 ao 35	22	72 ao 73
10	36 ao 38	23	74 ao 75
11	39 ao 41	24	Livros maços 76 ao 82
12	42 ao 44	25	Livros maços 83 ao 92
13	45 ao 47		

MAÇO	DOCUMENTO	MAÇO	DOCUMENTO
01	CV-01 ao CV-168	47	CV-7337 ao CV-7494
02	CV-169 ao CV-277	48	CV-7495 ao CV-7648
03	CV-278 ao CV-430	49	CV-7649 ao CV-7785
04	CV-431 ao CV-623	50	CV-7786 ao CV-7907
05	CV-624 ao CV-794	51	CV-7908 ao CV-8063
06	CV-795 ao CV-2127	52	CV-8064 ao CV-8205
07	CV-2128 ao CV-2198	53	CV-8206 ao CV-8435
08	CV-2199 ao CV-2274	54	CV-8436 ao CV-8649
09	CV-2275 ao CV-2373	55	CV-8650 ao CV-8810
10	CV-2374 ao CV-2412	56	CV-8811 ao CV-8947
11	CV-2413 ao CV-2552	57	CV-8948 ao CV-9119
12	CV-2553 ao CV-2728	58	CV-9120 ao CV-9892
13	CV-2729 ao CV-2784	59	CV-9820 ao CV-9892
14	CV-2785 ao CV-2886	60	CV-9893 ao CV-10030
15	CV-2887 ao CV-2982	61	CV-10031 ao CV-10146
16	CV-2983 ao CV-3085	62	CV-10147 ao CV-10275
17	CV-3086 ao CV-3199	63	CV-10276 ao CV-10325
18	CV-3200 ao CV-3319	64	CV-10326 ao CV-10403
19	CV-3320 ao CV-3531	65	CV-10404 ao CV-10615
20	CV-3532 ao CV-3600	66	CV-10616 ao CV-10635

21	CV-3601 ao CV-3701	67	CV-10636 ao CV-10644
22	CV-3702 ao CV-3851	68	CV-10645 ao CV-10727
23	CV-3852 ao CV-3975	69	CV-10728 ao CV-10727
24	CV-3976 ao CV-4089	70	CV-10769 ao CV-10784
25	CV-4090 ao CV-4185	71	CV-10785 ao CV-10807
26	CV-4186 ao CV-4315	72	CV-10808
27	CV-4316 ao CV-4467	73	CV-10809 ao CV-10819
28	CV-4468 ao CV-4892	74	CV-10820 ao CV-10846
29	CV-4893 ao CV-5021	75	CV-10847 ao CV-10867
30	CV-5022 ao CV-5129	76	CV-10868
31	CV-5130 ao CV-5224	77	CV-10869
32	CV-5225 ao CV-5347	78	CV-10870
33	CV-5348 ao CV-5481	79	CV-10871
34	CV-5482 ao CV-5610	80	CV-10872
35	CV-5611 ao CV-5725	81	CV-10873
36	CV-5726 ao CV-5829	82	CV-10874
37	CV-5830 ao CV-5946	83	CV-10875 e anexo
38	CV-5947 ao CV-6038	84	CV-10876
39	CV-6039 ao CV-6145	85	CV-10877
40	CV-6146 ao CV-6339	86	CV-10878
41	CV-6340 ao CV-6469	87	CV-10879
42	CV-6470 ao CV-6648	88	CV-10880
43	CV-6649 ao CV-6823	89	CV-10881
44	CV-6824 ao CV-7042	90	CV-10882
45	CV-7043 ao CV-7218	91	CV-10883
46	CV-7219 ao CV-7336	92	CV-10884

ANEXO C - *Corpus* de Correspondências da Coleção Varela: 1ª Metade do Século XIX

Ano	Autor / Código dos Manuscritos	Total
1825	Ten. Cel. Oliverio José Ortiz (CV-6986, CV-6987)	2
1826	Ten. Cel. Francisco Jozé Damasceno Rosado (CV-8027);	1
1827	Marechal-de-campo Bento Correa da Câmara (CV-3283, CV-3284); Ten. Cel. Jacinto Pinto de Araújo Correia (CV-4014); José Maria da Gama (CV-5037 a CV-5039); Cel. João Baptista Alves Porto (CV-7582); Florencio Jose Cosme dos Reys (CV-7681); Cel. Bento Gonçalves da Silva (CV-8264 a CV-8266);	11
1828	Cel. Domingos José de Almeida (CV-169); Cel. Bento Gonçalves da Silva (CV-8267);	2
1832	Cel. Bento Gonçalves da Silva (CV-8268 a CV-8271)	4
1833	Francisco Silveira dos Santos (CV-8123, CV-8128)	2
1834	Proc. Fiscal Antonio José Caetano da Silva (CV-8238); Maj. João Manoel de Lima e Silva (CV-8732 a CV-8740, CV-8742 a CV-8745, CV-8747, CV-8748);	16
1835	Ten. Francico das Chagas Araujo (CV-2336); Luis José Ribeiro Barreto (CV-2484); Juiz Antonio José Gonçalves Chaves (CV-3900); Alferes José Pinheiro Ulhoa Cintra (CV-3930, CV-3931); Ten. Cel. Oliverio José Ortiz (CV-6988); Cel. Bento Manoel Ribeiro (CV-7703 a CV-7705); Pres. da Província Jozé de Araújo Ribeiro (CV-7812); Dr. Marciano Pereira Ribeiro (CV-7823); Ten. Theodóro Joze Ribeiro (CV-7850); Juiz de Paz Bernardino Nunes da Silva (CV-8655);	13
1836	Bernardina Barcelos de Almeida (CV-162 a CV-168); Ten. Cel. João José Damasceno (CV-4186, CV-4187); Maj. David Francisco Pereira (CV-7233); Cap. João Borges Pereira (CV-7251, CV-7253 a CV-7255); João da Cunha Pessanha (CV-7286, CV-7287); José Carlos Pinto (CV-7337); Cap. Antonio Antunes da Porciúncula (CV-7495, CV-7496); Cap. Manuel Antunes da Porciúncula (CV-7503, CV-7505); Encarreg. de Polícia Francisco da Silva Porto (CV-7581); Cap. Pedro Rodrigues de Quevedo (CV-7608); Cel. Bento Manoel Ribeiro (CV-7706 a CV-7708); Jozé de Araújo Ribeiro (CV-7813, CV-7815 a CV-7817); Dr. Marciano Pereira Ribeiro (CV-7826, CV-7827); Ten. Theodóro Joze Ribeiro (CV-7851, CV-7852); José Maria Rodrigues (CV-7906); Encarreg. Polícia Balthazar Jorge Rodrigues Filho (CV-7935, CV-7936); Maj. Hermanno de Salisch (CV-8077); Juiz de Paz Bernardino Nunes da Silva (CV-8657); Sgt. Clementino Fernandes da Silva (CV-8669); Juiz de Paz Felisberto Joze da Silva (CV-8677); Ignacio Jose d'Oliveira Guimaraens (CV-8772); João Gonçalves da Silva (CV-8726, CV-8727); Maj. João Manoel de Lima e Silva (CV-8749 a CV-8766, CV-8768 a CV-8771, CV-8774 a CV-8778);	71
1837	Ten. Cel. João José Damasceno (CV-4188); Florisbello dos Santos Pereira (CV-7235); Cap. Manoel Jacinto Pereira (CV-7275); Maj. Constantino de Oliveira Pinto (CV-7329); Cirurgião-mor José Carlos Pinto (CV-7338 a CV-7341); Sebastião Barreto Pereira Pinto (CV-7359, CV-7363); Ten. Feliciano Nunes Pires (CV-7449, CV-7451); Cel. Francisco de Castro Matutino Pita (CV-7466, CV-7467); Cap. Manuel Antunes da Porciúncula (CV-7507 a CV-7509); Carlos Fernandez de Quincoze (CV-7621); Ten. Cel. Salustiano Severino dos Reis (CV-7682, CV-7683); Cel. Bento Manoel Ribeiro (CV-7711, CV-7712, CV-7714); Carlos José da Costa (CV-7783); Jozé de Araújo Ribeiro (CV-7820); Sebastião Ribeiro (CV-7830 a CV-7841); Serafim da Silva Ribeiro (CV-7849); Ten. Theodóro Joze Ribeiro (CV-7853); Zeferino Vieira Rodrigues (CV-7934); Luis Rossetti (CV-8032); Maj. Hermanno de Salisch (CV-8078); Cnte. Manoel José Sanhudo (CV-8079, CV-8080); Alferes Serafim Ignacio dos Santos (CV-8157); Juiz de Paz Luis Guedes Ferreira de Moraes Sarmiento (CV-8175); João Antonio Severo (CV-8210, CV-8211); Abreu Silva (CV-8212); Antonio Pereira da Silva (CV-8252, CV-8253); Boaventura Soares da Silva (CV-8658); Sgt. Clementino Fernandes da Silva (CV-8670); Juiz de Paz Felisberto Joze da Silva (CV-8678); João Gonçalves da Silva (CV-8728); Maj. João Manoel de Lima e Silva (CV-8795 a CV-8798);	59
1838	Ten. Cel. João José Damasceno (CV-4192, CV-4193); Ten. Cel. João Gonçalves Padilha (CV-7045); Fermiano da Costa Pavão (CV-7202); Florisbello dos Santos Pereira (CV-7236, CV-7237); João Marcos Vieira de Araújo Pereira (CV-7258); João O. de Pinheiro (CV-7324); José Carlos Pinto (CV-7342, CV-7343); Sebastião Barreto Pereira Pinto (CV-7361, CV-7362);; Maj. Bernardo Pirez (CV-7365); Cel. Francisco de Castro Matutino Pita (CV-7468 a CV-7480); Encarreg. Polícia José Joaquim Gomes de Porciúncula (CV-7500); Cap. Manuel Antunes da Porciúncula (CV-7510, CV-7511); Cap. Pedro Rodrigues de Quevedo (CV-7609 a CV-7614); Carlos Fernandez de Quincoze (CV-7622); Cel. Albano de Souza	77

	Henriques Rabello (CV-7649, CV-7650, CV-7652); Maj. Thomas da Silva Ramos (CV-7654); Ten. Cel. Salustiano Severino dos Reis (CV-7684); Cel. Bento Manoel Ribeiro (CV-7716 a CV-7727, CV-7729 a CV-7740); Ten. Cel. Demetrio Ribeiro (CV-7786); Luis Rossetti (CV-8033); Matheus José dos Santos (CV-8137); Affonso Sarasin (CV-8162); Cmte Americo Pereira da Silva (CV-8213); Maj. Antonio Gonçalves da Silva (CV-8217); Proc. Fiscal Antonio José Caetano da Silva (CV-8239, CV-8240); Antonio Pereira da Silva (CV-8255); Alferes Antonio Tavares da Silva (CV-8259); Ten. Bento Bautista da Silva (CV-8262, CV-8263);	
1839	Ten. Cel. Manuel de Oliveira Paes (CV-7055 a CV-7059); Cel. Antonio Soares de Paiva (CV-7062 a CV-7069, CV-7072, CV-7074, CV-7076, CV-7079 a CV-7093); Luis dos Santos Paiva (CV-7131); João Rodrigues Palhares (CV-7135); Luiz Joze da Fontoura Palmeiro (CV-7170 a CV-7172); Cap. Guilherme Parker (CV-7197); Juiz de Paz Manuel Gonçalves da Silva Peixoto (CV-7222, CV-7223); Cap. Alexandre Manoel Pereira (CV-7224, CV-7225); Florisbello dos Santos Pereira (CV-7238); Ten. Cel. Jozé Fernandes dos Santos Pereira (CV-7261); Cap. Manoel Jacinto Pereira (CV-7276); João da Cunha Pessanha (CV-7288 a CV-7893); Ten. Antonio Joaquim Pinto (CV-7326); Maj. Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto (CV-7330, CV-7331); Maj. Bernardo Pirez (CV-7366 a CV-7370); Cap. Gaspar Simões Pires (CV-7459); Moises Pires (CV-7465); Cel. Francisco de Castro Matutino Pita (CV-7481, CV-7483 a CV-7488, CV-7490 a CV-7493); Cap. Manuel Antunes da Porciúncula (CV-7512, CV-7513); Jose Gomes Portinho (CV-7562); Juiz de Paz José Gomes Porto (CV-7583, CV-7585, CV-7586); Joaquim Barbosa do Prado (CV-7598); Cap. Pedro Rodrigues de Quevedo (CV-7615); Carlos Fernandez de Quincoze (CV-7623 a CV-7633); Angelo Quinzio (CV-7648); Ten. Cel. Salustiano Severino dos Reis (CV-7685); Cel. Bento Manoel Ribeiro (CV-7742 a CV-7746, CV-7748 a CV-7752, CV-7754, CV-7755); Sebastião Ribeiro (CV-7842); Ten. Theodóro Joze Ribeiro (CV-7854 a CV-7861); Francisco Florencio da Rocha (CV-7889); Ten. Joaquim Joze da Silva Rocha (CV-7899); Cap. Henrique Beaurepaire Rohan (CV-7998 a CV-8000) ; Jozé Ferreira Gomes Roque (CV-8003 a CV-8006); Luis Rossetti (CV-8036, CV-8037) ; Fermiano Alves dos Santos (CV-8118, CV-8119); Cmte. José Fernandes dos Santos (CV-8130); Manoel Américo Lopes dos Santos (CV-8135); Affonso Sarasin (CV-8163 a CV-8165); Guillermo Schneff (CV-8176); Brig° Antonio Corrêa Seará (CV-8178 a CV-8182, CV-8184, CV-8188); Cmte Americo Pereira da Silva (CV-8214); Maj. Antonio Gonçalves da Silva (CV-8218); Antonio Joaquim da Silva (CV-8221 a CV-8231); Proc. Fiscal Antonio José Caetano da Silva (CV-8241); Belchior da Costa Rebelo Correia da Silva (CV-8260, CV-8261); Juiz Francisco Jose Gonçalves da Silva (CV-8691 a CV-8693); Heliodoro Fernandes da Silva (CV-8706); Ismael Soares da Silva (CV-8708, CV-8711, CV-8712); João José da Silva (CV-8729, CV-8730);	165
1840	Manuel da Silva Pacheco (CV-7043); Cel. Antonio Soares de Paiva (CV-7094, CV-7095, CV-7097 a CV-7101, CV-7103 a CV-7109, CV-7111, CV-7112, CV-714, CV-7117); José de Paiva (CV-7129); Luiz Joze da Fontoura Palmeiro (CV-7173 a CV-7178); Cap. Alexandre Manoel Pereira (CV-7226 a CV-7228); Cel. Jerônimo Jacinto Pereira (CV-7243 a CV-7247); Maj. Urbano Barboza (CV-7256); Joaquim Pereira (CV-7259); Ten. José Jacinto Pereira (CV-7274); Maj. Simão Francisco Pereira (CV-7277 a CV-7281); João da Cunha Pessanha (CV-7296, CV-7297); Ten. Cel. Vidal José do Pilar (CV-7303); Celestino Gularte Pinto (CV-7328); Joaquim José da Fonseca e Souza Pinto (CV-7336); José Pereira Pinto (CV-7358); Maj. Bernardo Pirez (CV-7371 a CV-7383, CV-7385, CV-7387 a CV-7393); Joaquim Simões Pires (CV-7460); Ezequiel Soares da Porciúncula (CV-7498); Cap. Manuel Antunes da Porciúncula (CV-7515, CV-7516, CV-7520 a CV-7528); Juiz de Paz José Gomes Porto (CV-7587); Cap. Pedro Rodrigues de Quevedo (CV-7616 a CV-7618); Carlos Fernandez de Quincoze (CV-7634); Fortunato Regino (CV-7670, CV-7671); Antonio Francisco dos Reis (CV-7679); Ten. Candido da Silva Reis (CV-7680); Cel. Bento Manoel Ribeiro (CV-7756 a CV-7768, CV-7770); Cypriano Gonçalves Ribeiro (CV-7784, CV-7785) ; Ten. Cel. Demetrio Ribeiro (CV-7787 a CV-7796); Sebastião Ribeiro (CV-7843 a CV-7846); Ten. Theodóro Joze Ribeiro (CV-7862 a CV-7870); Ten. Cel. Francisco Jose da Rocha (CV-7890 a CV-7892); Comandante Manoel Jorge Rodrigues (CV-7911 a CV-7930); Cap. Henrique Beaurepaire Rohan (CV-8001); Jozé Ferreira Gomes Roque (CV-8007, CV-8008); Ten. Cel. Francisco Jozé Damasceno Rozado (CV-8026); Luis Rossetti (CV-8046 a CV-8049); Tabelião Joaquim Victoriano Ourique (CV-8072); Joze Thomé Salgado (CV-8074); Marcos Alvez Pereira Salgado (CV-8075); Fileno de Oliveira Santos (CV-8124, CV8125); José Inácio dos Santos (CV-8131); Ten. Luis Antonio dos Santos (CV-8133, CV-	193

	8134); Alferes Alexandre Rodrigues Saraiva (CV-8160); Affonso Sarasin (CV-8166 a CV-8171); Leonardo do Serrito (CV-8208); Antonio Joaquim da Silva (CV-8232 a CV-8236); Proc. Fiscal Antonio José Caetano da Silva (CV-8242); Juiz de Paz Candido Ferreira da Silva (CV-8666, CV-8667); Dep. Gabriel de Araujo e Silva (CV-8695 a CV-8698, CV-8700, CV-8702, CV-8703); Heliodoro Fernandes da Silva (CV-8707); Jeremias Soares da Silva (CV-8723);	
1841	Manuel da Silva Pacheco (CV-7044); Ten. Cel. João Gonçalves Padilha (CV-7046 a CV-7051); Cel. Antonio Soares de Paiva (CV-7119, CV-7121, CV-7122); Jose de Paiva (CV-7129); Antonio Arranca Pedras (CV-7203); Cap. Alexandre Manoel Pereira (CV-7229); Florisbello dos Santos Pereira (CV-7239); Maj. Simão Francisco Pereira (CV-7282 a CV-7284); João da Cunha Pessanha (CV-7297, CV-7298); Ten. Cel. Vidal José do Pilar (CV-7304 a CV-7307); Guarda Nac. Joaquim Antonio Pinto (CV-7335); José Carlos Pinto (CV-7345 a CV-7347); Alexandre Simoens Pires (CV-7364); Maj. Bernardo Pirez (CV-7394 a CV-7411); Manoel Joze Pires (CV-7462, CV-7463); Cap. Delfino José Aires Pluma (CV-7494); Cap. Antonio Antunes da Porciúncula (CV-7497); Ezequiel Soares da Porciúncula (CV-7499); Ten. José Narciso Antunes da Porciúncula (CV-7501); Cap. Manuel Antunes da Porciúncula (CV-7529, CV-7530); Jose Gomes Portinho (CV-7563 a CV-7565); Simplicio Ferreira Porto (CV-7588, CV-7589); João Preis (CV-7603); Ten. Querobim Candido Pereira de Queiros (CV-7605); Carlos Fernandez de Quincoze (CV-7635 a CV-7644); Luís Gomes d'Araujo Quintela (CV-7647); Fortunato Regino (CV-7672); Ten. Cel. Demetrio Ribeiro (CV-7797, CV-7805 a CV-7808); Sebastião Ribeiro (CV-7847); Ten. Theodoro Joze Ribeiro (CV-7871, CV-7872); Ten. Eleuterio Vieira da Rocha (CV-7888); Comandante Manoel Jorge Rodrigues (CV-7931); Ten. Cel. Seraphim Joaquim d'Alencaste (CV-7976, CV-7989); Dep. Bernardo Joze Rodrigues Filho (CV-7982); Joaquim Gonçalves da Silva (CV-7991); Jozé Ferreira Gomes Roque (CV-8009 a CV-8014); João Alexandre da Roza (CV-8017, CV-8018); Bernardino Antonio da Silva e Sá (CV-8066); Fermiano Alves dos Santos (CV-8120 a CV-8122); Francisco Silveira dos Santos (CV-8126); Matheus José dos Santos (CV-8138 a CV-8151); Brig ^o Antonio Corrêa Seará (CV-8189 a CV-8192, CV-8194); Proc. Fiscal Antonio José Caetano da Silva (CV-8243 a CV-8248, CV-8250, CV-8251); Ten. Modesto Rodrigues (CV-8249); Boaventura Soares da Silva (CV-8659 a CV-8663); Caetano Gonçalves da Silva (CV-8665); Ten. Elipio Correia da Silva (CV-8674); Fortunato Francisco da Silva (CV-8689); Ismael Soares da Silva (CV-8714, CV-8715); Cmte. Jeronimo Pereira da Silva (CV-8724, CV-8725);	140
1842	Ten. Cel. João Gonçalves Padilha (CV-7052 a CV-7054); Cel. Antonio Soares de Paiva (CV-7128); Valentim de Moraes Palma (CV-7136); Cel. Silvano José Monteiro Araujo e Paula (CV-7200); Florisbello dos Santos Pereira (CV-7240); Cel. Jerônimo Jacinto Pereira (CV-7250); João da Cunha Pessanha (CV-7299, CV-7300); Ten. Cel. Vidal José do Pilar (CV-7307, CV-7308, CV-7311 a CV-7318, CV-7320); Maj. Bernardo Pirez (CV-7412 a CV-7415, CV-7417); Manoel Joze Pires (CV-7464); Ezequiel Soares da Porciúncula (CV-7499); Ten. José Narciso Antunes da Porciúncula (CV-7501, CV-7502); Cap. Manuel Antunes de Porciúncula (CV-7529, CV-7530); Ten. Cel. José Gomes Portinho (CV-7563 a CV-7465); Jose Gomes Portinho (CV-7566, CV-7567, CV-7571, CV-7573); Simplicio Ferreira Porto (CV-7590); Fernando José Possolo (CV-7592); Cmte. Antonio Barboza do Prado (CV-7596, CV-7597); João Preis (CV-7603); Cap. Querubim Candido Pereira de Queiros (CV-7605, CV-7606); Cap. Pedro Rodrigues de Quevedo (CV-7619); Carlos Fernandez de Quincoze (CV-7635 a CV-7644); Carlos Fernandez de Quincoze (CV-7645); Luís Gomes d'Araujo Quintela (CV-7647); Fortunato Regino (CV-7672 a CV-7677); João Rodrigues Ribas (CV-7689); Ten. Cel. Demetrio Ribeiro (CV-7796, CV-7797, CV-7805 a CV-7808); Dr. Sebastião Ribeiro (CV-7847); Ten. Theodoro Joze Ribeiro (CV-7871, CV-7872); Ten. Eleutério Vieira da Rocha (CV-7888); Ten. Cel. Francisco Jose da Rocha (CV-7891 a CV-7896); José Maria Rodrigues (CV-7907); Cmte. Manoel Jorge Rodrigues (CV-7931); Deputado Serafim Joaquim d'Alencastre (CV-7989); Joaquim Gonçalves da Silva (CV-7991); Sgt. Bernardo Jose Rodrigues (CV-7996); Jozé Ferreira Gomes Roque (CV-8009 a CV-8014); João Alexandre da Roza (CV-8017, CV-8018); João Alexandre da Roza CV-8019); Marcos Alvez Pereira Salgado (CV-8076); Oficial Manuel José de Santa Isabel (CV-8096 a CV-8112); Matheus José dos Santos (CV-8152 a CV-8155); Affonso Sarasin (CV-8172); Brig ^o Antonio Corrêa Seará (CV-8197, CV-8199; CV-8200, CV-8202 a CV-8205); Antonio Rodrigues de Almeida e Silva (CV-8258); Sgt. Clementino Fernandes da Silva (CV-8671); Ten. Eleuterio Antonio da Silva (CV-8673); Juiz Francisco Jose Gonçalves da Silva (CV-8694); Ismael Soares da Silva (CV-8716);	133

1843	Ten. Cel. João Gonçalves Padilha (CV-7046 a CV-7051); Valentim de Moraes Palma (CV-7137); Eleutério José Pereira (CV-7234); Ten. Cel. José Gomes Portinho (CV-7572); Maj. Simão Francisco Pereira (CV-7285); Maj. Bernardo Pirez (CV-7419 a CV-7421); Jose Gomes Portinho (CV-7572); Ten. Joze Joaquim de Cuadros (CV-7604); Ten. Querobim Candido Pereira de Queiros (CV-7607); Maj. Thomas da Silva Ramos (CV-7655); Ten. Cel. Francisco Jose da Rocha (CV-7894 a CV-7896); Comandante Manoel Jorge Rodrigues (CV-7933); Comte. Geral Joze Aureliano Rolão (CV-8002); João Alexandre da Roza (CV-8020); Manuel d'Avila da Roza (CV-8021); Manuel d'Avila da Roza (CV-8022); Oficial Manuel José de Santa Isabel (CV-8113 a CV-8115); Eufrasio José da Silva (CV-8676); Ismael Soares da Silva (CV-8717 a CV-8722);	36
1844	Manoel Soares de Paiva (CV-7134); Alferes André Accioli Pinheiro (CV-7323); Maj. Bernardo Pirez (CV-7422); Cap. Manuel Antunes da Porciúncula (CV-7531); Domingos Rodrigues Ribas (CV-7688); João Rodrigues Ribas (CV-7690 a CV-7694); Antonio Israel Ribeiro (CV-7696 a CV-7702); Ten. Cel. Francisco Jose da Rocha (CV-7897); Comandante Manoel Jorge Rodrigues (CV-7932); Matheus José dos Santos (CV-8156);	20
1845	Barão de Caxias (CV-3739 a CV-3744); Inacio José de Oliveira Guimarães (CV-5159); Maj. Fernando Kersting (CV-5334, CV-5337, CV-5339 a CV-5342); Brig.º Manuel Luis Osório (CV-7011); Ten. Cel. Jozé Fernandes dos Santos Pereira (CV-7265 a CV-7268, CV-7270); João da Cunha Pessanha (CV-7301);	20
1846	Inacio José de Oliveira Guimarães (CV-5160, CV-5161); Ten. Cel. Demetrio Ribeiro (CV-7793)	3
1847	Joaquim Antonio Martins Correia (CV-4025); João Luiz Gomes (CV-5068); Inacio José de Oliveira Guimarães (CV-5162); Maj. Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto (CV-7332); Ten. Cel. Francisco Jose da Rocha (CV-7897); Dep. Casimiro José da Camara Sá (CV-8067);	6
1848	Escrivão José Vieira Pimenta (CV-7321); Cel. Bento Manoel Ribeiro (CV-7728); Joana Ferreira Valle (CV-10279);	3
1849	Inacio José de Oliveira Guimarães (CV-5163, CV-5164); Luis Rossetti (CV-8038 a CV-8045); Dep. Gabriel de Araujo e Silva (CV-8704);	11
1850	Cel. Domingos José de Almeida (CV-660); Secr. Benito Carrasco (CV-3593, CV-3594); Inacio José de Oliveira Guimarães (CV-5165)	4
Número Total de Manuscritos Analisados: 992		

ANEXO D – *Corpus* de Correspondências da Coleção Varela: 2ª Metade do Século XIX

Ano	Autor / Código dos Manuscritos	Total
1851	Cel. Domingos Jozé de Almeida (CV-662, CV-664); José Miguel de Araujo (CV-2339); Ten. Cel. Domingos Gonçalves Chaves (CV-3909); Joaquim Manuel Gotardo (CV-5091); Cel. Manuel Lucas d'Oliveira (CV-6780); Maj. Felisberto de Carvalho Ourique (CV-7029); Cândido Jozé Pereira (CV-7232); Maj. Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto (CV-7333); Maj. Bernardo Pirez (CV-7423, CV-7424); Faustino Vieira Rosca (CV-8030); Joze Leite dos Santos (CV-8132); Bernardino Jose da Silva (CV-8654); Zeferino José Soares (CV-9994); Manoel José da Silva (CV-8948); Vicente Ferreira Souza (CV-10.141)	17
1852	Cel. Sebastião José de Oliveira Barreto (CV-2650); Cel. Manuel Lucas d'Oliveira (CV-6782); Vicente Lucas Oliveira Junior (CV-6858)	3
1853	Brig.º Geral João Frederico Caldwell (CV-3175 a CV-3179, CV-3181)	6
1854	Vig.º João Temudo Cabral Dinis (CV-4267 a CV-4270); Ten. Feliciano Nunes Pires (CV-7452); Francisco das Chagas Martins Ávila e Sousa (CV-10.072, CV-10.075)	7
1855	Vig.º João Temudo Cabral Dinis (CV-4269, CV-4270); Cap. Manuel Antunes da Porciúncula (CV-7532); Bispo Feliciano Rodrigues Prates (CV-7599); Maj. Antonio Gonçalves da Silva (CV-8219);	5
1856	Cel. Domingos Jozé de Almeida (CV-665); Cândido Alves Pereira (CV-7230, CV-7231)	3
1857	Cel. Domingos Jozé de Almeida (CV-666); Maj. João Simplisio Ferreira (CV-4400); Oficial Manuel José de Santa Isabel (CV-8116);	3
1858	Rodrigo José de Figueiredo Moreira (CV-6000)	1
1859	Cel. Domingos Jozé de Almeida (CV-667, CV-669 a CV-690, CV-7433, CV-7435); Sec. João da Cunha (CV-2473); Ten. Cel. Camilo dos Santos Campelo (CV-3306, CV-3308); Alferes José Pinheiro Ulhoa Cintra (CV-3957); Felix Xavier da Cunha (CV-4153, CV-4154); Cel. Gaspar Gomes Dias (CV-4261); Francisco Modesto Franco (CV-4990); Joaquim Antão Fernandes (CV-5376); Ten. Faustino Jose de Lima (CV-5453, CV-5454, CV-5457, CV-5458); Cel. Manuel Lucas d'Oliveira (CV-6783, CV-6784); Brig.º Manuel Luis Osório (CV-7012); Maj. Bernardo Pirez (CV-7425 a CV-7432, CV-7434); Cap. Manuel Antunes da Porciúncula (CV-7533, CV-7534, CV-7536 a CV-7542); Jose Gomes Portinho (CV-7574, CV-7576, CV-7577); Cel. Bento Gonçalves da Silva (CV-8650, CV-8651); Jose Maria de Bitancourt e Silva (CV-8859); Francisco das Chagas Martins Ávila e Sousa (CV-10.077)	66
1860	Cel. Domingos Jozé de Almeida (CV-699, CV-701 a CV-723, CV-725 a 728, CV-7437); Vicente Ferrer de Almeida (CV-2253); Ten. Cel. Camilo dos Santos Campelo (CV-3307); Gen. David Canabarro (CV-3423); Carlos Von Koseritz (CV-5346, CV-5347); Joaquim Antão Fernandes (CV-5377, CV-5378); Cel. Manuel Lucas d'Oliveira (CV-6785, CV-6786); Luiz Joze da Fontoura Palmeiro (CV-7179, CV-7180); Maj. Bernardo Pirez (CV-7436, CV-7439 a CV-7442); Cap. Manuel Antunes da Porciúncula (CV-7544 a CV-7549); Jose Gomes Portinho (CV-7579, CV-7580); Ten. Cel. Francisco Jose da Rocha (CV-7898); Maj. Antonio Gonçalves da Silva (CV-8220); Dionizio Amaro da Silva (CV-9123); João Antonio da Silveira (CV-9217, CV-9218); Barão de Porto Alegre (CV-10.111)	59
1861	Cel. Domingos Jozé de Almeida (CV-758 a CV-760, CV-762 a CV-764, CV-766 a CV-779); Joaquim José de Assunção (CV-2389); Insp. de Alfândega Bernardino José Borges (CV-2720); Gen. David Canabarro (CV-3424 a CV-3427); Ten. Cel. Domingos Gonçalves Chaves (CV-3910); Manuel C. Gomes (CV-5077); Cel. Manuel Lucas de Lima (CV-5485); Manuel Felizardo de Sousa (CV-5903); Brig.º Manuel Luis Osório (CV-7113); Maj. Bernardo Pirez (CV-7444); Cap. Manuel Antunes da Porciúncula (CV-7550, CV-7554); Brig.º Francisco de Paula de Macedo Rangel (CV-7659); Ricardo José Ribeiro (CV-7829); Barão de Porto Alegre (CV-10.112); Barão de Mauá (CV-10.099)	38
1862	Cel. Domingos Jozé de Almeida (CV-780 a CV-782, CV-784, CV-787, CV-788, CV-789, CV-791 a CV-793); Gen. David Canabarro (CV-3428); Cel. Manuel Lucas de Lima (CV-5486); Cel. Manuel Lucas d'Oliveira (CV-6787); Timotheo Pereira da Rosa (CV-8024)	14
1863	Gen. David Canabarro (CV-3429, CV-3430); Cel. Manuel Lucas de Lima (CV-5487); Cap. Querubim Candido Pereira de Queirós (CV-7607); Dionizio Amaro da Silva (CV-9124)	5
1864	Gen. David Canabarro (CV-3431 a CV-3437, CV-3439 a 3444); Sebastião Xavier do Amaral Sarmento (CV-5919); Ten. Cel. João Propício Mena Barreto (CV-5945, CV-5946);	16
1865	Cel. Domingos Jozé de Almeida (CV-794); Gen. David Canabarro (CV-3445 a CV-3484, CV-3486 a CV-3508); Cap. Eugênio Luis Franco (CV-4944); Ten. Gen. Jose Marcelino de	70

	Sousa Gonzaga (CV-5089); Marechal Lopo Almeida Henrique Botelho e Melo (CV-5898, CV-5899, CV-5902); Cel. João Manuel Mena Barreto (CV-5935)	
1866	Gen. David Canabarro (CV-3512 a CV-3521); Ten. Cel. Jozé Fernandes dos Santos Pereira (CV-7272);	11
1868	Manoel Fernandes da Silva (CV-8897 a CV-8901)	5
1869	Joze Gonçalves dos Santos (CV-8854)	1
1871	Cel. Manuel Lucas d'Oliveira (CV-6788)	1
1887	Ten. Cel. Manuel Lourenço do Nascimento (CV-6042 a CV-6045)	4
1888	Ten. Cel. Manuel Lourenço do Nascimento (CV-6046)	1
1893	Correligionário Manuel Alves da Silva Caldeira (CV-3099)	1
1894	Correligionário Manuel Alves da Silva Caldeira (CV-3098); Fidêncio Deodato Ortiz (CV-6860)	2
1895	Correligionário Manuel Alves da Silva Caldeira (CV-3099, CV-3100); José Antonio Coritiba (CV-3994); João Luiz Gomes (CV-5064 a CV-5067, CV-5069, CV-5070); Fidêncio Deodato Ortiz (CV-6861); Joaquim Gonçalves da Silva (CV-8829, CV-8830)	12
1896	Raul Abbott (CV-01); Correligionário Manuel Alves da Silva Caldeira (CV-3101); Joaquim Gonçalves da Silva (CV-8832)	3
1897	Joaquim Gonçalves da Silva (CV-8833)	1
1898	Correligionário Manuel Alves da Silva Caldeira (CV-3102); Mateus José dos Santos (CV-8137)	2
1900	João Borges Fortes (CV-4921); Felix de Azambuja Rangel (CV-7658)	2
Número Total de Manuscritos Analisados: 359		